

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

EMILENE OLIVEIRA DE BAIRRO

**ENTRE O REAL E O ABSTRATO: MATERIALIZAÇÃO DO
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

PORTO ALEGRE
2016

EMILENE OLIVEIRA DE BAIRRO

**ENTRE O REAL E O ABSTRATO: MATERIALIZAÇÃO DO
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dra. Leonia Capaverde Bulla

PORTO ALEGRE
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B163e Bairro, Emilene Oliveira de

Entre o real e o abstrato: materialização do projeto ético-político profissional do assistente social / Emilene Oliveira de Bairro. – Porto Alegre, 2016.
146 f.

Diss. (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leonia Capaverde Bulla.

1. Serviço Social. 2. Assistentes Sociais – Atuação Profissional. 3. Assistentes Sociais - Ética Profissional. 4. Marx, Karl – Teorias.
I. Bulla, Leonia Capaverde. II. Título.

CDD 361

**Ficha Catalográfica elaborada por Vanessa Pinent
CRB 10/1297**

EMILENE OLIVEIRA DE BAIRRO

**ENTRE O REAL E O ABSTRATO: MATERIALIZAÇÃO DO
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 29 de janeiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Leonia Capaverde Bulla (orientadora) - PUCRS

Profª Dra. Tatiana Reidel - UFRGS

Profª Dra. Ana Lúcia Suarez Maciel – PUCRS

PORTO ALEGRE
2016

Dedico este trabalho a
todos os seres humanos que como eu
acreditam na transformação social.

RESUMO

A presente dissertação versa sobre a materialização do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) dos/as assistentes sociais e busca resposta para o seguinte problema de pesquisa: Como é materializado o PEPP no cotidiano interventivo dos (as) assistentes sociais? Seu objetivo é analisar como os assistentes sociais materializam o Projeto Profissional, com intuito de contribuir para o debate da categoria profissional e estimular uma práxis profissional reflexiva. Para tanto, foi reconstituído o processo histórico de construção da profissão no Brasil, desde a sua gênese até o amadurecimento teórico-metodológico, alicerçado na Teoria Social Crítica de Marx. Essa reconstituição permitiu o entendimento da formação e da consolidação do PEPP, alicerçado nos pilares da Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética Profissional e nas Diretrizes da ABEPSS. O Método Dialético-Crítico é transversal a toda a produção deste trabalho, com a contribuição das categorias totalidade, historicidade e contradição, para apreensão e análise dos fenômenos na realidade concreta. Para alcançar os objetivos do estudo realizou-se uma pesquisa qualitativa que, além da análise bibliográfica e documental coletou dados empíricos, no curso de Especialização em Intervenção Social com Famílias da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, por entender que esse é um espaço de fomento a educação permanente. Na avaliação das respostas dos assistentes sociais às questões do instrumento, constatou-se através da análise de conteúdo que existem possibilidades de materialização do PEPP, desde que as ações profissionais estejam em consonância com a direção social e política da profissão, que tem como horizonte a emancipação humana e a transformação social. Evidencia-se, ainda, que o PEPP é um tema que carece de maior discussão na produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro, tendo em vista sua importância para a compreensão da profissão e as possibilidades reais de materialização do projeto pelo profissional dentro dos limites impostos pela sociedade capitalista.

Palavras-chave: Serviço Social. Teoria Social Crítica de Marx. Projeto Ético-Político Profissional. Exercício Profissional.

ABSTRACT

This dissertation deals about the materialization of the Professional Project Ethical-Political (PEPP) of the social workers, and searches for an answer to the following research problem: How does the PEPP is materialized on the daily social workers' interventions? This dissertation aims to analyze the way in which social workers materialize the Professional Project in order to contribute for the debate of the professional category and stimulate a reflective professional practice. To this end, we recreate the historical process of the profession in Brazil, since its genesis until the theoretical-methodological maturation, which is based on the Marx's Critical Social Theory. This recreation allowed us to understand the formation and setting of PEPP, based on the Laws of the Profession Regulamentation, the Professional Ethical Code, and on the ABEPSS's guidelines. The Dialectical-Critical method is present in every part of the creation of this work, along with the contribution of categories such as totality, historicity, and contradiction to the obtention and analysis of the phenomena in the concrete reality. To achieve the study goals, we made a qualitative research collecting empirical data and making a bibliographical and documental analysis on the course of Specialization in Social Intervention with Families from the Faculty of Social Work of PUCRS, since we understand that this is a place with the permanent promotion of education. In the evaluation of the social workers' answers to the questions of the instrument, we notice, through content analysis, that there are possibilities for the PEPP materialization once the professional actions agree with the social and political direction of the profession, which has as main goals the human emancipation and the social transformation. We highlight that PEPP is a theme that needs more discussion in the knowledge production of the Brazilian Social Work due to its importance to the understanding of the profession as well as the real possibilities that it allows the professional to achieve by materializing the project within the limits imposed by the capitalist society.

Keywords: Social Service. Marx Critical Social Theory. Professional Project Ethical-Political. Professional Exercise.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Identificação do ano e Universidade/Faculdade de Formação.....	86
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABAS: Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS: Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ASPA: Associações Profissionais de Serviço Sociais
CA: Centro Acadêmico
CAPES: Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEAS: Centro de Estudos da Ação Católica
CEDEPSS: Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CEP: Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CFAS: Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS: Conselho Federal de Serviço Social
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS: Conselhos Regionais de Assistentes Sociais
CRESS: Conselho Regional de Serviço Social
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DA: Diretório Acadêmico
EAD: Ensino à Distância
ENESSO: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FIES: Programa de Financiamento da Educação Superior
MEC: Ministério da Educação e Cultura
MESS: Movimento Estudantil do Serviço Social
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PEPP: Projeto Ético-Político Profissional
PROUNI: Programa Universidade para Todos
PT: Partido dos Trabalhadores

PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Federais

SIPESQ: Sistema de Pesquisa

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFAS: Unidades de Formação Acadêmicas

UNIPAMPA: Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DO CONSERVADORISMO À INTENÇÃO DE RUPTURA	17
2.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROFISSÃO NO PAÍS	17
2.2 PRIMEIRAS ESCOLAS E VERTENTES DE PENSAMENTO.....	21
2.3 MOMENTO DE RUPTURA COM AS TENDÊNCIAS INICIAIS DO SERVIÇO SOCIAL.....	28
3 AMADURECIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO E ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	38
3.1 INTERLOCUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM O MARXISMO REAL ..	38
3.2 PILARES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL	47
3.3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL	59
4 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA	71
4.1 O MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO	72
4.2 O PROCESSO DE PESQUISA.....	78
5 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL: ENTRE O REAL E O ABSTRATO.....	83
5.1 A DIALÉTICA NA VIDA COTIDIANA	85
5.2 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	93
5.3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO.....	116
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PROFISSIONAL	117
APÊNDICE C: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CBAS 2013	119
APÊNDICE D: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ENPESS 2014	130
ANEXO A – CARTA DE APROVAÇÃO INSTITUCIONAL	140
ANEXO B – PARECER DO SISTEMA DE PESQUISA DA PUCRS (SIPESQ)	141
ANEXO C – COMPROVANTE DO ENVIO DO PROJETO AO CEP.....	142
ANEXO D - FOLHA DE ROSTO DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS.....	143

ANEXO E - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUCRS	144
--	-----

1 INTRODUÇÃO

O importante é começar a escrever, a escrita vem a partir de reflexões, experiências vividas e anseios negados, ou talvez amortecidos na vida cotidiana. Por isso, é que se deve manusear o lápis e colocar a mente para funcionar, abrindo horizontes tão longínquos quanto nossos pensamentos. Este momento é necessário porque aqui, nestas linhas, se relata uma história, que não é de um “ser” apenas, mas talvez seja de muitos seres humanos, que estão envolvidos num pensamento e desejo de transformação da realidade cotidiana e almejam uma sociedade diferente da que se vive.

A palidez da realidade concreta, muitas vezes, desnuda aos olhos imediatos, faz perceber o que parece ser e que não é. O ser humano, como um ser social¹, percebe que é preciso mudanças, e essas, são caras a toda a comunidade social, mas, à base do duro cotidiano vivido é mais fácil negar o movimento, e seguir o objeto dado, datado, vivido.

A escolha da profissão pressupõe uma opção de vida. Quando essa escolha é alicerçada em fundamentos políticos, culturais e ideológicos anseia-se contribuir, de alguma forma, por mínima que seja ou possa parecer, para a constituição de uma sociedade mais igual e justa para todos os seres sociais. É para onde deve-se olhar. Dessa forma, quando se escolhe é preciso conhecê-la, aproximar-se e afastar-se, muitas e sucessivas vezes, para assim entendê-la e compreendê-la. Por isso a escolha da profissão é tão importante. E sendo o Serviço Social escolha de formação e cotidiano de vida, é essencial conhecê-lo.

A presente dissertação, então, versa sobre a materialização do Projeto Ético-Político Profissional dos assistentes sociais, por meio da leitura da realidade concreta embasada na Teoria Social Crítica de Marx², e o Método

¹ “Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a “sociedade” como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não pareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*” (MARX, 2010, p. 107, grifos do autor).

² “A teoria social de Marx, [...], tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua ultrapassagem revolucionária: é uma teoria da sociedade burguesa sob a ótica do proletariado, buscando dar conta da dinâmica constitutiva do ser social que assenta na dominância do modo de produção capitalista” (NETTO, 1987, p. 19).

Dialético-Crítico como forma de análise da mesma, por meio das categorias totalidade, historicidade e contradição. “O materialismo histórico é um avanço [...], estendendo o conhecimento da natureza ao conhecimento da sociedade humana [...]” (QUIROGA, 1991, p. 65). Este trabalho justifica-se pela necessidade e urgência de aprofundar o debate e reflexão sobre o tema. Por isso, é essencial que se estabeleçam estudos a respeito do Projeto Profissional, pois é importante fortalecer a categoria de forma coletiva, e fomentar debates, discussões e reflexões acerca da direção social da mesma. E, com isso, verificar de que forma este projeto está sendo entendido/vivenciado e materializado no cotidiano de trabalho dos profissionais e nos seus processos contínuos de formação profissional.

Essa pesquisa originou-se da trajetória acadêmica e militante da mestrandia, que teve participação ativa na luta junto ao Movimento Estudantil do Serviço Social (MESS), e dedicou-se organização e articulação com os movimentos sociais, que percorreu a Graduação com pensamento questionador e crítico do mundo, e defendeu seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O Projeto Ético-Político do Serviço Social: análise crítica da materialização junto à política de assistência estudantil da Universidade Federal do Pampa”, tema que já faz parte da formação acadêmica da pesquisadora e que suscita aprofundamentos e dedicação.

Nesse momento é mister compreender e verificar como o Projeto Ético-Político Profissional é visto e materializado no cotidiano profissional, bem como na sala de aula e nos espaços de trabalho, pois os elementos que o constituem instituem relevância social, política e institucional para a categoria dos assistentes sociais, e por meio desse estudo, pode-se colaborar com o processo de reflexão dos profissionais da área, pois, “[...] o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, [...]” (BOSCHETTI, 2007, p. 32). E busca-se contribuir para o processo de formação, a fim de, fortalecer a direção social crítica da profissão, que visa orientar as intervenções teórico-práticas vivenciadas no cotidiano do exercício profissional do assistente social, inserido na sociedade capitalista. Dessa maneira, “[...] o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 424),

precisando assim de estratégias elaboradas numa perspectiva crítica para condução de intervenções que visem à transformação da realidade social dos sujeitos.

Na verdade, nem sempre é o pesquisador que procura o tema, e sim, o assunto que encontra o pesquisador, que necessita entusiasmar-se pelo seu objeto, pois, “[...] o tema de pesquisa precisa ser instigador, mobilizador, precisa nos apaixonar [...]” (PRATES, 2004), ir além das fronteiras da imaginação. É preciso doar-se em constante busca pelo conhecimento, e uma pausa aqui é importante, o conhecimento, não é meu não é teu, não é nosso. Ele é da humanidade, e ele precisa ser repassado, para toda sociedade como forma de socialização do conhecimento. Porque quanto mais conhecimento teórico-metodológico se tem, melhores condições se têm de intervir no cotidiano concreto.

A pesquisa também emerge da necessidade de conhecimento, apreensão e reflexão acerca do Projeto Profissional da Categoria. Por isso, se mostra relevante pesquisar a respeito do Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua concretude no processo de educação permanente dos assistentes sociais, e assim fortalecer o debate junto aos programas de Pós-Graduação, *lato sensu* (especializações) e no *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), existentes no Brasil e que se consolidam a partir da década de 1970 a 1980. “Toma-se por suposto o reconhecimento dos avanços do Serviço Social como área de conhecimento e o peso definitivo que teve, nesse processo, a criação da pós-graduação a partir da década de 1970” (AMARAL, 2012, p. 231).

A Pós-Graduação mostra-se como excelente espaço de estudo, neste caso, um curso de especialização (*lato sensu*), foi escolhido como *locus* privilegiado de aproximação para a coleta de dados sobre a materialização do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP). Esta pesquisa teve como problema central: Como é materializado o Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano interventivo dos (as) assistentes sociais? Seu objetivo geral era: “Analisar como os Assistentes Sociais materializam o Projeto Ético-Político Profissional, com intuito de contribuir para o debate da categoria profissional e estimular uma práxis profissional reflexiva”. As questões que nortearam a pesquisa foram: Qual a concepção dos Assistentes Sociais em relação ao Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social? De que forma os referidos profissionais

materializam no seu cotidiano interventivo o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social? Como se dá a articulação entre a teoria e prática no cotidiano profissional dos entrevistados? E foram construídos os seguintes objetivos específicos: Verificar a compreensão dos Assistentes Sociais entrevistados sobre o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social; Analisar de que forma os profissionais entrevistados materializam no seu cotidiano de trabalho, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social; Verificar como se dá a articulação entre teoria e prática, enquanto unidade operacional indissociável de materialização do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

Para a discussão sobre a temática, buscou-se apoio nas categorias teóricas ou explicativas da realidade: Serviço Social, Teoria Social Crítica de Marx, Projeto Ético-Político Profissional, Exercício Profissional, que serão explicitadas durante os capítulos, para melhor entendimento do trabalho. Durante o percurso, emergiu como categoria empírica a “garantia de direitos”, porque os pesquisados, em sua maioria, estabeleceram um diálogo entre seu cotidiano interventivo e a garantia de direitos dos usuários que procuram os serviços.

O título do trabalho remete a uma alternância entre o real e o abstrato na materialização do PEPP, por entender que na sociedade de classes, imposta pelo capitalismo no qual se vive na atualidade, parece no mínimo utópico ou sonhador crer numa transformação de realidade social, com vistas a emancipação social dos sujeitos. Porém o Serviço Social nos últimos anos tem colaborado com outros setores, para que na concretude do real, se construam e fomentem mudanças na realidade, por menores que sejam. Entretanto, a profissão por construção coletiva da categoria, alicerçada nos pilares e respaldada na Teoria Crítica durante suas intervenções diárias, almeja uma outra sociedade, diferente da atual.

O presente trabalho está subdividido em seis capítulos, sendo que o primeiro apresenta a introdução da dissertação. O segundo capítulo apresenta o processo histórico da gênese do Serviço Social, a fundação das primeiras escolas e suas vertentes, bem como o surgimento do Movimento de Reconceituação trazendo um panorama dos anos 1930 até final dos anos 1970, com grandes lutas e conquistas da categoria profissional, destacando momentos

importantes para a construção do que se denominou mais tarde de Projeto Ético-Político Profissional (PEPP).

O terceiro capítulo demonstra como a Teoria Social Crítica de Marx foi se estabelecendo como referencial teórico no Serviço Social brasileiro, revendo acontecimentos importantes da profissão desde os anos 1980 até os dias atuais, que contribuíram para o processo de amadurecimento teórico da categoria profissional. Entre esses fatos destaca-se o incremento da produção do conhecimento por meio do fomento à pós-graduação em Serviço Social, como área do saber. Nesse capítulo aborda-se, a discussão sobre categorias centrais como trabalho, questão social, e sobre os pilares que dão sustentação ao Projeto Ético-Político Profissional, como a Lei da Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), o Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e as Diretrizes da ABEPSS (1996), que se consolidam nos anos 1990, produzindo concretude e materialização ao Projeto Profissional. Faz-se também referência aos Projetos Societários (Capitalista e Transformador), e a vinculação do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) ligado a um Projeto de Transformação Social, como um conjunto de elementos que contribuem para sua materialização da realidade concreta, durante o exercício profissional do assistente social.

No quarto capítulo discute-se o caminho metodológico percorrido durante o processo de pesquisa, e o embasamento no Método Dialético-Crítico para apreensão da realidade social, com vistas a uma aproximação da essência dos fenômenos. O quinto capítulo apresenta uma análise dos dados e as “descobertas” propiciadas pela pesquisa, e as reflexões sobre a materialização do Projeto Ético-Político na realidade concreta, com vistas a compreender esse momento de relação teórico-prática no exercício profissional do assistente social. Discute-se, ainda, sobre a possibilidade efetiva da materialização, junto aos profissionais quando comprometidos com os pilares da profissão, numa perspectiva de mudança social e emancipação dos sujeitos atendidos. E traz brevemente o estado da arte sobre o PEPP, no último CBAS e ENPESS, respectivamente. Nas considerações finais do trabalho, que não tem a pretensão de esgotar essas discussões sobre a temática abordada, afirma-se a possibilidade de materialização do PEPP, no cotidiano interventivo dos assistentes sociais, durante o exercício profissional.

2 A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DO CONSERVADORISMO À INTENÇÃO DE RUPTURA

Para entender a profissão e sua relação com a sociedade, nos dias atuais, é preciso compreendê-la no seu contexto histórico e seu movimento, até chegar ao que ela é hoje, uma profissão que luta constantemente pelos direitos sociais, políticos, civis e humanos. Por isso, apresenta-se como essencial ao processo da dissertação uma análise, que não conseguirá, certamente desvendar todos os momentos desses 80 anos de história do Serviço Social no Brasil. Mas, buscar-se-á o mais fidedignamente possível a aproximação com essa trajetória histórica de lutas, conquistas, perdas e ganhos. “O Serviço Social brasileiro é uma construção histórica e coletiva da categoria profissional, de várias gerações de assistentes sociais que contribuíram para isso” (MARTINELLI; RAICHELIS; YAZBEK, 2008, p. 6). Por isso, é importante trazer aqui um resgate histórico da profissão, para poder refletir e entender como o hoje denominado Projeto Ético-Político foi construído pelos assistentes sociais e sua trajetória até os dias atuais, pois, ele foi sendo constituído a partir da organização coletiva da categoria profissional, ao longo dos anos.

2.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROFISSÃO NO PAÍS

Como bem se sabe, o Serviço Social que existe hoje, no século XXI, não é o mesmo que foi implantado, na década de 1930, no Brasil. Por isso, é importante compreender seu entorno, suas origens e como se desenvolveu, rememorando assim, seu processo histórico de construção, para o entendimento de como se chegou ao Projeto Ético-Político Profissional que hoje norteia a profissão. O Serviço Social nasceu no contexto mundial do capitalismo. Nesse período, o capitalismo era considerado ordem natural e as situações de conflitos e a luta de classes eram vistas como um desvio (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). A profissão sofreu diversas influências de diferentes países, em que já existia a profissão, como acentua Vieira (1980, p. 105) “O Serviço Social não se desenvolveu em todos os países e em todas as épocas da mesma maneira; o contexto social, econômico e político o influenciou em cada momento histórico”.

Foi no contexto de “ajuda aos pobres” que o Serviço Social surgiu no Brasil. E foi marcado fortemente pela “prática da caridade”, havendo necessidade, assim, de um treinamento para as “moças/damas da caridade” que deveriam atender aos mais necessitados. Havia então, a “[...] seleção e preparação de uma pequena elite virtuosa, escolhida em meio à boa sociedade, e que vê por missão redimir os elementos decaídos do quadro social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 235). Esses são os primeiros passos para as Escolas de Serviço Social no Brasil, visto que, em épocas anteriores, a população pobre era tratada pelas instituições assistenciais como desocupada, desordeira, e as instituições selecionavam quem era merecedor ou não de “ajuda”.

Na gênese, na década de 1930, a formação em Serviço Social, tinha com base, princípios doutrinários e morais oriundos “[...] da ação desenvolvida pela Igreja no campo social” (AGUIAR, 2011, p.31), que operavam esboços para o estudo do Serviço Social. E conforme Barroco, a “[...] formação profissional dos primeiros assistentes sociais, seus valores reforçam a cultura conservadora presente na formação moral da mulher” (2007, p.79). É importante deixar claro aqui, que, em nenhum momento, se está menosprezando ou desconsiderando o trabalho da Igreja Católica no Brasil e no mundo, apenas se reconhece o que acontecia na época em que o Serviço Social nascia no Brasil.

Como aconteceu em outros contextos de catequização e doutrinação dos povos havia na Igreja Católica brasileira a concepção de que o povo precisava ser doutrinado, por meio de uma ação renovadora. Como o Serviço Social nasceu, ligado à atuação da Igreja Católica, primou-se, desde o início, pela formação doutrinária e moral de seus integrantes (AGUIAR, 2011). E, nesse contexto, diversas abordagens perpassaram o Serviço Social no Brasil com diferentes concepções filosóficas, psicológicas e sociológicas. Quanto a esse aspecto destaca-se a contribuição de Mary Richmond³ que desempenhou um papel muito importante no Serviço Social nascente. Ela valorizava o ambiente onde vivia o “cliente” e as circunstâncias específicas de sua situação (VIEIRA, 1980).

³ “Foi uma das grandes precursoras do Serviço Social e publicou a obra intitulada O Diagnóstico Social” (BULLA, 1992).

No início do século XX havia na Igreja Católica uma grande preocupação de contrapor os movimentos que vinham se formando como o socialismo⁴ e o comunismo⁵, que estavam recrudescidos com a fundação do Partido Comunista em 1922 (LIMA, 1983). Por isso, é importante conhecer a história que existe por de traz dos acontecimentos cotidianos e rotineiros do Brasil e do mundo. Como bem explicam Iamamoto e Carvalho no livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, a Igreja Católica tinha como um de seus objetivos “[...] Reconquistar as massas, ir ao povo, liberá-lo da influência nefasta do socialismo, aconchegá-lo no comunitarismo ético cristão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 227). Era um grande “pavor” falar-se de comunismo, naquela época. Marx e Engels, já chamavam a atenção para esse medo, dizendo no Manifesto do Partido Comunista “um espectro ronda a Europa - o espectro do Comunismo” (2008). Com esse “medo” do Comunismo e a necessidade de restauração da sociedade cristã foi criada, em meados da década de 1930, a Ação Católica, com base nas encíclicas papais.

A Ação Católica, dada a sua importância, estava sendo criada em vários países, atendendo aos apelos papais desde as encíclicas *Rerum Novarum* de Leão XIII, de 15 de maio de 1891, e a *Quadragesimo Anno* de Pio XI, de 15 de maio de 1931. Ambas chamavam a atenção sobre a questão social, alertando para a necessidade de proteção à classe operária, de uma justa distribuição das riquezas, e para a infiltração ideológica marxista no meio operário. A solução desses problemas, considerados de ordem social moral, era atribuição da autoridade da Igreja (LIMA, 1983, p. 34, grifos do autor).

Então a Igreja concluiu que necessitava qualificar seu quadro de militantes para o trabalho da Ação Católica (AGUIAR, 2011), porque a vocação social exigia alguma forma de formação, um estudo com necessidade de educação específica ou uma *formação técnica especializada* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, grifos do autor). Como já existia no Brasil o Centro de

⁴ “[...] para o homem socialista, toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem, então ele tem, portanto, a prova intuitiva, irresistível, do seu nascimento por meio de si mesmo, do seu processo de geração” (MARX, 2010, p.114). “No SOCIALISMO ainda há classes, divisão do trabalho por profissões, elementos de uma economia de mercado e de direito burguês, que se manifestam no princípio da distribuição dos bens de acordo com a quantidade de trabalho proporcionado por cada um à sociedade” (BOTTOMORE, 1983, p. 389, grifos do autor).

⁵ “Chamamos comunismo ao movimento real que supera o atual estado das coisas. As condições desse movimento resultam do pressuposto atualmente existente” (MARX, 2009, p.52).

Estudos da Ação Social (CEAS)⁶, que formava pessoal para atuar nas obras sociais da Igreja Católica, que uma das missões era “[...] salvar as almas pela *cristianização dos indivíduos, da Família e da Sociedade*” (AGUIAR, 2011, p. 35, grifos do autor), organizou-se então a fundação das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil a partir desse centro.

O contexto sócio histórico dos anos 1920 e 1930 são permeados por construções históricas e processos recorrentes de abertura ao “social”, havendo necessidade de entender essa conjuntura. É clássico situar o Serviço Social brasileiro próximo à Igreja Católica, sendo necessário, assim, que se destaque que “[...] a teoria social subjacente à implantação do serviço social no Brasil foi a Doutrina Social da Igreja [...]” (LIMA, 1983, p. 94). Por isso, se faz indispensável o conhecimento da trajetória histórica do Serviço Social para compreender o presente, e as mudanças ocorridas ao longo dos anos.

No seu início, a profissão era exclusivamente feminina. Essas mulheres vinham de famílias da elite e que deveriam estudar para a atividade de “ajuda” aos pobres. Balbina dá destaque à expressão “mulheres”, porque a profissão, no seu início, era constituída por moças (VIERA, 1980). Apenas nos anos 1940 é que se abre espaço para homens na profissão no Instituto de Serviço Social (SP). E “Mlle Adele de Loneuaux”, professora da Escola de Serviço Social de Bruxelas, veio dar um curso, juntos ao CEAS, de formação social em São Paulo para as senhoras e moças da sociedade paulista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Neste sentido, as primeiras Escolas de Serviço Social do Brasil foram fundadas com a perspectiva de Ação Social, ligadas a Igreja Católica. Destaca-se que surgiram “[...] como fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 186), que necessitava de assistentes sociais “habilitados” para o trabalho. Isso pressupõe que por muitos anos a Igreja Católica fez parte da formação dos profissionais, numa visão de doutrina social, de fé e caridade, diferente da existente nos dias atuais.

⁶ “O Ceas – cujos objetivos são difundir a doutrina e a ação social da Igreja Católica – inicia suas atividades sem nenhum apoio financeiro, sendo mantido com mensalidade das sócias” (MARTINELLI; RAICHELIS; YAZBEK, 2008, p. 09).

2.2 PRIMEIRAS ESCOLAS E VERTENTES DE PENSAMENTO

A primeira Escola de Serviço Social no Brasil foi fundada em São Paulo, em 1936, a segunda Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro, em 1937, e a terceira em Porto Alegre em 1945. Alguns autores divergem sobre algumas concepções a respeito da gênese da profissão no Brasil. Segundo Aguiar, esperava-se que os assistentes sociais fossem “[...] trabalhar para o restabelecimento da ordem social, [...]” (2011, p. 45), contribuindo assim para a renovação da Igreja Católica. Marilda Iamamoto considera, que a base desse posicionamento por parte da Igreja Católica seria o “[...] autoritarismo, o paternalismo, o doutrinário” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 228). Esses posicionamentos perpassam a história do Serviço Social nos primeiros tempos. São pensamentos e leituras diferentes de concepção em relação à profissão, mas que contribuem para o melhor entendimento da mesma no Brasil.

No momento em que, vindo da Europa, em 1932, o Serviço Social aparece no Brasil, a sociedade apresenta ainda traços colonialistas; arraigada tradição de caridade individual e falta de ação social; grande número de obras privadas, porém de âmbito limitado, sem recursos financeiros e com atuação empírica; iniciativa deixada ao Estado em matéria de política e de ação social; perda da tradição da ajuda mútua, pela ênfase dada ao trabalho individualista, e do trabalho comunitário em cooperação, pelas atitudes paternalistas das autoridades. Ambas são, entretanto, traços da personalidade e da cultura brasileira que podem ser reavivadas (VIEIRA, 1980, p. 140).

Percebe-se que os traços do paternalismo e do autoritarismo dos anos 1930, ainda estão impregnados na sociedade e perpassam o cotidiano brasileiro até os dias atuais. Como prova disso, ainda existe, no Brasil do século XXI, uma política focalizada e imediatista de atendimento às demandas da população que mais necessita, encontrando “[...] nas práticas assistencialistas a estratégia para dar conta da pobreza, [...]” (LEWGOY, 2009, p.122), numa perspectiva de “ajuda” e não de acesso aos direitos como se objetiva hoje na intervenção do assistente social.

As Escolas de Serviço Social “católicas” durante seu início no Brasil tinham como proposta “[...] preparar as famílias operárias, *prevenir contra sua desorganização*, procurando elevar seu nível de vida, econômico e cultural, por meio de serviços de assistência e educação” (LIMA, 1983, p. 51, grifos nossos).

Foi desta forma e com essas perspectivas que a profissão chegou ao Brasil, “[...] alicerçada no doutrinário e na moral, portanto, o elemento vocacional aliado ao catolicismo configuram o perfil inicial a ser formado [...]” (MACIEL, 2006, p.88).

Com influências internacionais o Serviço Social emerge no Brasil com a perspectiva de prevenir os “problemas sociais”, da classe trabalhadora, pois, para a Igreja Católica, a chamada Questão Social⁷, hoje objeto de trabalho dos assistentes sociais era considerada “[...] uma questão moral e religiosa” (IAMAMOTO, 2008, p. 18), com atenção doutrinária e vocacional. Com essa atenção “[...] o profissional era formado a partir de diretrizes ético-religiosas, levando em conta as suas características pessoais e a sua boa-vontade” (MACIEL, 2006, p. 89), por isso visto como vocação.

O referencial utilizado pelas Escolas de Serviço Social na sua gênese era fundamentado na filosofia (neo) tomista⁸, com influência franco-belga (LIMA, 1983), cujas bases doutrinárias a Igreja Católica buscava no Código de Malinas⁹. Nesse momento inicial das Escolas de Serviço Social no Brasil, não existia um questionamento em relação à ordem capitalista, o pensamento neste momento era de reforma da sociedade. “O Serviço Social surge num momento em que o modo de produção capitalista define a sociedade em que a Igreja se insere” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.242), e os que controlavam o modo de produção eram os que ditavam as regras da sociedade.

É importante entender que o Serviço Social no Brasil, teve influências de teorias importadas, devido as “[...] suas origens em países da Europa e nos Estados Unidos, em fins do Século XIX, no contexto do desenvolvimento capitalista” (BULLA, 2000, p.162). Primeiramente a aproximação foi com o

⁷ “A “questão social”, datada da segunda metade do século XIX, na Europa Ocidental, está organicamente conectada à emergência do proletariado no cenário político reivindicando direitos sociais” (BARROCO, 2007, p. 79).

⁸ “Os princípios de dignidade da pessoa humana, do bem-comum, entre outros, hauridos em Santo Tomás, iluminaram a teoria e prática do assistente social, desde 1936 até 1960” (AGUIAR, 2011, p. 55).

⁹ “A filosofia de Santo Tomás, bem como a doutrina da Igreja, está presente no “Código Social de Malinas”, elaborado pela “União Internacional de Estudos Sociais”, fundada em Malinas, em 1920, sob a presidência do cardeal Mercier. Este influenciou a restauração do neotomismo e marcará sua presença na ação social desenvolvida pelos cristãos. Este código iluminou a ação dos cristãos na chamada questão social e marcará também os assistentes sociais católicos brasileiros. Um dos objetivos da União era “o estudo dos problemas sociais à luz da moral católica” (AGUIAR, 2011, p.62).

modelo europeu franco-belga de ação social e, após, foi com as correntes norte-americanas (Serviço Social de casos, Serviço Social de grupo, Serviço Social de comunidade). Essas influências franco-belga e norte-americana perpassaram os currículos e também o exercício profissional durante anos.

São várias as vertentes teóricas que percorreram o processo de ensino em Serviço Social no Brasil. O que se apresentou no seu surgimento junto a Igreja Católica, como já falado acima, foi à filosofia (neo) tomista, e nesse momento a Ação Católica utilizava-se do método “[...] ver, julgar e agir” (AGUIAR, 2011, p. 49). As pioneiras tiveram uma trajetória de lutas na fase inicial da profissão no Brasil, e já surgia “[...] uma preocupação: a formação profissional” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 233), pois, era necessário especializar e qualificar o trabalho das assistentes sociais, para um melhor atendimento à comunidade. E o que se percebe é que essa inquietação, a formação profissional, perpassa toda a história do Serviço Social no Brasil em diferentes níveis e momentos.

Nos anos 1940 existiu um programa de bolsas de estudos nos Estados Unidos¹⁰, dentro da política de Boa Vizinhança de Washington (AGUIAR, 2011), pelo qual algumas profissionais do Brasil fizeram intercambio e foram estudar lá. “Em termos de Serviço Social, esses acordos significaram a mudança na sua prática com a importação de técnicas de Serviço Social de Casos de início, depois Serviço Social de Grupo e de Comunidade” (AGUIAR, 2011, p. 83). Essa aproximação fez a vertente positivista americana ter mais ênfase em seu conteúdo técnico e metodológico, numa perspectiva funcionalista. “O funcionalismo marcará sua presença nas Ciências Sociais com Durkheim, Malinoviski, Parsons e [...] Merton” (AGUIAR, 2011, p. 83). Essas vertentes não eram estanques, elas se movimentavam. Alguns grupos trabalhavam mais na perspectiva da Doutrina¹¹ Social da Igreja Católica, outros na matriz positivista, o que se quer dizer é que havia um movimento constante entre os profissionais.

¹⁰“Como marco da influência norte-americana no ensino especializado no Brasil, situa-se o Congresso Internacional de Serviço Social realizado em 1941 em Atlantic City (USA). A partir desse evento se amarram os laços que irão relacionar estreitamente as principais escolas de Serviço Social brasileiras com as grandes instituições e escolas norte-americanas e os programas continentais de bem-estar social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 240-241).

¹¹ “A doutrina caracteriza-se por ser uma visão de mundo abrangente fundada na fé em dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político, entre outros” (YAZBEK, 2009, p. 147).

O que se mostra nos textos publicados da época é que ocorreu uma confluência da vertente funcionalista com a tomista no Serviço Social.

O que se observa nesse momento inicial das Escolas de Serviço Social é que havia uma análise da realidade com base no tomismo e depois no funcionalismo, não havia uma análise da realidade embasada no referencial marxista. Era inconsistente uma organização de forma metodológica para intervir nesse processo. O olhar era muito mais para a reeducação do proletariado e para “averiguar” as situações de “anormalidade” das famílias. “As próprias escolas reconhecem a inexistência de uma sistematização que justifique o Serviço Social enquanto ramo do conhecimento e a ausência de uma metodológica específica” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 237). Essa falta de metodologia de como percorrer o caminho, fez com que o Serviço Social, por muito tempo, exercesse o papel de transmissor de conhecimentos importados de outros países.

Os profissionais não questionavam, inicialmente, a ordem vigente. Mesmo a sociedade de classes sendo uma realidade latente, os assistentes sociais, não a contestavam, pois o importante era mantê-la em equilíbrio e preservar a ordem estabelecida. Está era a percepção. O que ditava as ordens para a sociedade era a burguesia e o Estado, vigorando um grande “medo” das ideias comunistas (MARTINELLI, 2010). E é mister salientar que o Serviço Social no Brasil, durante sua gênese até os anos 1960, não apresentava um caráter questionador, claramente diferente dos dias atuais como será discutido no próximo capítulo.

É imprescindível salientar, também, que nesse momento de confluências e final do primeiro governo de Getúlio Vargas, se teve o surgimento em 1945 da Organização das Nações Unidas (ONU), que tinha a perspectiva de “[...] preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. Partem do pressuposto de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo” (AGUIAR, 2011, p. 95). Por isso tanto receio quanto ao socialismo/comunismo. “Na América Latina, as proposições da ONU serão assumidas e repercutirão através da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL” (AGUIAR, 2011, p. 96). Sob essa influência o Brasil estava em crescente processo de desenvolvimento nacional, portanto, de crescimento para o País, mas não havia um pensamento sobre a transformação social.

O que se constata na época, é a tentativa de “combater” qualquer chance de comunismo no Brasil e no mundo. Esse embate foi maior nos anos posteriores, durante a ditadura militar (1964-1984). Percebe-se essa tendência até nos dias atuais, por meio da política, da educação, da mídia que apresentam ideias deturpadas do que realmente seria o socialismo/comunismo.

É nesse contexto que o Serviço Social se vê alienado aos valores do capital e do mundo burguês. Como bem traz Martinelli em seu livro “Serviço Social: Identidade e alienação” (2010, p. 128), “[...] os agentes profissionais eram cada vez mais aprisionados pelos tentáculos da alienação, [...]” e “[...] produzindo ações delimitadas pelos interesses da burguesia [...]” (2010, p. 128), pois esses aspectos fortalecem a utilidade do profissional para o sistema capitalista. Nessa perspectiva era visível que a “[...] ausência de identidade profissional, de projeto profissional específico, produzia uma grande fragilidade em termos de consciência política, de consciência social” (MARTINELLI, 2010, p. 131).

No ano de 1945 ocorreu o 1º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, pelo 20º aniversário da Escola de Serviço Social do Chile (AGUIAR, 2011). Esse Congresso teve consequências importantes para o Serviço Social brasileiro que marcam o processo de organização coletiva dos profissionais da área, que, como bem se sabe, nos dias atuais, mostra sua força de forma hegemônica na profissão. A organização coletiva da categoria se apresenta importante desde seus primórdios no Brasil. Com a criação em 1946, do órgão chamado de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)¹², já se visualiza essa organização coletiva, que desde o seu início luta pela definição de um currículo mínimo para a formação, e para aprimoramento do ensino em Serviço Social.

Nesses mesmos anos a Associação Brasileira de Assistentes Sociais conhecida como ABAS, teve seus primeiros momentos de busca de aperfeiçoamento e garantia dos interesses éticos da profissão (LIMA, 1983). Naquela época se apresentava a articulação das suas instâncias organizativas de representação da profissão, mesmo com pouco tempo de existência no Brasil, apenas dez anos. Mostrava-se desde aqueles momentos fortes indícios de uma construção de lutas coletivas e organizadas junto à categoria profissional. E após

¹² “[...] a ABESS aparece como principal agência de difusão das modificações curriculares e de homogeneização do ensino no âmbito nacional” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 242).

dez anos do nascimento da primeira Escola no Brasil, o Serviço Social já se organizava de forma coletiva por meio de suas instâncias representativas. E já no décimo primeiro ano, em “[...] 1947, realizou-se em São Paulo o I Congresso Brasileiro de Serviço Social” (VIEIRA, 1980, p. 143), forte espaço de deliberação da categoria profissional na época.

Verifica-se, já nesse início, uma organização de forma coletiva dos assistentes sociais, com esforços da ABESS e ABAS por uma legislação que regulamentasse a profissão no Brasil. “O Decreto nº 35.311, de 8 de abril de 1954, que regulamentou a Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953, sobre o ensino do Serviço Social, determinou um currículo mínimo para os processos e campos exigidos” (VIEIRA, 1980, p.147).

Com essa mesma envergadura e luta pela organização do Serviço Social no Brasil, criam-se as Associações Profissionais de Serviço Social (ASPA). A primeira ASPA foi organizada em 1954 e anos depois transformada em Sindicato no Estado do Rio de Janeiro (VIEIRA, 1980). Novamente observa-se que, desde os primórdios, os assistentes sociais organizavam-se de forma coletiva. Pois no dia “[...] 15 de maio de 1962, o Decreto federal nº 994, regulamentando a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1952, criou o Conselho Federal de Assistentes Sociais, [...]” (VIEIRA, 1980, p. 152). Essa análise é imprescindível, pois, dessa forma, pode-se observar, como as hoje chamadas de instâncias organizativas da profissão, desde seus primórdios já se organizavam na perspectiva de articulação entre si. Mostra-se importante a articulação com as instâncias como Conselho Federal citado acima, bem como os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).

O CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais tem como finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão; elaborar o Código de Ética Profissional; orientar e fiscalizar os CRAS – Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – criados em cada região e servir de órgão técnico-consultivo do governo em matéria de Serviço Social. Os assistentes sociais são obrigados a se inscrever no CRAS de sua região para exercer a profissão e estes emitem para isso uma carteira profissional (VIEIRA, 1980, p.152).

Esses órgãos mudaram de nome e passaram a denominar-se CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), com a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão (nº8662/93),

um dos pilares do Projeto Profissional, que será discutido no próximo capítulo. Pode-se incluir, também, como parte da organização dos profissionais o CBCISS. O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio é uma associação cultural que contribuiu para a organização dos Seminários Nacionais Araxá¹³ e Teresópolis. Foi também importante órgão de divulgação da produção do conhecimento do Serviço Social (Cadernos Verdes; Revista Debates Sociais) (BULLA, 1992). Esses Seminários Nacionais foram importantes para a construção da Teoria do Serviço Social, “[...], em Araxá, MG, em 1967, e em Teresópolis, Estado do Rio, em 1970, [...]” (VIEIRA, 1980, p. 155).

As configurações que se originavam desse momento eram de organização da profissão, com o fortalecimento nos órgãos que estavam sendo criados e na materialização dos documentos, como o processo dos Códigos de Ética Profissionais (1947, 1965, 1975, 1986, 1993), que foram estudados e aprofundados no decorrer dos anos. “Os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975” (BARROCO, 2007, p. 95).

É observado que durante os três primeiros Códigos de Ética os pressupostos neotomista e o positivista, que compõem também a formação em Serviço Social no Brasil até final da década de 1970, legitimam-se durante a ação profissional interventiva dos profissionais da época. “Em, 1948, a ação profissional é claramente subordinada à intenção ético-moral dos seus agentes, entendida como uma decorrência natural da fé religiosa” (BARROCO, 2007, p. 95-96).

Os Códigos de 1986 e 1993 mudam essa perspectiva, buscando fundamentação na Teoria Social Crítica de Marx. Hoje o Código de Ética Profissional em vigor é o que foi construído em 1986, e que passou por algumas alterações, estando em vigência desde 1993. Esse código será discutido no próximo capítulo.

¹³ “O 1º Seminário de Teorização do Serviço Social foi promovido pelo CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, que convocou um grupo de 38 assistentes sociais para uma semana de estudos sobre “Teorização do Serviço Social”, Esse encontro aconteceu de 19 a 26 março de 1967, em Araxá, Minas Gerais” (AGUIAR, 2011, p. 147).

2.3 MOMENTO DE RUPTURA COM AS TENDÊNCIAS INICIAIS DO SERVIÇO SOCIAL

Nos momentos iniciais dos anos 1960 começava a surgir, aos poucos, a consciência crítica dos profissionais. Martinelli (2010) chama-os de “agentes críticos”, que no cenário histórico dos anos iniciais da ditadura militar (1964) se viam a mercê de questionamentos¹⁴, e contradições em relação à sociedade e a realidade da profissão no Brasil e na América Latina.

[...] a aceleração da consciência não é um produto derivado de condições externas nem mesmo o somatório de etapas de um processo. Ao contrário, é fruto de um movimento contraditório e complexo de um sujeito histórico que conseguiu, tanto quanto possível, se libertar da reificação, permitindo que ascendessem ao consciente as contradições imanentes ao processo histórico-social. Expressa fundamentalmente o resultado de uma busca consciente de superação da atitude contemplativa, imediata e superficial, e do pensamento abstrato, esvaziado de conteúdo, reflexão e crítica. Implica, portanto, uma ruptura crucial – a ruptura da alienação [...] (MARTINELLI, 2010, p. 137).

O que se percebe é que a ruptura da alienação começa a se fazer presente, por meio de questionamentos em relação à identidade profissional, no momento em que o Brasil sentia as algemas da ditadura militar (1964), reprimindo todos os movimentos de natureza social. Esse “[...] movimento cívico-militar de abril foi inequivocamente *reacionário* – resgatou precisamente as piores tradições da sociedade brasileira” (NETTO, 2007, p.25. grifos do autor), e demonstrou toda a força do retrocesso nas diversas áreas (educação, cultura...), como também na organização da classe exploradora. Esses questionamentos perpassavam o cotidiano das Escolas de Serviço Social, e afloraram mais na década de 1960, com o golpe, e atravessam a América Latina como um todo, e o Brasil não ficou de fora.

¹⁴ “No início da década de 1960, grupos de assistentes sociais passam a questionar o Serviço Social quanto à sua natureza e operacionalidade. Esse questionamento é o da validade do corpo teórico do Serviço Social em face à realidade da América Latina. No Brasil esse questionamento se fez por um número significativo de assistentes sociais, quer pelos que estavam comprometidos com os programas do governo mas que desejavam reformas, quer por aqueles mais ligados com o povo. Esse questionamento começa a consolidar-se com os chamados seminários regionais promovidos por assistentes sociais latino-americanos. O primeiro foi realizado em 1965, em Porto Alegre, com profissionais da Argentina, Uruguai e Brasil” (AGUIAR, 2011, p. 159).

Era uma efervescência de relações, de questionamentos à ordem social, inserção de pensamentos revolucionários que, na gênese da profissão, não se apresentavam. Porém nesse mesmo período a ditadura militar/golpe de 1964, vem e passa um “rodo” em tudo, e acalma/esfria os ânimos. E a falta de consciência social, política e de estudos que refletissem a sociedade e sua condição contribuíam para a situação. O amadurecimento político e crítico dos profissionais só vem com o tempo.

Esse contexto era de extremo cuidado em relação às ideias revolucionárias de esquerda que surgiam, pois o momento era de repressão, e perda de direitos. Porém, é neste quadro conjuntural do golpe de 1964, que começa a surgir a inspiração de esquerda, com várias vertentes diferentes, e o aprofundamento “[...] das fontes originais do pensamento socialista revolucionário, [...]” (NETTO, 2007, p. 108), que antes apareciam mais de forma clandestina e subalterna, como a que entrou no Brasil nos anos 1920 com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esse é o momento em que ocorre a emergência do marxismo acadêmico (um marxismo sem Marx), pois não eram feitas leituras na fonte das obras de Karl Marx, e sim nas publicações de autores que liam e interpretavam essas obras.

A década de 60, mais precisamente o ano de 1965, momento em que se iniciou a deflagração do Movimento de Reconceituação – resposta a uma crise interna da profissão, aguçada por uma “crise” estrutural e conjuntural da realidade brasileira -, encontrou a categoria profissional como um grupo subalterno que, não tendo tomado coletivamente consciência de sua força e de suas possibilidades, não havia conseguido superar ainda a fase do primitivismo em termos de consciência política, de consciência crítica (MARTINELLI, 2010, p. 144).

As ponderações dos fatos que marcam a profissão no Brasil são transversais ao seu processo de gênese, transformação e maturação. Na profissão, durante os anos 1960 e 1970, em que se vivia o período de forte truculência e perda de direitos, com o golpe de 1964, também existiam organizações de resistência e perspectivas de mudança, não apenas da própria profissão como da sociedade, que necessitava dar respostas as duras investidas da ditadura. A ênfase no Movimento de Reconceituação, só pode ser situada dentro de um contexto muito mais amplo, de caráter mundial e não de forma isolada (NETTO, 2005). O Movimento de Reconceituação trouxe para o Serviço

Social brasileiro o horizonte de mudanças aliado à classe trabalhadora e assim se vendo, também, como trabalhador assalariado. Pois esse Movimento, “[...] impõe aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses dos trabalhadores e das camadas populares usuárias das políticas públicas” (MARTINELLI; RAICHELIS; YAZBEK, 2008, p. 16).

A perspectiva de mudança, que perpassava a profissão, coincidia com a necessária e urgente consciência dos profissionais que questionavam esse contexto e que eram os impulsionadores da virada na profissão. Marx e Engels já diziam que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2009, p. 32). Assim a ausência de identidade que, por fim, acaba fragilizando a consciência crítica dos profissionais, aos poucos ia se rompendo. “Foi só a partir do momento em que começou a romper a alienação, a negar identidade atribuída, a recusar os modelos importados, que a categoria profissional conseguiu expandir sua base crítica [...]” (MARTINELLI, 2010, p.151).

A década de 1960 foi extremamente importante para o Serviço Social brasileiro e Latino-Americano. “O posicionamento crítico [...] emerge não apenas de iniciativas individuais, mas como resposta às exigências apresentadas pelo movimento histórico” (IAMAMOTO, 2008, p. 37). Os profissionais se organizavam para (re) construir a profissão de forma coletiva.

Esse Movimento de Reconceituação que marcou a década de 1960, iniciou o processo de renovação da profissão, buscando romper com o Serviço Social tradicional. Segundo Netto, esse movimento “[...] é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional” e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características” (2007, p. 146). Ao longo da formação em Serviço Social, a decisão de romper com o tradicionalismo e conservadorismo¹⁵ da profissão significa, mudar a concepção do seu início, com suas teorias importadas e uma não vinculação com a realidade concreta da sociedade. Faz-se primordial compreender que com a inspiração marxista, após a Reconceituação e com

¹⁵ “O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista” (YAZBEK, 2009, p. 147).

aproximação das leituras de Karl Marx, o Serviço Social teve uma mudança não apenas ideológica, mas teórica e política. “É no marco da reconceptualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista [...]” (NETTO, 2007, p. 148). Por isso, se faz necessário, para essa produção a discussão da Teoria Social¹⁶ Crítica de Marx, que trouxe implicações importantes para o processo de amadurecimento da profissão. Hoje o referencial teórico-metodológico do Serviço Social é inspirado na Teoria Social Marxista, mas esse referencial foi sendo apropriado, e construindo pela profissão nos últimos anos. Pois, a “[...] aproximação do Serviço Social com a *teoria marxista* não foi casual, mas resultado de avanços acumulados pela profissão em sua trajetória política, ocupacional e teórica na sociedade brasileira” (LARA, 2013, p. 216), não sem problemas, pois existia muita “mistura” de outras vertentes teóricas.

O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis do pensamento de inspiração marxiana no caminho de ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire. Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista em nosso terreno profissional; entretanto – e não há que perder de vista o aspecto -, o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, *antes inexistentes*, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional (NETTO, 2007, p. 148-149, grifos do autor).

É importante deixar claro, porém, que no Serviço Social brasileiro, a perspectiva marxista foi surgindo e crescendo ao longo do processo histórico, mas vai ser dado seu devido destaque para essa vinculação no próximo capítulo desse trabalho. Neste momento de efervescência, abre-se o processo dos Seminários de Teorização (Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista), em que se destaca a perspectiva modernizadora.

A perspectiva modernizadora é alicerçada pelos Documentos de Araxá – teorização e Teresópolis. Em Araxá discutiu-se tradicionalismo, harmonia,

¹⁶ “A teoria social por sua vez constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução” (YAZBEK, 2009, p. 147).

globalidade, macroatuação, formulação e gerencia das políticas sociais, transformismo, referencial estrutural-funcionalista. No Documento de Teresópolis em que dois grupos participaram dessa produção, discutiu-se requalificação profissional, redefinição do papel sócio técnico do trabalho, “funcionário do desenvolvimento”, que não se esgotam aqui, mas é preciso ressaltar que nenhum destes documentos crítica a ditadura militar vivida naquele momento. Seminário Sumaré e Alto da Boa Vista, mostraram extrema pobreza e defasagem teórica com enorme simplismo, sem material novo, segundo Netto (2007).

Como Netto analisa os seminários não criticavam as relações em sociedade e seu momento histórico. Não havia a expectativa de mudança social. O que se apresentava era a exigência de desenvolvimento do País, perpassando nele o conservadorismo¹⁷, que, para a época e no contexto, eram percebidos como forma de mudança. José Paulo Netto em seu livro, *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (2007), diz haver três perspectivas no momento da Reconceituação, seriam elas: Perspectiva Modernizadora¹⁸, Reatualização do Conservadorismo¹⁹ (inspiração fenomenológica) e Intenção de Ruptura²⁰ (renovação).

¹⁷ “O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de ideias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista” (IAMAMOTO, 2008, p. 23).

¹⁸ “Essa vertente se caracteriza pelo esforço de tornar o Serviço Social uma profissão capaz de contribuir para o processo de desenvolvimento do país, entendido como superação do atraso pela busca do progresso, do moderno. [...]. No essencial, a vertente modernizadora, do Serviço Social, orientando-se pelo desenvolvimentismo, se fundamenta, teoricamente, no estrutural-funcionalismo e se preocupa em repassar os programas governamentais para as populações, sem uma crítica à ordem vigente. Pauta-se, portanto, pela perspectiva de manutenção do social estabelecido, em que o desenvolvimento significa superação do atraso, modernização” (SILVA, 2011, p. 131).

¹⁹ “Reatualização do Conservadorismo: perspectiva do pensamento fenomenológico, sem confronto de ideias, processo de simplificação. Almeida como referência, com personalismo católico, como nova roupagem” (NETTO, 2007). “A matriz teórica dessa vertente é a fenomenologia, com destaque para as dimensões da subjetividade. Sua representante mais ilustre, no Serviço Social, é Anna Augusta de Almeida, cuja principal obra é o *livro Possibilidades e limites da Teoria do Serviço Social*, publicado em 1978, no apagar das luzes da vertente modernizadora e no despontar da perspectiva de ruptura no Serviço Social” (SILVA, 2011, p. 133, grifos do autor).

²⁰ “Intenção de Ruptura: perspectiva de renovação, romper com o tradicionalismo, mais próxima da Reconceituação, caráter de oposição à autocracia burguesa, espaço universitário importante com interação intelectual” (NETTO, 2007). “O Projeto Profissional de Ruptura, referenciado neste estudo, é identificado, historicamente, a partir dos anos 1970, com avanço significativo durante a década de 1980. Há que se registrar que, na primeira metade dos anos 1970, a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais desenvolve uma proposta profissional alternativa ao denominado tradicionalismo no Serviço Social, com toda uma preocupação com critérios teóricos, metodológicos e interventivos, explicitamente direcionada ao que entendia como interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. Assim, com

Será dada ênfase, neste trabalho, a perspectiva de Intenção de Ruptura por considerar-se que, a partir dela, somam-se esforços para uma renovação no Serviço Social brasileiro. “[...] a perspectiva de intenção de ruptura desenvolveu a sua politização, sempre em confronto com a ditadura, especialmente no marco da oposição pequeno-burguesa radicalizada” (NETTO, 2007, p. 25). Essa perspectiva mostra toda sua força com o Método Belo Horizonte²¹, em que se desenvolve forte avanço para romper com o tradicionalismo da gênese da profissão.

[...] reunidos em Belo Horizonte explicitam a primeira formulação brasileira da intenção de ruptura: eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem – e este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura, que só seria recuperado no seu terceiro momento – em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação (NETTO, 2007, p. 263-264).

Em alguns locais vai se formando uma massa crítica de profissionais, como no círculo da graduação e também da pós-graduação, que entre o final da década de sessenta e início da década de setenta, vão construindo, de forma coletiva, a vontade/intenção de romper com o passado. “Esse momento – em que o projeto da ruptura se consolida academicamente -, com o acúmulo particular que propiciou [...] uma massa crítica nova, permitiu à perspectiva da intenção de ruptura [...]” (NETTO, 2007, p. 266). Esses questionamentos e críticas, de longa data, já transcorriam os caminhos destes profissionais, pois, a forma como a realidade se apresentava e as leituras que eram feitas, não davam conta desse cotidiano. A intenção era romper com o Serviço Social tradicional, mas ainda não se tinha uma perspectiva de transformação social.

As influências vinham de diversos lados. Entre eles Althusser, Gramsci, Vicente de Paula Faleiros e outros ícones que percorreram e ainda perpassam o Serviço Social brasileiro. O que se percebe é uma dissonância entre os próprios autores marxistas do Serviço Social brasileiro contemporâneo, em

equivocos ou não, o “Método Belo Horizonte”, como ficou conhecido, não pode deixar de ser considerado um marco do Projeto Ruptura do Serviço Social no Brasil” (SILVA, 2011, p. 135).

²¹ “A primeira expressão teórica dessa vertente, a experiência de Belo Horizonte, construída entre 1972 e 1975 e conhecida como o *Método BH*, é fruto deste peculiar desenvolvimento do projeto de ruptura [...]” (BARROCO, 2007, p. 110, grifos do autor).

relação à leitura feita e no que diz respeito a datas e ao processo de amadurecimento do Marxismo com a leitura de textos de Marx, e que apresentam o Marx “original”. Quando se expõe como “original” se quer dizer, ir na fonte com a leitura dos livros de Karl Marx. No início, apresentava-se uma profissão ligada ao voluntarismo, messianismo, fatalismo e moralismo, sem fazer a leitura da realidade concreta, havendo necessidade de avançar para a aproximação da realidade objetiva da época. Com isso, fortaleceu-se a intenção de ruptura, no Serviço Social Latino-Americano.

No século passado, a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como “Serviço Social tradicional”: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005, p. 06).

Esse período era de efervescência, mas os indícios da história demonstram que foi difícil pela repressão²², violência, retrocessos e proibições do período da ditadura militar de 1964-1984. Mas era neste momento que se mostrava a força da organização coletiva e organizada dos profissionais assistentes sociais, dos movimentos sociais e da população como um todo. O movimento estudantil foi parte integrante das diversas lutas por direitos e pertence à história das conquistas sociais no Brasil, “[...] cujo protagonismo – em meio às peculiaridades da “rebelião juvenil” – foi decisivo na crítica ao tradicionalismo no Serviço Social” (NETTO, 2005, p. 08). O Movimento Estudantil foi um ator indispensável que muito contribuiu para a redemocratização da sociedade.

Com a dureza das décadas de 1960 e 1970, o Serviço Social brasileiro reuniu forças com os profissionais Latino-Americanos para a organização, em 1979, do III CBAS um momento ímpar e decisivo para a categoria profissional, denominado posteriormente de Congresso da Virada, que teve grande “[...]”

²² “[...] foi produto da brutal repressão que então se abateu sobre o pensamento crítico latino-americano – não por acaso, muitos dos protagonistas da Reconceituação experimentaram o cárcere, a tortura, a clandestinidade, o exílio e alguns engrossaram as listas dos “desaparecidos” nas ditaduras” (NETTO, 2005, p. 10).

importância na construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro” (BRAVO, 2009, p. 680). Como já dito acima, a ordem social até a década de 1960 não era questionada, e sim voltada para a manutenção do *status quo*. Ou seja, esse é um dos cerne da questão. A virada teve seu início no ano de 1965, com a realização em Porto Alegre/RS do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social (NETTO, 2007). Foram grandes momentos, de aprofundamento dos questionamentos que estavam recorrentes na época, e fazem parte do processo histórico da profissão no Brasil. Essa virada foi impulsionada e defendida por assistentes sociais que buscavam uma direção social crítica para a profissão e, junto a isso, o Serviço Social fortaleceu-se, com vistas a uma formação acadêmica e organização coletiva da categoria.

Um material que nos é muito caro para refletir sobre o chamado Congresso da Virada de 1979, é o documento organizado a partir do Seminário Nacional de 30 anos do Congresso da Virada que ocorreu no ano de 2009, com o lema “Começaria tudo outra vez se preciso fosse”. Pelos depoimentos expostos, por meio de uma rica e importante memória dos sujeitos históricos que fizeram parte do III CBAS, se percebe a magnitude desse momento e a vontade de mudança dos participantes, em construir um movimento coletivo de luta e resistência por uma sociedade humana e democrática (CFESS, 2009). A organização dos profissionais e estudantes, que participaram do III CBAS, fizeram parte da construção da massa crítica do Serviço Social brasileiro, e assumem definitivamente o compromisso com a classe trabalhadora. Além disso, enche de esperança os profissionais e estudantes ao constatar-se que existem pessoas dispostas a mudar e a lutar pelo que realmente vale a pena, e que se sintam instigados e com capacidade de indignação, tendo em vista a transformação da sociedade.

A passagem dos anos 1970 aos 1980, [...], abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo. E estes assistentes sociais investiram fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. No primeiro deles, em pouco tempo fortaleceu-se uma articulação nacional que tornou os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais um fórum maciço e representativo da categoria profissional; quanto à formação acadêmica, instituiu-se um currículo de âmbito nacional e consolidou-se a pós-graduação (mestrado e doutorado) (NETTO, 2005, p. 17).

Esses anos são marcados com a contribuição da pesquisa e a abertura dos programas de pós-graduação²³ no Brasil. Destaca-se a aproximação com as Ciências Sociais, favorecendo a incorporação do pensamento crítico e o aumento da produção teórica na área bem como o lançamento da Revista Serviço Social & Sociedade a partir de 1979 pela Editora Cortez. Constrói-se assim, um importante marco no desenvolvimento da produção do conhecimento em Serviço Social (CARVALHO [et al], 2005).

Vale ressaltar, que o Movimento de Reconceituação não é estanque nem isolado. Ele está em constante movimento dialético com a própria realidade que se apresenta contraditória. Esses posicionamentos são extraídos do livro “O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura” de Maria Ozanira da Silva e Silva (2011), que demonstra, também, algumas divergências com outros autores que estudam a temática. Como Silva aborda, “[...] o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, no Brasil, passa por uma dinâmica, condicionada ao contexto histórico da sociedade e ao amadurecimento teórico, político e ideológico dos assistentes sociais” (2011, p. 113).

Percebe-se o significado do Movimento, pois, mostra-se como espaço de disputa e vinculação de uma perspectiva que se fortaleceu no seio da categoria profissional durante a década de 1980, gerado por inquietações e questionamentos que continuam influenciando a profissão. Mesmo com equívocos, ganhos ou erros, possibilitou a reflexão da categoria sobre sua identidade enquanto parte desta sociedade.

O Movimento de Reconceituação vem, portanto, questionar as estruturas sociais, sugerindo um Serviço Social com uma prática vinculada às lutas e interesses das classes populares. Ao se estabelecer a possibilidade do vínculo da prática do Serviço Social com as classes populares, indica-se a perspectiva de transformação social enquanto exigência da própria realidade social, dada a situação de dominação e exploração político-econômica em que vivem essas classes. Tal perspectiva implica, para o Serviço Social, colocar como horizonte de sua prática o movimento de transformação da própria realidade (SILVA, 2011, p. 121).

²³ “Na dimensão acadêmica, verifica-se a criação e o desenvolvimento da pós-graduação; a iniciação da pesquisa, destacando-se a utilização da pesquisa-ação pelo Serviço Social; a abertura da Cortez Editora (inicialmente Cortez & Moraes), constituindo-se num espaço de comunicação das reflexões e debates realizados pelos profissionais que, até então, no Brasil, contavam apenas com o CBCISS, sendo que as possibilidades de acesso a publicações críticas eram bastantes limitadas ou quase inexistentes” (SILVA, 2011, p. 64).

Mas é com essas aproximações, que tanto a legitimidade da Reconceituação 1965, e a representação do Método BH²⁴, como o Congresso da Virada 1979, são consideradas como marcos da introdução da Teoria Social Crítica de Marx e do nascimento do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro, que é contra-hegemônico a sociedade burguesa. Houve como já se fez menção acima, a influência da organização dos profissionais do Método BH.

[...], a partir de 1970, que começa a ser colocada a perspectiva marxista no contexto do Serviço Social brasileiro, inicialmente representada pela vertente do estruturalismo, manifestada através da concepção das instituições vistas como aparelhos ideológicos do Estado, seguindo a tendência do Movimento de Reconceituação, em nível continental, naquele momento, que negava a prática institucional e enfatizava a militância política (SILVA, 2011, p. 55).

Percebe-se, porém, que essa aproximação é um pouco incipiente e superficial, porque a leitura era feita de autores que liam as obras de Marx e faziam suas diversas análises, e não da própria obra Marxiana²⁵, que é aprofunda com mais propriedade a partir dos anos 1980, no Serviço Social brasileiro, como será debatido no próximo capítulo.

²⁴ “Aqui merecem destaque os esforços de um grupo de profissionais que, em Minas Gerais, formula o método BH, que se constitui na mais significativa proposta crítica do Serviço Social elaborada nessa época no Brasil, influenciando o setor mais crítico da profissão, sobretudo aqueles que se encontravam nas universidades” (SILVA, 2011, p. 55).

²⁵ Não será utilizado o termo Marxiano com frequência nesse trabalho, mas se faz importante diferenciar do termo Marxista. Será utilizado José Paulo Netto, para essa distinção. “Distingo sempre a *obra marxiana* (o que é da lavra de Marx) da *tradição marxista* (o elenco diferenciado de propostas, elaborações e contribuições concretizado pela reflexão das diversas correntes marxistas)” (NETTO, 1989, p. 89, grifos do autor).

3 AMADURECIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO E ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

A década de 1980 foi marcante para os assistentes sociais e para o Brasil como momento de amadurecimento teórico-metodológico profissional e redemocratização do País. Assim, afirma-se o Serviço Social “[...] como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2001, p. 57). Dessa forma, o Serviço Social tenciona romper com as desigualdades sociais existentes e predominantes no sistema capitalista vigente. O processo histórico de organização política da categoria profissional é marcado por momentos de luta e organização coletiva, para reivindicar o fortalecimento das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas que são transversais durante a formação profissional em Serviço Social, como no cotidiano prático interventivo nas instituições. Esse amadurecimento foi a importante interlocução com o Marxismo Real, embebido na fonte original, isto é, fundamentado nas obras de Karl Marx.

3.1 INTERLOCUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM O MARXISMO REAL

Até a década de 1970 é incipiente falar de Marxismo²⁶ puro, “original” de Marx, no Serviço Social brasileiro. Mas a partir da década de 1980 é destacado falar do protagonismo de um Serviço Social crítico. Pois, “[...] a teoria social de Marx passa a ser articulada de maneira mais efetiva com a profissão, por intermédio, inicialmente de Iamamoto em 1982 no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil [...]*” (MORAES, 2013, p. 249). Essa assertiva já havia sido feita por José Paulo Netto, na apresentação do livro “*Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios Críticos*” (IAMAMOTO, 2008).

Maria Ozanira da Silva e Silva defende a tese “[...] que é na década de 1980 [...] o Projeto Profissional de Ruptura se consolida e se torna hegemônico no discurso teórico-metodológico da profissão” (2011, p. 135). Mas esse projeto é visto enquanto um projeto de intenção de ruptura com o tradicionalismo da

²⁶ Nas palavras de Lênin: “O marxismo é o sistema das ideias e da doutrina de Marx. Marx continuou e completou as três principais correntes de ideias do século XIX, que pertencem aos três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês [...]” (LENIN, 1987, p.16-17).

profissão, e não como o “atual” Projeto Ético-Político Profissional, que tem como base a transformação social com uma direção/orientação social, ética e política da profissão, fundamentado na Teoria Social Crítica de Marx. Essa leitura é abordada por ser nos anos 1980 o momento de consolidação de um Serviço Social crítico frente à realidade social brasileira. “A existência deste “Serviço Social crítico” – que hoje implementa o chamado *projeto ético-político* – é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo [...]” (NETTO, 2005, p. 18, grifos do autor).

É importante compreender esse momento, pois o Serviço Social antes de 1980 já se aproximava da leitura das obras de Karl Marx, mas de forma “vulgar”, “enviesada” “[...] a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos “clássicos” da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis” (NETTO, 1989, p. 97), por isso se diz ir a fonte, ler a obra de Marx. A visão foi construída pela leitura de autores que faziam a crítica ou referência ao pensamento marxista, mas não em sua essência e integralidade, mas numa configuração longe da leitura dos textos originais. “[...] foi uma aproximação enviesada de setores do serviço social à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes “clássicas”” (NETTO, 1989, p. 98).

O que bem se sabe, é que essas aproximações transcorrem pelo Movimento de Reconceituação, seguem durante a ditadura militar e pelo Método BH e vão amadurecendo-se no decorrer dos anos, como no III CBAS. Durante esse processo de rompimento com outras matrizes teóricas que perpassavam a profissão desde a sua gênese, já se observava um Serviço Social aproximando-se da Teoria de Karl Marx²⁷, que é fortalecida e recebe aporte nas Universidades como pilar dos eixos de ensino, pesquisa e extensão. A academia contribui para as discussões junto às instâncias da profissão para o fortalecimento do currículo de 1982²⁸, e o pensamento Marxista.

²⁷ “É a reflexão teórica que nos permite passar da prática fetichizada, manipulatória e repetitiva para uma prática mais competente e mais ampla, decorrente da teoria que a ilumina e a fundamenta. Teoria e prática são, portanto, dimensões inseparáveis” (SIMIONATTO, 2004, p.40).

²⁸ “A nova proposta curricular apresenta como aspectos centrais: considerar a questão social como foco central da formação profissional; acompanhar os processos que produzem e reproduzem a questão social, ou seja, apreender a dinâmica da vida social sob a ótica da totalidade, identificando suas várias dimensões. Ressalta a necessidade de pesquisar a

O pensamento de Marx funda uma *teoria social*: toda a pesquisa está centrada na análise radicalmente crítica da emergência, do desenvolvimento, da consolidação e o dos vetores de crise da sociedade burguesa e do ordenamento capitalista. Nesta teoria social, o traço peculiar, mais pertinente e decisivo refere-se ao seu cariz *histórico-ontológico* (NETTO, 1989, p. 92, grifos do autor).

Na contextualização histórica, se verifica que os profissionais de forma organizada e coletiva, se fortalecem enquanto categoria mesmo que, “endurecida pela ditadura militar” dos anos 1960 e 1970. Nos anos 1980, entretanto, a categoria se depara com o aprofundamento da produção de conhecimento em Serviço Social, com a inserção e especialização no trabalho coletivo, a partir da “[...] emersão do marxismo no diálogo teórico e intelectual [...]” (NETTO, 2007, p. 109).

Os anos 1980, foram momentos de redemocratização e conquistas como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988)²⁹. Contou-se também, com o surgimento de alguns movimentos importantes para a esquerda no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Naquele momento, esses movimentos surgiam como peça chave para o fortalecimento das lutas sociais no Brasil que desde a ditadura militar se viam na berlinda. “Os laços históricos com o PT de vários expoentes da construção do projeto profissional do Serviço Social que participam inclusive do Congresso da Virada podem influenciar na análise da situação vivida pelo país na atualidade” (BRAVO, 2009, p. 700). E com um quadro profissional entrosado com a realidade brasileira, vê-se o amadurecendo da profissão, no tocante da sociedade burguesa e patriarcal. Um Serviço Social laicizado e diferenciado atravessa os anos oitenta, com mais fidelidade política e social, do que em qualquer outro momento da história brasileira no contexto da sociedade moderna.

realidade e a importância de prevenir-se das armadilhas do teorismo, militância e tecnicismo, ou seja, não visualizar os três elementos necessários à formação e à prática profissional de forma isolada, e sim articulada. Propõe organizar os conteúdos na lógica curricular em três núcleos de fundamentação: sobre o ser social, sobre a sociedade brasileira e sobre o trabalho profissional” (BRAVO, 2009, p. 697).

²⁹ “A Constituição Federal brasileira de 1988 representou um marco legal importante na consagração dos direitos sociais no Brasil. Resultante de um intenso processo de mobilização que marcou a redemocratização da sociedade brasileira nos anos 1980, o texto constitucional incorporou parte dos anseios pela garantia de maiores níveis de participação, democrática e justiça social” (BEHRING; ALMEIDA, 2008, p. 193).

As construções cotidianas de lutas do Serviço Social por meio de seu processo histórico de ruptura com o tradicionalismo e de crítica ao modelo capitalista, consistem na construção de um perfil profissional, em que a apreensão da realidade é feita em situações cotidianas, em relações sociais e nas expressões de resistência, frente às desigualdades vividas pela população. É com essa concepção que o Serviço Social brasileiro vislumbra uma transformação social.

[...] a partir da década de 80, os setores críticos (em geral, respaldados na teoria marxista) assumem a vanguarda da profissão. É no bojo desse processo de renovação do Serviço Social que o pluralismo se institui e inicia a construção do que hoje chamamos de projeto ético-político da profissão (SANT'ANA, 2000, p.80).

Esse processo de amadurecimento da profissão é constitutivo da formação profissional. Ele é requisitado e desdobra-se desde o início do Movimento de Reconceituação, perpassa o Congresso da Virada e é ativo nos dias atuais. Por isso, os anos 1980 são importantes para categoria dos assistentes sociais. Dessa forma é essencial afirmar que, o Projeto Profissional da categoria, encontra-se comprometido com a emancipação política, e tem como horizonte final a emancipação humana (BRAVO, 2009), e vincula-se a um novo projeto coletivo de sociedade. E esse amadurecimento é fortalecido com a contribuição da pesquisa na área de Serviço Social, com as produções de conhecimento na pós-graduação e, com as reformulações e reorganização do Currículo e do Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (1993).

O Código e a reformulação curricular de 1982 são marcos de um mesmo projeto que pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional. [...]. É importante salientar que já não aparecem as simplificações anteriores, como o mecanicismo, o moralismo, o voluntarismo ético-moral; o que se deve ao amadurecimento teórico e político da vertente em questão, especialmente pelo recurso às fontes do pensamento de Marx [...] (BARROCO, 2007, p. 170).

O amadurecimento teórico e político discutido acima por Barroco é considerado, como momento de leitura e análise da realidade social concreta, com a contribuição do pensamento marxista. Esse amadurecimento é fruto do processo histórico de lutas e organização da categoria, por redimensionar seu

caráter teórico-metodológico e romper com a gênese da profissão. Por isso, se demonstrou importante resgatar a trajetória história do Serviço Social no capítulo anterior, para entender, a profissão e compreender o surgimento do Projeto Ético-Político Profissional com referencial na transformação da sociedade capitalista contemporânea. “Resgatar o processo histórico permite assim entender, analisar e explicar os desafios que se colocam para a materialização do projeto ético-político da profissão no processo de formação atual” (REIDEL, 2010, p. 150).

Considera-se importante frisar que com a trajetória histórica da profissão, marcada por organização coletiva, os profissionais estabelecem a partir do Currículo de 1982, compromisso com a classe trabalhadora, e se compreendem enquanto trabalhador participe desse processo, e a mercê da sociedade capitalista. Destarte, era necessário o conhecimento da sociedade burguesa, e foi isso que Marx fez, em seus estudos. O Serviço Social que, nessa época, começou a se apropriar das obras de Marx, como já elucidado acima, com uma difusão inicial precária, por meio de interpretações deficientes (QUIROGA, 1991), assumiu ao longo dos anos um amadurecimento teórico-metodológico que prossegue até os dias atuais. Nessa interpretação, do compromisso com a classe trabalhadora, e o assistente social enquanto um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho constatou-se de suma importância a discussão da categoria trabalho, como explicativa da realidade. Houve, assim, entendimento de trabalho, também enquanto práxis, para a transformação humana. “Práxis humana que envolve o entendimento de um movimento no qual o homem, através de sua ação livre, criadora e universal, gera e transforma a natureza e a história e, nesse bojo, a si mesmo” (QUIROGA, 1991, p. 11).

O trabalho³⁰ como fundante do ser social, é para Marx (2011b, p. 211), “[...] um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. Inclui-se aí que o homem encontra-se organizado e

³⁰ “O trabalho, [...], configura-se como protoforma da práxis social, como momento fundante, categoria originária, onde os nexos entre causalidade e teleologia se desenvolvem de modo substancialmente novo; o trabalho, como categoria de mediação, permite o salto ontológico entre seres anteriores e o ser que se torna social” (ANTUNES, 1999, p. 145, grifo do autor).

em consonância com as relações sociais e humanas na sociedade contemporânea. As relações em sociedade são fundamentadas e desenvolvidas no cotidiano das ações predominantes no mundo do trabalho, é nesse momento que incide a “[...] produção e a reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução” (ANTUNES, 1999, p. 136).

A categoria trabalho, central em Marx, mostra-se como “[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 255), e nesse sentido o assistente social, inserido no cotidiano do exercício profissional e da vida, se entende como um trabalhador assalariado, compondo a divisão social e técnica do trabalho, e sofrendo os rebatimentos da sociedade capitalista, durante seus processos de trabalho³¹. Entretanto, o trabalho como qualquer dispêndio de energia humana, acaba sendo subsumido e anteposto pela venda da força de trabalho para sobreviver, na medida em que as relações no mundo do capital se complexificam.

O capital, em seu movimento de valorização, produz a sua invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizente com a diferença ante a esfera das necessidades sociais [...]. Potencia exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a ativa intermediação do Estado capitalista e das políticas econômicas e sociais implementadas (IAMAMOTO, 2010, p. 53, grifo do autor).

Por essa banalização do humano é que as relações em sociedade se complexificam, pois o assistente social, como os outros seres humanos necessitam de salário para sobreviver, vendendo assim o que lhes resta, a sua força de trabalho, como uma mercadoria³², já que não detêm os meios de

³¹ Referência aos processos de trabalho do assistente social. “[...] não se trata de um mesmo processo de trabalho do assistente social e sim de *processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais*. Ora, um dos desafios maiores para decifrar o exercício profissional está em apreender as *particularidades dos processos de trabalho que, em circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão*, ainda que está não perca sua identidade” (IAMAMOTO, 2001, p. 106, grifos do autor).

³² “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades-se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampou se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção” (MARX, 2013, p. 113).

produção, que se encontram nas mãos dos capitalistas. “O desenvolvimento do trabalho assalariado é, então, a própria [...] peculiaridade ontológica: ser “flexível” às necessidades imperativas do capital em processo” (ALVES, 2011, p. 14). E por meio das investidas do capitalismo com suas múltiplas transformações no mundo do trabalho, o trabalhador encontra-se fragilizado com as ofensivas do capital, que cotidianamente vê-se a mercê de um trabalho precarizado, com “vida reduzida” (ALVES, 2014).

Desde os primórdios, o capital³³ reinventa-se no cotidiano do mundo do trabalho para fortalecer-se e continuar a exploração ao trabalhador e sua força de trabalho, transfigurando suas forças frente à classe trabalhadora e fomentando sua flexibilidade e a expansão da exploração de uma classe sobre a outra. Pois como aponta Marx, “a sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção” (MARX, 2011a, p. 58), dessa forma, é essencial conhecê-la e estudá-la para assim poder intervir na concretude com embasamento crítico frente a essa realidade adversa.

A flexibilidade do trabalho é “[...] compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, [...] a força de trabalho [...]” (ALVES, 2011, p. 19). Isso acarreta, no cotidiano de trabalho, profundas transformações na realidade concreta dos trabalhadores. Dessa forma, o mundo do trabalho atrelado ao capitalismo, tem como materialidade a exploração, alienação e dominação do ser humano. E o trabalhador assalariado necessita se submeter às relações de venda da força de trabalho que é proprietário, para sobrevivência na sociedade capitalista. A produção no capitalismo se mostra destrutiva “[...] Na medida em que a produção se põe como totalidade social, instaura-se, por outro lado, as condições sócio materiais para a barbárie social” (ALVES, 2011, p. 106). Dessa forma, o mundo do trabalho se apresenta por meio da precarização do trabalho, desemprego estrutural, retração dos direitos, abrangendo, assim, toda sociedade, e o assistente social não estão fora dessa realidade.

A relação entre o capital e o trabalho perpassa o cotidiano das relações em sociedade, onde se alicerça e se aprimoram as relações fundamentalmente

³³ “O capital está formado por mercadorias sendo, duplamente, valor de troca (dinheiro), - pois é valor que se valoriza, fruto da troca de uma quantidade dada de trabalho materializado por uma maior quantidade de trabalho vivo e valor de uso, tal como se manifesta nas relações dentro do processo de trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2010, 74-75, grifo do autor).

econômicas, e, consecutivamente, a luta de classes, sobressaindo os pensamentos (neo) conservadores, assistenciais e individualistas. O “[...] capitalismo cada vez mais globalizado impregnado pela ideologia neoliberal, acompanhado pelo fomento e defesa do individualismo, em detrimento de ações coletivas [...]” (PASTORINI, 2010, p. 65-66) transforma-se em antagonismos societários, vinculados à questão³⁴ social, objeto de trabalho do assistente social.

O Serviço Social tem na “questão social” a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. “Questão social” apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2006, p.176).

Como base de fundação, a questão social se mostra de extrema relevância para os Fundamentos do Serviço Social. Com caráter antagônico, a questão social é objeto de trabalho do assistente social, profissional também inserido na divisão social e técnica do trabalho e intervém na realidade concreta dos sujeitos, se vendo prisioneiro do sistema capitalista. Porém, por meio de uma formação profissional embasada na Teoria Social Crítica de Marx, e alicerçada nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, o assistente social contribui para uma intervenção qualificada na realidade cotidiana dos sujeitos. Por isso, é importante conhecer a gênese e as particularidades da profissão. O Serviço Social caracteriza-se como “[...] um trabalho especializado, [...] interfere na reprodução material da força de trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2001, p. 69) e, dessa forma, realiza trabalho, que como já salientado é “[...] pressuposto da existência humana e forma privilegiada de práxis” (BARROCO, 2007, p. 26).

O Serviço Social como profissão cuja direção é social e política, se propõe a apreender as contradições existentes no mundo do trabalho, contradições essas que afunilam os direitos dos trabalhadores, conquistados por meio da luta e organização dos mesmos. As contradições “[...] do processo de produção entre forças produtivas e relações sociais correspondentes vai

³⁴ “É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional [...]; são a matéria prima ou o objeto do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2001, p. 62).

gerando consciência do processo de exploração. O homem ao tomar consciência desse processo e das leis histórico-sociais [...]” (QUIROGA, 1991, p 73), se descobre e observa possibilidades de intervenção na realidade. Desse modo, o Serviço Social intervém nas múltiplas expressões da Questão Social, durante o seu exercício profissional, em que materializa o Projeto Ético-Político. Por conta disso, o assistente social, como trabalhador assalariado e inserido em espaços institucionais, por vezes encontra-se “amarrado” aos desafios e interlocuções ditados pela instituição empregadora, pois a função e direção social da profissão vão na contra-corrente institucional.

O assistente social inserido no mundo do trabalho e aglutinado ao sistema capitalista – sistema esse que explora e oprime os trabalhadores, sujeitos de direitos – o Serviço Social, por meio da Teoria Social Crítica de Marx, vai “amadurecendo” e buscando travar lutas no cotidiano. Vai, dessa forma, traçando estratégias de intervenção na realidade concreta, de forma a questionar, propor e buscar por processos sociais emancipatórios e assumir uma postura crítica frente à realidade social, diferentemente do que ocorria na gênese da profissão.

O assistente social necessita estar em constante aprimoramento e qualificação permanente para intervir na realidade, assim, ser um agente de transformação. “A realidade muda permanentemente, por isso capturar seu movimento e a historicidade dos processos sociais implica conhecer as múltiplas determinações e relações dessa totalidade viva, dinâmica e contraditória” (PASTORINI, 2010, p. 53). Esse movimento permanente é perceptível, quando se está embasado no Método Dialético-Crítico, de forma a entender o real a partir da dinâmica da sociedade capitalista. “Sem a teoria da dialética, não se pode pensar o movimento da sociedade capitalista; [...] não é possível separá-la da finalidade última [...], que se direciona para a possibilidade de transformação dessa sociedade” (QUIROGA, 1991, p. 108).

Nesse sentido, o assistente social precisa estar preparado para as intervenções e ações cotidianas, mensuradas por uma formação profissional com qualidade e compartilhada de forma crítica e atenta ao movimento dinâmico da realidade objetiva. Dada sua postura crítica e a intencionalidade profissional, instrumentalizada no cotidiano da prática profissional, o assistente social rompe com as ações tarefas, assistencialistas e imediatistas que rondam os

processos de trabalho nas instituições e desenvolvem a capacidade de intervenção emancipatória, e não mais pragmática, na realidade dos sujeitos.

A instrumentalidade do Serviço Social, dada pela forma na qual a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e resposta pela dinâmica da realidade social, tanto vincula a profissão a outros ramos de atividade profissional quanto atribui à profissão um status peculiar, já que contempla as ações pelas quais o profissional é reconhecido e requisitado socialmente (GUERRA, 2011a, p. 159).

Dessa forma, é no cotidiano das ações interventivas do profissional assistente social que se traçam estratégias para romper com a sociedade do capital e suas formas de opressão, alienação e exploração da classe trabalhadora. Essas estratégias cotidianas do profissional também têm o intuito de romper com as barreiras da gênese do Serviço Social brasileiro, já discutidas no capítulo anterior, e lança a profissão renovada sob um recorte crítico.

O Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, se põe na “contra mão” do sistema capitalista, explorador e dominador, que aliena a população, precariza o trabalho e o trabalhador e assola os direitos já conquistados. Por essas razões que o profissional assistente social, com sua intencionalidade, seu saber fazer, sua postura crítica frente à realidade, cria e reinventa seu trabalho no cotidiano de suas ações, alicerçado por um Projeto Profissional que delinea sua função e direção social, cuja construção se manifesta pelo caráter coletivo do conjunto da categoria profissional.

3.2 PILARES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Como marco referencial, após a inserção pura da Teoria Social Crítica de Marx, com o livro já elucidado acima de Iamamoto (2011), o Serviço Social se constrói e se fortalece com o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, aprovado em 13 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11 (CFESS, 1993).

O Código de Ética profissional é um dos referenciais para a materialização do PEPP, “[...] nos seus princípios e concepção fundante define um Projeto Ético-Político dissonante do projeto de sociedade vigente” (REIDEL, 2010, p.151). Junto a esse documento, a Lei 8.662 de Regulamentação da

Profissão (BRASIL, 1993) e as Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS³⁵ (ABEPSS,1996), são alicerces para a materialização do chamado Projeto Profissional, na realidade concreta.

Os princípios do Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (CFESS, 1993), norteiam a intervenção dos profissionais no seu fazer interventivo, tendo a “liberdade” como central, e afirmando o compromisso ético e político com a classe trabalhadora brasileira. Dessa forma, vincula-se a um projeto de sociedade mais justo e igual para todos, visando à transformação social, proposta por Marx, que visava à emancipação social de todo ser humano, além do capital. É com esta convicção que os assistentes sociais intervêm na realidade, embasados nos princípios do Código de Ética Profissional.

I Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993).

³⁵ “Em 1998, em assembleia da Abess que altera os seus estatutos, a entidade é reestruturada como organismo acadêmico político e associação científica, passando a chamar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss)” (BRAVO, 2009, p. 697).

A liberdade é reconhecida como categoria histórica de valor coletivo para toda sociedade e humanidade, que é transversal aos demais princípios do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e colidem de frente com a dinâmica da sociedade capitalista contemporânea. A autonomia e a emancipação também são categorias fundantes para o exercício profissional no cotidiano interventivo.

A percepção de que o sujeito tem direito à autonomia, por exemplo, de fazer ou não determinado tratamento em relação às drogas, essa escolha, quando orientada e esclarecida ao usuário, já demonstra o grau de importância das escolhas éticas para o profissional, que compreende que é o sujeito que deve decidir sobre sua vida, e usar sua autonomia para encontrar suas formas de emancipação. A defesa intransigente pelos direitos humanos é outro princípio que também perpassa o cotidiano de trabalho dos (as) profissionais que contribuem por meio de informações, orientações e esclarecimentos à população sobre o acesso de seus direitos, e se posiciona contra qualquer forma de autoritarismo, como os acontecidos na ditadura militar.

A luta pela ampliação e consolidação da cidadania, como os demais princípios, não se apresenta como uma tarefa fácil, muito menos simples, porque nem sempre depende dos profissionais, especialmente em vigência do modo de produção capitalista e tentativas de introdução de políticas neoliberais, que desejam minimizar a garantia de direitos. Sabe-se, entretanto, que se convive diariamente nos serviços com os limites institucionais e, muitas vezes, as lutas e conquistas não são respeitadas.

O atendimento aos usuários precisa ter como perspectiva a participação do sujeito nesse processo e na sociedade, com vistas à transformação da vida, que contribua para que, de alguma forma, o usuário da política social busque e materialize seus direitos enquanto cidadão. “Todas estas iniciativas podem ser expressão e fonte do direito da cidadania. Trata-se de pressionar para tornar efetiva uma igualdade básica, canalizada em muitos direitos (à alimentação, à saúde, à educação, à moradia, etc.)” (PALMA, 1986, p. 105). A conquista dos direitos é fonte de organização coletiva da classe trabalhadora, que impulsiona as mudanças no Brasil.

É preciso que se tenha em vista a democracia e a socialização da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores, durante suas longas

jornadas de trabalho, em que o “lucro” do seu trabalho fica com os donos dos meios de produção. Isso significa que se questiona a lógica capitalista, e se visa à supressão da apropriação privada dos bens públicos e a erradicação, de todos os meios de exploração, dominação e alienação do homem pelo homem.

A lógica destrutiva do capital aprofunda a concentração de renda, acirra as desigualdades, agudiza a pobreza e o desemprego, e precariza as condições de vida e de trabalho. As políticas sociais se reconfiguram com tendências focalizadoras, compensatórias e regressivas (CFESS, 2008, p. 167).

Portanto, os princípios do Código de Ética demonstram o repúdio a qualquer tipo de barbárie social, de exploração humana, e alicerça-se na luta cotidiana pela democratização do acesso dos usuários³⁶ aos seus direitos. Posiciona-se em favor da equidade e justiça social, na perspectiva de acesso universal aos bens e serviços para todos os cidadãos, não apenas na perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS), mas de todas as políticas sociais como educação, habitação, cultura, assistência social, segurança entre outras. Para isso, é necessário colaborar com uma ampla socialização de informações sobre os direitos sociais, indo além dos pré-conceitos cotidianos que, muitas vezes, encontra-se presente na rotina institucional. Desmistificar o atendimento culpabilizador e moralizador sobre as condições de vida dos sujeitos é essencial para um trabalho com qualidade, na construção de uma cultura humanista na sociedade.

Os princípios do Código primam, também pela democracia, como compromisso com uma sociedade mais justa e igual para todos, e com o contexto social em que se vive, não se justificaria apenas uma concepção teórica como fundamento da razão. Aponta-se, dessa forma, o pluralismo entre as correntes teóricas, na busca do aprimoramento intelectual, pois o que se percebe é que quanto mais se estuda, aprofundando o embasamento teórico-metodológico, melhores são as condições de intervenção na realidade concreta e dinâmica da sociedade.

“A preocupação com a pesquisa/dimensão investigativa/produção de conhecimento deve ser entendida por uma apreensão de seu real significado

³⁶ “Usuários, sujeitos, trabalhadores, cidadãos todos visto como sinônimo”.

para profissão que tem razão de ser na intervenção” (MORAES, 2013, p. 244), pois a profissão além de ser teórica é prática, intervém na realidade. As divergências são importantes para o crescimento intelectual e os questionamentos cotidianos do trabalho, sendo que pluralismo descrito como princípio, não é sinônimo de ecletismo³⁷. “É preciso entender que as teorias, enquanto construções históricas e sociais, possuem fertilidades interpretativas e limites” (NETO, 1993, p. 26), sendo preciso explorá-las para compreensão da sociedade.

A vinculação à construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia, gênero e geração, se vincula à opção de um projeto profissional, denominado Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) que tem uma direção social de orientação marxista, e que assume um compromisso com a classe trabalhadora, de lutar constantemente em favor dos direitos humanos. De forma coletiva, luta-se pela construção de uma outra sociedade, para além do capital. Embora o assistente social, por meio de sua autonomia profissional relativa, se “esbarre” nas burocracias diárias das instituições, por meio de seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo tem condições de traçar, de alguma forma, estratégias para uma intervenção para além do que se encontra como aparente e como demanda imediata.

Existe uma plena convicção de que, a partir do Código de 1986 (CFAS), se está ao lado e junto à classe trabalhadora, se vendo como um trabalhador que também sofre com as investidas do capitalismo selvagem e que precisa romper as amarras dessa dominação. Há também, a consciência da importância de sua participação junto aos movimentos sociais, que são uma forte expressão de luta coletiva e da organização política, como forma de fazer pressão frente às desigualdades sociais. Mesmo com forte conjuntura de retrocesso e reversão dos direitos já conquistados é com os movimentos sociais em luta, que se tem a perspectiva de uma transformação social.

O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população impulsiona o assistente social a compreender e entender os anseios dos sujeitos

³⁷ Ecletismo visto como uma tendência a “mistura” de vários elementos de teorias diferentes.

que procuram o serviço, dimensionando a relação teórico/prática tão cara aos profissionais em seu exercício. A qualidade se expressa de várias maneiras, em uma escuta sensível e qualificada, e ao mesmo tempo empática, pois aprende-se, por meio do referencial teórico-metodológico, que os sujeitos não são seres isolados.

Os sujeitos vivem as vicissitudes da sociedade capitalista e, por isso, precisam ser percebidos em sua essência. Mesmo que as instituições sejam “frias/geladas”, o assistente social, permeado de informações, pode de alguma forma traçar alternativas que busquem uma intervenção mais sólida e menos burocratizada, pois o usuário precisa ser escutado com mais atenção, acolhendo-se a ele e as suas demandas. A qualidade não tem apenas a ver com a “garantia” de algum direito. Um simples esclarecimento, tratando-se o usuário com respeito devido à dignidade humana, revela a intenção de superar atividades reducionistas, paliativas e assistencialistas.

E por fim, e não menos importante, pois todos os princípios são transversais ao cotidiano interventivo do exercício profissional, o usuário não pode ser discriminado, nem ser preterido por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física. Não é aceitável naturalizar a violação de direitos, que acabam por contribuir com o machismo, racismo e homofobia revigorante na sociedade contemporânea. Cabe notar que o Código de Ética, por melhor que seja sua elaboração, não pode ser garantido por si só. É preciso qualidade na formação profissional, que assegure consciência política e de organização da categoria, bem como, compromisso dos profissionais enquanto cidadãos e condições objetivas de desempenho profissional, para assim materializar o Projeto Ético-Político (PAIVA; SALES, 2012).

Os onze princípios do Código de Ética encontram-se inter-relacionados, e buscam romper com os fetiches da ideologia burguesa, rumo a uma concepção de mundo radicalmente nova (TEIXEIRA, 2013). A concepção de um mundo mais humano e justo se aprimora ao longo dos anos junto à categoria profissional

e às instâncias organizativas da profissão (Conjunto CFESS³⁸/CRESS³⁹, ABEPSS, ENESSO). Isto se espelha na formação acadêmica profissional em Serviço Social no Brasil, de forma a alicerçar-se na Teoria de Marx, e no Método Dialético-Crítico como forma de apreensão da realidade concreta. Com os desdobramentos do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, da Lei de Regulamentação da Profissão e das Diretrizes da ABEPSS nos anos 1990, o Serviço Social propõe uma sociedade sem dominação/exploração do homem pelo homem, com o amadurecimento e consolidação do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP).

Considera-se que o Projeto de Formação Profissional, organizado pela categoria dos assistentes sociais, tem nas Diretrizes da ABEPSS⁴⁰ (1996), seu alicerce para uma formação crítica frente à realidade social que vise uma qualificação profissional, para um atendimento aos sujeitos que necessitam de uma intervenção qualificada e capacitação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Ter como base a perspectiva de “[...] compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve” (ABEPSS, 1996, p. 05).

As Diretrizes da ABEPSS (1996) contribuem para uma formação acadêmica, com perspectiva crítica, intelectual e cultural, que tem a proposta de contribuir com o desvendamento da realidade concreta. Busca formar um profissional comprometido com os valores do Código de Ética, que norteiam o exercício profissional durante os diversos processos de trabalho em que o assistente social é chamado a intervir. E atua nas múltiplas expressões da

³⁸ “O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Para além de suas atribuições, contidas na Lei 8.662/1993, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos ações, políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora” CFESS, 2015b, s/n).

³⁹ “Nos CRESS, a/o assistente social pode se informar sobre eventos, ofertas de trabalho, cursos de capacitação, anuidades, denunciar problemas relacionados à ética profissional, participar de comissões, receber orientações sobre condições técnicas e éticas no trabalho, buscar respaldo político e legal para assegurar os requisitos para o exercício do trabalho com qualidade e se inserir em movimentos e lutas de defesa dos direitos e da profissão” (CFESS, 2015b, s/n).

⁴⁰ “As diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, proposta pela Abess/Cedepss, reconhecem o Serviço Social como uma *especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social*, o que supõe afirmar o primado do *trabalho* na constituição dos indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2014, p. 617, grifos do autor).

questão social que rodeiam a sociedade contemporânea, observando a sociedade de classes em sua totalidade, historicidade e contradição.

A Formação Profissional em Serviço Social encontra-se nos três Núcleos de Fundamentação, favorecendo também a articulação teórico-prática indissociável no trabalho do assistente social, articulando os eixos de ensino-pesquisa e extensão trabalhados nas Unidades de Ensino. Os Núcleos de Fundamentação são três. O Núcleo de Fundamentos Teóricos-Metodológicos da Vida Social: objetiva a compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição da sociedade burguesa, e tem como eixo central o trabalho como processo de reprodução da vida social. E tem o conhecimento como um das expressões do desenvolvimento da capacidade humana e compreender a realidade nas suas múltiplas determinações. O Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira remete à sociedade brasileira na sua constituição social, econômica, política e cultural, fazendo assim uma análise conjuntural da sociedade brasileira, na trajetória e ação das classes sociais. O Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional compreende as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, com rigor teórico-metodológico e reconhecimento do caráter interventivo e com elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional, com competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política (ABEPSS, 1996). Os Núcleos de Fundamentação da ABEPSS dão o norte para a formação em Serviço Social nos Cursos de Graduação do País, e determinam as disciplinas que compõem a grade curricular, que constroem o eixo história-teoria-método como essenciais para a formação (ABEPSS, 1996).

A relação indissociável entre história, teoria e método precisa ser transversal na Formação em Serviço Social, com análise sócio histórica da realidade brasileira em sua totalidade. “Para interpretar a história necessita-se de uma teoria e de um método [...]” (LEWGOY, 2009, p. 161). Não se trabalha com essas categorias de forma indissociável. Para isso, se faz essencial a compreensão da Teoria de Marx e seu Método de apreensão da realidade, fortemente implicadas nos Núcleos de Formação citados acima.

A medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações – aqui entendida como a relação teoria-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão (ABEPSS, 1996, p. 08-09).

Os núcleos também tem o intuito de fomentar as discussões durante a Formação em Serviço Social de forma transversal, sem minimizar categorias importantes como trabalho, questão social, história-teoria-método, que são eixos analíticos dos Fundamentos em Serviço Social. “Tais fundamentos podem ser definidos como uma *matriz explicativa da realidade da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente* na sua trajetória histórica da realidade brasileira” (CLOSS, 2015, p. 58, grifos do autor). Assim, percebe-se que, a organização da categoria profissional de forma coletiva (CFESS/CRESS⁴¹, ABEPSS, ENESSO), resiste aos desmanches cotidianos, com retrocesso aos direitos conquistados. Pois, prima-se pela qualidade acadêmica, com formação crítica e sólida, para a materialização do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP), que ao intervir na realidade se posicione na defesa da democracia, da emancipação humana e social.

Os impasses na formação profissional se manifestam com a indiscriminada mercantilização do ensino superior no Brasil que se acirra na era Fernando Henrique Cardoso mas se aprofunda no governo Lula. A ampliação da política privatista afirma uma formação por competência, ou seja, pragmática, flexível, polivalente, orientada para o atendimento de exigências inéditas em detrimento da constituição de profissionais críticos, com capacidade teórica e compromisso ético-político (BRAVO, 2009, p. 701).

Esses impasses se assinalam mais fortemente com o retrocesso da Resolução nº 15, de 13 de março de 2002, que regulamenta as novas Diretrizes para os Cursos de Serviço Social, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) (BRASIL, 2002). O texto aprovado pelo MEC demonstra deformações

⁴¹ No mesmo ano do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993), as entidades (CFAS/CRAS) passam a chamar-se Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

acentuadas no texto da ABEPSS (1996), e um grande esvaziamento no caráter político, pois simplifica o texto e torna a formação mais flexível para o mercado e não prepara o assistente social para intervenções críticas na realidade. “[...] as diretrizes foram desconfiguradas em seu conteúdo, que, diferente da proposta original, tendem a reducionismos teóricos-metodológicos e desvios ético-políticos” (ABREU, 2008, p. 180). Referindo-se ao texto, Boschetti também afirma ser “[...] inegável que o desenho das diretrizes curriculares pela convenção da ABESS, em 1996, não é o mesmo das diretrizes aprovadas pelo CNE, em 2001” (2004, p. 24). Nesse sentido a luta, dos assistentes sociais, é cotidiana para a efetivação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), numa perspectiva crítica de transformação social e materialização do Projeto Ético-Político à luz do exercício profissional durante a intervenção.

Para a normatização do exercício profissional, os assistentes sociais, possuem a Lei 8.662 de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de assistente social, e seu livre exercício em território nacional, com devido registro no Conselho (CRESS) de sua região. Estabelece normatizações a respeito das Competências (art. 4º) e Atribuições Privativas (art. 5º) na área, unidade e matéria de Serviço Social. A perspectiva primordial é a de um exercício profissional crítico e questionador frente à realidade social, compreendendo a totalidade dos fatos históricos desta sociedade, inerente à lógica capitalista, que moraliza os sujeitos e suas realidades cotidianas e afunila ainda mais seus direitos sociais. Dessa forma, são muito importantes as dimensões da categoria que aprimoram a intervenção no cotidiano de trabalho.

Como elemento transversal e constitutivo da formação e do exercício profissional, a competência é constructo formado pelas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa e sua indissociabilidade. A dimensão ético-política, atenta à finalidade da ação e do compromisso profissional, é o elemento mediador constituído por postura crítico-investigativa sobre os fundamentos e o sentido atribuído aos conteúdos, ao método, aos objetivos, tendo como referência a afirmação dos direitos. Vincula-se à dimensão teórico-metodológica, que articula teoria-método e metodologia e privilegia a história social como terreno germinador das demandas e das possibilidades do conhecimento e das práticas. Ambas as dimensões se atrelam à técnico-operativa, que, caracterizada pelo domínio dos conteúdos de sua área específica de conhecimento, é uma instância de passagem que permite a realização da trajetória da concepção da ação à sua operacionalização (LEWGOY, 2009, p. 1149-150).

É nessa perspectiva, de indissociabilidade, que se trabalha durante o exercício profissional, não apenas na malha intelectual acadêmica dentro das Universidades, por exemplo, mas no cotidiano interventivo nas instituições públicas e/ou privadas, a mercê da burocratização dos serviços. “O exercício profissional, expressão material e concreta do processo de trabalho do Assistente Social, explicita a natureza interventiva da profissão, cujo fim último é sempre a emancipação social dos sujeitos com quem atua” (MARTINELLI, 2007, p. 21), bem como a qualidade dos serviços prestados de forma a fomentar nos sujeitos uma maior participação e também fomentar debates e reflexões sobre suas vidas em sociedade.

A Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) é um importante instrumento de controle do exercício profissional, pois descreve o que compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). O conjunto (CFESS/CRESS) tem personalidade jurídica com objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional (CFESS, 1993), concretizando assim um dos pilares do Projeto Profissional. E na expectativa de resistência à sociedade do capital, por meio da organização acadêmico-política da categoria profissional visa-se uma outra sociedade. “É esta resistência que sustenta o projeto ético-político profissional alternativo na perspectiva da emancipação humana e de que uma outra sociedade, para além do capital, é possível [...]” (ABREU; LOPES, 2007, p.15), porém isso implica uma luta cotidiana e permanente, junto as instâncias organizativas da profissão.

Esse Projeto Profissional encontra-se articulado e vinculado às instâncias organizativas e representativas da profissão, como o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regional de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), e a ENESSO⁴² (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) que agrega Diretórios Acadêmicos (DA) e Centros Acadêmicos (CA) articulados ao Movimento Estudantil do Serviço Social (MESS) (BRAZ; TEIXEIRA, 2009).

⁴² “[...] o Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS) e, em particular, a Enesso, só podem ser compreendidos, sem prejuízos de suas dinâmicas internas, no marco das transformações societárias que atravessaram o país nos últimos 20 anos” (BRAZ; MATOS, 2008, p. 178).

Essas entidades protagonizam a construção diária da profissão no Brasil e muito contribuíram para a formação em Serviço Social na América Latina. O CFESS com a atribuição de normatizar, orientar e fiscalizar o exercício profissional, articulado diretamente com os CRESS que nas suas determinadas regiões, relacionam-se mais diretamente com os profissionais. Trabalhando em conjunto para o fortalecimento da profissão e na construção de uma sociedade mais justa e igual. Na mesma perspectiva conta-se com a ABEPSS que tem como desafio permanente o vínculo com a formação em Serviço Social e a materialização das Diretrizes Curriculares nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS).

Importante salientar a grande organização do Movimento Estudantil do Serviço Social (MESS) representado pela ENESSO, como aporte para a organização da categoria profissional. Com essa articulação da categoria construindo-se enquanto agentes de transformação social, aliados aos estudantes, que durante todo o processo histórico de formação do Serviço Social se mostram como atores em busca de uma nova sociedade, que mesmo sofrendo represálias durante a Ditadura Militar de 1964, não amorteceram-se em solo brasileiro, continuam sua caminhada ao lado da classe trabalhadora e como tal, consideram-se parte das constantes lutas travadas contra o Capital.

É importante fazer referência aqui, já que a mestranda traz em sua trajetória no Serviço Social a aproximação e vinculação com o Movimento Estudantil do Serviço Social (MESS), reconhecido pelas demais instâncias da categoria profissional, como importante ator de mudanças e pressões frente das desigualdades e injustiças sociais geradas em solo capitalista. Pois, “[...] a participação no movimento estudantil permite a formação de uma consciência crítica a respeito da profissão [...], contribuindo na formação do Assistente Social [...]” (RODRIGUES, 2008, p. 17), e colabora para o protagonismo dos estudantes enquanto futuros profissionais já direcionados por um Projeto Profissional que visa uma nova ordem societária.

Essa organização da categoria profissional, quando alicerçada e ao encontro das Diretrizes da ABEPSS (1996), da Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e ao Código de Ética Profissional, supracitados, alinhados e em consonância com os Fundamentos do Serviço Social, embasados na Teoria Social Crítica de Marx produzem processos emancipatórios para a

transformação social. Dessa forma, é por meio dessa “[...] direção social em construção, ofensivas e tensões serão constantes e recorrentes. Próprias aos que colocam em posição de recusa e crítica, colidindo com [...] a permanência do capitalismo como modo de vida societal” (KOIKE, 2009, p. 215).

3.3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

O Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) do Serviço Social é impensável sem remetê-lo aos Projetos Societários⁴³ (BRAZ; TEIXEIRA, 2009), é construído pelo coletivo da categoria, tem direção social na perspectiva de uma transformação social e emancipação humana. A discussão sobre o Projeto Profissional é demarcada por Netto (2006), como muito recente de meados dos anos 1990. Materializa-se no cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais, alicerçado nos pilares da Lei da Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e das Diretrizes da ABEPSS (1996).

Pensando no PEPP, como elemento central para a construção de uma nova ordem societária, sem exploração do homem pelo homem, supressão da propriedade privada e outras características já evidenciadas no decorrer deste trabalho, é visível que esse Projeto de Profissão esteja vinculado a um projeto societário que visa mudança. É apropriado frisar que esse projeto é coletivo da categoria dos assistentes sociais. Os profissionais “[...] tem força de mudança na medida em que cresce e apoia a mudança impulsionada pela base; não é o assistente social que engendra a mudança: é a base. O assistente social voltado para a mudança deve apoiar a base” (PALMA, 1986, p. 131). A construção de uma nova ordem societária não acontece sem articulação coletiva, como também não é uma luta de um único grupo, pois necessita de outros atores, como, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, profissionais de várias áreas, enfim, de todos que, com o mesmo pensamento, se unem para construir uma nova sociedade, diferente da que está à mercê da sociedade capitalista.

⁴³ “Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade” (NETTO, 2006, p. 142).

Conforme percebe-se, existem dois grandes projetos em disputa na sociedade contemporânea, ao qual chamamos de Projetos Societários (ou projetos de sociedade) que são amplos, num contexto macro de sociedade. “Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 189). No perfil de Projeto Conservador, abrange-se o do Capital, que cotidianamente assola direitos já conquistados, regride as lutas sociais, e explora e aliena o trabalhador. Por outro lado, se tem um Projeto Transformador, que se agrega à concepção de mudança social. É essencial atentar ao aspecto que não cabe diretamente ao Serviço Social, a construção do processo de transformação da realidade objetiva, mas sim o povo como o autor e organizador da mudança coletiva (PALMA, 1986). Isso mostra que ambos os projetos, encontram-se em disputa, em lados opostos.

Como elucidado acima, os projetos societários podem ser conservadores ou transformadores, o PEPP está vinculado ao projeto societário de transformação social. “Quer dizer: os projetos societários estão presentes da dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 189). Mas os assistentes sociais fazem parte dessa construção, mas nunca poderão “[...] substituir, a iniciativa das bases organizadas” (PALMA, 1986), quer dizer, que a organização deve partir do povo, dos movimentos sociais, partidos políticos, profissionais, toda população.

Na sociedade capitalista contemporânea, o projeto hegemônico é o do Capital, com exploração da classe trabalhadora, de alienação da sociedade, e de retrocesso dos direitos conquistados. Com grande concentração de renda, que se expressa na propriedade privada, gera-se a desigualdade social histórica brasileira (FREIRE, 2013), e suas múltiplas formas de opressão e dominação. Esse é um projeto de sociedade, que pretende a manutenção da ordem social vigente, pois a essência do Capitalismo é a reprodução e ampliação das desigualdades sociais entre os homens.

E como já referido, o trabalho, é a atividade humana, que o homem desperta para a vida em sociedade, no conjunto das relações sociais, transformando-se em ser social pensante e reflexivo frente ao mundo. O trabalhador vende sua força de trabalho, ao capitalista, dono dos meios de produção, para sobreviver e atender suas necessidades, que são cotidianas e vividas por todo ser social, “[...] ao mesmo tempo em que o trabalho cria outras

necessidades” (IAMAMOTO, 2001, p. 60). E à medida que estas relações humanas se complexificam, o homem não compreende mais seu processo de trabalho nesse ciclo, e vê “[...] o *produto de seu* trabalho como um objeto *estranho* [...]” (MARX, 2010, p. 81, grifos do autor). O ser humano não se entende/percebe naquele processo.

Essa “concepção” de trabalho aprimora-se à medida que o capital explora e aliena os trabalhadores, “[...] o capital subordina, [...], toda a organização da vida em sociedade: a economia, a política e a cultura” (IAMAMOTO, 2010, p. 49). Reforça, assim, seu domínio sobre os trabalhadores, que se encontram em situação de trabalho precarizado, alienador e explorador da vida humana. A banalização das relações sociais é cotidiana, reflexo do projeto de exploração do Capitalismo. As relações sociais, “de destruição”, já estão naturalizadas. Na relação capital/trabalho o ser social “[...] aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador “livre” que vende a sua força de trabalho – [...] assume a determinação social de trabalhador assalariado [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 58). Ele necessita do salário para sua sobrevivência e a subsistência no mundo capitalista. Enquanto os trabalhadores “[...] não estiverem em condições de adquirir comida e bebida, habitação e vestuário na qualidade e na quantidade perfeitas” (MARX; ENGELS, 2009, p. 35), não terão forças para fazer a transformação/revolução social. As constantes transformações do mundo capitalista fragilizam o trabalhador, que se encontra, cotidianamente, permeado pelas ofensivas do capital, em que as relações sociais se reduzem ao cotidiano da “empresa” empregadora, pois na sociedade capitalista as relações humanas se reduzem a relações entre “coisas”, sendo relações reificadas entre pessoas (IAMAMOTO, 2010).

O trabalhador necessita em troca, “[...] através do salário (tempo de trabalho pago), o trabalho necessário para conservação e reprodução [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 70). Nesse sentido, o trabalho, na sociedade do capital, não passa de mera mercadoria, uma vez que o que realmente importa para a sociedade burguesa é o acúmulo indiscriminado de capital e ampliação da propriedade privada. “O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho” (MARX, 2011b, p. 219). Dessa forma, percebe-se a precarização do mundo do trabalho, e a organização do capitalismo para explorar os seres humanos.

O que é importante para o capital é tornar o homem maleável aos seus desmontes/desmandos, e fazê-lo continuar o trabalho, recebendo o “mínimo” que o salário incorpora. Esse mínimo é apenas para continuar a sobreviver e prosseguir o árduo trabalho para a “reprodução do capital”, visto que “[...] o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a *um outro homem fora o trabalhador*” (MARX, 2010, p. 86, grifos do autor). Que homem é esse? O Patrão, o dono dos meios de produção, que explora a força de trabalho dos sujeitos que vivenciam as mazelas sociais, explorados até à última gota de suor para conseguir sobreviver.

As mudanças constantes oriundas do aprimoramento do projeto explorador do capital, na conjuntura atual, ocasionam consecutivas reestruturações nas relações cotidianas dos sujeitos sociais, leva-se “[...] a personificação de coisas e a coisificação de pessoas” (IAMAMOTO, 2010, p. 73). Em outros termos, leva a centralização das “coisas” em detrimento do ser social. Nos anos 1990 e início de 2000, se observa a ofensiva neoliberal em termos mundiais (CARDOSO, 2013), mostrando a força do Projeto Capitalista para a sociedade.

Na década de 1990, consolida-se no país o projeto neoliberal, ocorrendo a regressão dos direitos sociais e a defesa do mercado e do capital. Há uma investida contra a organização dos trabalhadores e crescem as desigualdades. O projeto neoliberal é expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital ocorrida nos países centrais, a partir dos anos 1970, tendo impacto no Brasil primordialmente na década de 1990. Mudanças radicais se processam na relação Estado-sociedade civil, traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelos organismos multilaterais, nos marcos do Consenso de Washington (BRAVO, 2009, p. 695).

Com o retrocesso dos direitos conquistados, constata-se o aniquilamento dos bens públicos com desmontes e privatizações, e ampliação das desigualdades. Com isso, “[...] pode-se dizer que a política neoliberal é amarga para o conjunto da classe trabalhadora. Os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores são solapados, [...]” (COELHO; FORTI, 2015, P. 29). Mesmo com a vitória da eleição de Luís Inácio Lula da Silva⁴⁴ (PT) em 2003, a ofensiva

⁴⁴ Luís Inácio Lula da Silva governou o Brasil de 2003 a 2010, por dois mandatos, porém, não pretende-se aqui explorar esse assunto, apenas como referência ver (CARDOSO, 2013).

capitalista continuou sua caminhada, embora com outros meios. E o Serviço Social brasileiro, encontra-se numa outra perspectiva, de mudança social, acesso aos direitos e supressão de todas as formas de exploração, projetando uma outra sociedade, vistas a emancipação humana.

Essa leitura de realidade aprofunda-se com o a apreensão teórico-metodológica que o Serviço Social aprimorou, intelectualmente, nos últimos anos, respaldados na Teoria e no Método de Marx, para assim, estabelecer uma intervenção qualificada frente às demandas cotidianas de trabalho. É, por isso, também, que a categoria trabalho, já discutida nesta dissertação é tão importante para a formação em Serviço Social. Pois vale lembrar que para Marx o trabalho é "[...] condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana [...]" (2011b, p. 218).

Para se chegar ao que hoje denominamos de Projeto Ético-Político Profissional, o Serviço Social brasileiro, como já demonstrado até aqui, passou por diversas transformações durante sua trajetória histórica, desde sua gênese até os dias atuais. Esse Projeto Profissional foi, ao longo dos anos, delineando e perpassando a categoria, como forma de resistir às duras investidas do capitalismo na sociedade de classes. Alguns autores afirmam que o mesmo emergiu junto ao Movimento de Reconceituação na década de 1960, outros consideram que teria surgido no bojo do Congresso da Virada em 1979, e outros, ainda, asseguram que é fruto dos anos 1980, a partir da entrada do Marxismo no Serviço Social (NETTO, 2007; IAMAMOTO, 2011; SILVA, 2011; CARDOSO, 2013). Na realidade, o PEPP foi surgindo e se fortalecendo durante esses anos, a partir de diversos embates teóricos, políticos e metodológicos e, paulatinamente, na aproximação com a classe trabalhadora.

Conforme destaca Abramides, o Projeto Profissional encontra-se "[...] voltado aos interesses imediatos e históricos da classe que vive do seu trabalho" (2007, p. 38). Nos anos 1990 ele se consolida como um Projeto Profissional, tendo como pilares, a Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), o Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (CFESS, 1993) e as Diretrizes da ABEPSS (1996), com contribuição ético-política, e teórico-metodológica do Método Dialético-Crítico.

Este projeto profissional se expressa na formação e no exercício profissional e tem como protagonistas professores, estudantes, assistentes sociais e sujeitos sociais de classe que vivem do trabalho e sofrem diretamente o aprofundamento das mazelas da “questão social” no atual momento da crise orgânica metabólica do capital em sua ofensiva internacional, que atinge e destrói direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados (ABRAMIDES, 2007, p. 35).

Os projetos profissionais orientam e direcionam as profissões, e é por meio deles que se organizam, coletivamente, as profissões. Na conjuntura atual permeada de desigualdades sociais, mostram-se cada vez mais importante. Por isso, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, vincula-se e projeta uma nova organização de sociedade, e mostra-se transversal ao cotidiano da prática profissional interventiva dos assistentes sociais que vigora nesta realidade, uma vez que, o PEPP é a auto-imagem da profissão.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários e seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...] (NETTO, 2006, p. 144, grifos do autor).

Os projetos coletivos são múltiplos e diversos, visam e almejam uma sociedade justa e igualitária, são projetos de classe, que fortalecem o Projeto Societário, que visa à transformação social e emancipação humana, aqui salientando o Projeto Ético-Político Profissional. Esse projeto se expressa de imediato, por ter uma orientação, uma direção social crítica, ética e política que se assume, por meio do processo histórico, da categoria profissional, “[...] o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 189). Dessa forma, não é possível vê-lo como algo dado, pronto, estático, e sim em constante transformação, pois o movimento da realidade é dinâmico e necessita de constantes mudanças. Ele não é o único, pois não abrange toda a categoria profissional, mas hegemônico, porque orienta a maioria dos assistentes sociais brasileiros (ABRAMIDES, 2007).

Esse é o projeto profissional, contrário ao capital. É “anticapitalista”, e prima pela emancipação humana e social, e almeja uma nova sociedade. O

Serviço Social como profissão, com orientação crítica propõe-se a apreender as contradições existentes na sociedade, que suprimem os direitos dos trabalhadores, conquistados por meio da luta e organização dos mesmos. Essa percepção solidifica-se, como já elucidado, a partir da influência dos textos de Karl Marx, no Serviço Social brasileiro, o que agrega melhor entendimento da realidade concreta e a apreensão das relações em sociedade e com a natureza, "[...] condição natural eterna da vida humana [...]" (MARX, 2011b, p. 218). Considera-se que a contradição entre capital e trabalho perpassa o cotidiano das relações em sociedade. O profissional assistente social reconhece-se nesse processo, dado que é um trabalhador assalariado e que, no seu trabalho, articula forças para, por meio dos serviços prestados em instituições, defender os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Já que se insere em inúmeros processos de trabalho, "[...] aliado à oportunidade de capacitação permanente, poderá representar um estímulo a ampliar a auto-consciência dos profissionais quanto ao seu próprio trabalho e as condições e relações sociais em que é realizado, [...]" (IAMAMOTO, 2001, p. 106).

Vale destacar que o profissional embasado numa perspectiva crítica em relação a sua própria atuação nas instituições, e na forma como apreende e vê as múltiplas relações na sociedade capitalista, no que se refere a qualificação permanente, entende que essa "[...] dimensão deve permear todos os níveis de qualificação na área (graduação, pós-graduação lato e strictu, capacitações, atualizações, etc)" (CFESS, 2012, p. 30).

O Serviço Social apresenta-se, nos últimos anos do século XX e início do século XXI, com amadurecimento teórico-metodológico, após a aproximação com a Teoria Marxista, que contribui para leitura da realidade objetiva/concreta da sociedade. E isso é fruto de diversas conquistas, já evidenciadas, como Lei da Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), o Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e as Diretrizes da ABEPSS (1996), e amadurecimento do Projeto Ético-Político Profissional com enorme produção de conhecimento, e nos anos 1990 com hegemonia do pensamento marxista (CARDOSO, 2013). Foi significativa, ainda, a aproximação mais estreita do Serviço Social com as Ciências Sociais desde a década de 1970 e que dão subsídio para as publicações em livros e revistas. E também é a partir dos anos 1990 que o Serviço Social brasileiro é reconhecido como "[...] área do saber que produz

conhecimento, ganhando espaço nas agências fomentadoras de pesquisa como a CAPES e o Cnpq” (CARDOSO, 2013, p. 208). E em relação a maturidade teórica, fortaleceu sua produção de conhecimento por meio das pesquisas e das produções na área da Pós-Graduação, seja no *lato sensu* (especializações) e no *strict sensu* (Mestrado e Doutorado), reconhecidos, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) como área de conhecimento, alicerçada pelo rigor teórico-metodológico do pensamento marxista.

Na produção teórica recente do Serviço Social, nota-se o diálogo, mais cuidadoso, com o pensamento social oriundo da *teoria social crítica*. Os pesquisadores do Serviço Social recorrem à *tradição marxista* para compreender o significado social da profissão; analisar a sociedade de classes sociais antagônicas; investigar o capital monopolista e sua consolidação no século XX; debater a “questão social” e situá-la como principal categoria teórica na matriz curricular dos cursos de graduação; entender a particularidade da profissão na divisão social e técnica do trabalho; compreender as dimensões éticas e políticas que envolvem a profissão; investigar as relações sociais, tendo como fundamento a centralidade do trabalho; compreendendo o caráter contraditório das políticas sociais (LARA, 2013, p. 215-216, grifos do autor).

Com isso, verifica-se a extrema importância da pesquisa em Serviço Social e a trajetória profissional que foi vinculando, com o tempo, a Teoria Marxista. Hoje se ressalta, no arsenal teórico da profissão, muito apresentado nas produções da categoria, como livros, artigos, teses e dissertações a influência dessa teoria. É no âmbito acadêmico que mais se percebe o envolvimento com a densidade teórica, por meio das produções de conhecimento produzidas na área, que tem seu alicerce no eixo ensino, pesquisa e extensão das Universidades. É importante ressaltar, entretanto, que não apenas de produções teóricas a profissão “vive”. A questão é que a profissão se aproxima da tradição marxista, especialmente no meio acadêmico. Mas o Projeto Profissional não deve ser intelectualizado ele deve nortear toda a categoria. Assim, é imprescindível a materialização desta teoria na realidade concreta em sociedade, com os sujeitos que vivenciam as abordagens do Projeto Capitalista, e junto a isto, com a riqueza teórico-metodológica da profissão que vai se aprofundando nos últimos anos, junto às dimensões ético-política e técnico-operativa que se apresentam como dimensões essenciais para o exercício profissional com qualidade. E dessa forma, com alicerce teórico-metodológico

na Teoria de Marx, e no seu Método de apreensão da realidade, com os pilares, supracitados acima, que vai organizando-se e dando uma direção para a profissão com o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP).

O projeto ético-político que temos hoje no âmbito do Serviço Social, cuja base de sustentação é a teoria social marxista, é uma construção coletiva da qual todos nós participamos, com nossas vidas, com nossas histórias, com a densidade de nossas práticas (MARTINELLI, 2006, p. 16).

Com o compromisso firmado nesses elementos, é que o Serviço Social almeja uma nova ordem societária, sem exploração, discriminação, com liberdade, democracia e justiça social, embasados e respaldados na Teoria Marxista. “O Serviço Social, [...] é uma profissão que tem um compromisso com a construção de uma sociedade humana digna e justa” (MARTINELLI, 2006, p. 11). E é através das construções históricas de lutas da categoria profissional, por meio de um processo de intervenção crítico na realidade cotidiana dos sujeitos, que o Serviço Social hoje é norteado e balizado por um projeto societário, que tem como finalidade teleológica e direção social, a transformação do atual modo de produção: o capitalista.

Porém, é preciso ressaltar que em qualquer espaço institucional é possível e exequível uma prática comprometida com o projeto ético-político da profissão, desde que o assistente social tenha um alinhamento teórico político com tal projeto. O que varia nos diversos espaços de atuação são as estratégias e os níveis de avanço que esse procedimento pode alcançar, de acordo com os limites postos pela realidade institucional e o tipo de demanda que o profissional tem que atender (SANT’ANA, 2000, p. 89).

A consolidação do Projeto Ético-Político no cotidiano interventivo, durante os múltiplos processos de trabalho do profissional, alicerçado nos pilares e balizados pela Teoria Marxista evidencia um compromisso com a transformação social, e foco na emancipação da sociedade contemporânea. Para essa compreensão foi importante trazer um capítulo sobre a gênese da profissão, e como esse compromisso de mudança foi surgindo no Serviço Social brasileiro nos últimos anos, onde ressalta-se que apareceu com mais força, durante o amadurecimento teórico da profissão nos anos 1980, e com o posicionamento consolidado ao lado da classe trabalhadora.

A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade. Teimamos em reconhecer *a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas*. Aquele reconhecimento desdobra-se na *defesa intransigente dos direitos humanos*, o que tem como contrapartida e recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismo (IAMAMOTO, 2001, p. 141, grifos do autor).

Essa luta é diária. Os retrocessos encontram-se em constante mudança na realidade, a todo o momento. O capitalismo tenta, de diversas formas, sufocar ainda mais os trabalhadores com as desigualdades sociais existentes, e criando novos desafios. “A tarefa dos descontentes é árdua, mas é plena quando acreditamos naquilo que propomos e fazemos” (MATOS, 2013, p. 99). Dessa forma, se faz importante a reflexão teórico-metodológica embasada no pensamento marxista que necessita ser transversal a formação em Serviço Social.

Cabe destacar, que a superação do capitalismo é um meio para ocorrer o estágio de transição (socialismo) para o fim, o Comunismo. Sabe-se que falando em supressão do capital, nos dias cotidianos vivenciados parece no mínimo utópico, um sonho vago e abstrato. Porém a formação em Serviço Social nos fornece subsídios para intervenção teórico-prática na realidade concreta de forma qualificada, aproximando-se do real, e compreendendo a sua totalidade e as múltiplas contradições existentes na sociedade. Por isso, o trabalho é árduo e cotidiano.

[...] o comunismo enquanto suprassunção da propriedade privada é a vinculação da vida humana efetiva enquanto sua propriedade é o vir-a-ser do humanismo prático; ou o ateísmo é o humanismo mediado consigo pela supressão da religião, o comunismo é o humanismo mediado consigo mediante a suprassunção da propriedade privada (MARX, 2010, p. 132).

A todo momento, milhões de injustiças e desigualdades são vivenciadas e o Serviço Social tem, em sua característica enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, não o caráter salvador e messiânico, mas sim a possibilidade de contribuir com a transformação social, em distintos

atendimentos que faz em diversos espaços sócio institucionais. É no cotidiano interventivo, durante o exercício profissional, que o assistente social por meio de seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, alinhado ao Projeto Ético-Político de emancipação humana e social, fornece subsídios, por meio de esclarecimentos, orientações e informações para os sujeitos buscarem acesso aos seus direitos. Mesmo parecendo pouco, é no miúdo do cotidiano, por meio de sucessivas aproximações com a realidade, que as relações sociais entre os sujeitos vão se construindo e, de forma coletiva, com várias estratégias, os usuários conhecem sua força, sua luta e sua vontade de mudança.

A profissão se configura e se projeta no âmbito das relações entre Estado e sociedade condicionada por determinantes estruturais e conjunturais, que lhe estabelecem limites e possibilidades. Dessa mesma forma, uma atividade laboral assume a configuração social de profissão a partir do protagonismo coletivo dos sujeitos que a conformam. O Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou-se e renovou-se em sua dimensão teórico-metodológica e ética-política, num forte embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo e qualificando-a academicamente. Com toda categoria profissional, também o Serviço Social constitui “uma unidade de elementos diversos”, o que faz com que esse espaço plural se caracterize como um campo permanente de tensões e lutas, onde também se fazem presentes divergências e contradições. É, contudo, a articulação da categoria em torno das lutas de resistência e ação política estratégica que fortalece o conjunto CFESS/Cress e as entidades da categoria, como espaços de reafirmação constante e cotidiana do projeto ético-político profissional (CFESS, 2008, p. 171).

A profissão encontra-se em espaços contraditórios, inserida em diversas instituições, com seus determinantes estruturais que sufocam e burocratizam os serviços. Cabe ressaltar, que o Serviço Social como profissão, por si só, não fará “revolução”. Porém, “[...] a perspectiva de revolução é central para o reconhecimento da possibilidade histórica de superação das contradições constitutivas da sociabilidade burguesa e do próprio Estado, [...]” (CLOSS, 2015, p. 190). É uma profissão que valoriza a vida, e a sociedade justa, no entanto não faz revolução, luta constantemente junto a outros segmentos de forma coletiva, para romper as amarras do capitalismo. “Sem dúvida, o Serviço Social, enquanto categoria profissional, não possui condições de efetivar um processo revolucionário, dado que tal construção deve ser fruto de um movimento de

classe, coletivo e ampliado” (FREIRE, 2013, p. 52). Com isso, se mostra que é preciso pensar num Projeto Societário Coletivo, feito a muitas mãos, e com esforços, coragem e vontade de mudança com vários atores envolvidos.

Esse é um dos equívocos, pensar o Serviço Social como profissão que fará a revolução. Por isso, é imprescindível compreender que a profissão percorre muitos desafios, por posicionar-se contra a hegemonia do capital, e vislumbrar um Projeto Ético e Político de emancipação humana, que vai muito além do Código de Ética Profissional, fala-se isso por acreditar que a questão ética é transversal a toda formação profissional. Considerando que “a emancipação humana pressupõe mais do que a superação de desigualdades dentro do capitalismo, mais do que a emancipação política de determinados grupos, [...]; pressupõe a superação do próprio capitalismo” (MARTINS, 2015, p.178).

4 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa não é apenas uma descrição de dados, ela demonstra a escolha que o pesquisador tem, e o modo de fazer a leitura da realidade vivenciada, com opção teórico-metodológica alicerçada no seu trabalho, como também em questionamentos e anseios que se buscam respostas no cotidiano dos sujeitos. A pesquisa contribui para desconstruir, desmistificar, diversos aspectos em relação à realidade concreta, após sucessivas aproximações, por meio de arcabouço teórico-metodológico e atitude investigativa, para chegar o mais perto possível da essência do fenômeno em estudo e de forma mais fidedigna e ética possível, publicizar seus resultados. “A atitude investigativa no cotidiano de trabalho do assistente social precisa ser concebida na medida em que possibilita uma ação profissional reflexiva nutrida pela intencionalidade e pelo planejamento” (FRAGA, 2010, p. 59-60).

A pesquisa é uma parte ímpar da formação em Serviço Social, pois visa contribuir com o desvendamento da realidade concreta, buscando assim conhecer a vida dos sujeitos. Como um dos eixos fundantes da Universidade, junto à extensão e ao ensino, tem a característica de fornecer subsídios para uma formação acadêmica crítica, com método científico alinhado à realidade. E a “[...] concepção de pesquisa como transversal à formação de graduação e pós-graduação [...]” (GUERRA, 2011b, p. 134), faz parte dos avanços da formação em Serviço Social, por parte da ABEPSS⁴⁵, bem como, auxilia e norteia a articulação entre a teoria e a realidade cotidiana, possibilitando assim, entender e compreender a vida dos sujeitos, além das formas aparentes e fatalistas do cotidiano presente.

A vida dos sujeitos e suas relações sociais devem ser vistas de forma mais densa, e por isso precisam ser apreendidas em sua essência, dessa forma, se faz de extrema necessidade a investigação da sociedade capitalista concreta. Onde “Marx assumiu a perspectiva dialético-materialista, analisando concretamente a sociedade burguesa” (QUIROGA, 1991, p.117). Aliando a teoria

⁴⁵ “A Abepss, como organismo acadêmico-político e associação científica, tem seus fundamentos na necessidade posta pelo avanço da graduação e pós-graduação nos anos 1980 e 1990 em relação ao fortalecimento no nexos orgânico entre os dois níveis de formação acadêmica e profissional, tendo a pesquisa e a produção do conhecimento como eixos articuladores do desenvolvimento acadêmico-teórico do Serviço Social” (ABREU, 2008, p.175).

e a prática de forma indissociável, de conhecimento. A pesquisa na área do Serviço Social fomenta momentos e espaços de questionamentos e aprendizagem do cotidiano vivo, bem como, auxilia na aproximação do fenômeno de forma a contribuir com o exercício profissional, durante os processos de trabalho.

4.1 O MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO

Destaca-se que durante todo o processo de construção desta dissertação e também da vida acadêmica, de forma transversal, o Método Dialético–Crítico, é utilizado para compreensão da sociedade e aproximações sucessivas com a realidade concreta. “A escolha do método pressupõe valores, [...], importa reconhecer a centralidade dos valores, que dão sentido às investigações e práticas” (PRATES, 2012, p. 118). Esses valores transcorrem o cotidiano de vida da pesquisadora, e também suas perspectivas e anseios em relação à formação profissional escolhida na área do Serviço Social.

A abordagem do Método de imediato sinaliza uma opção política, e evidência a importância de determinada Teoria como forma de aproximação com o real. O Serviço Social brasileiro como já descrito anteriormente, a partir dos anos 1980, efetiva uma interlocução com a Teoria Social Crítica de Marx, e com isso apropria-se do Método Dialético-Crítico, que teve seu precedente em Hegel. Marx diz ter invertido a dialética de Hegel (MARX, 2013), por acreditar na concretude, no homem real em sociedade e não no idealismo.

A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico (MARX, 2013, p. 91).

A aproximação com o movimento da realidade, num primeiro momento pode ser imediata, aparente, por conseguinte necessita compreender melhor os fenômenos, precisando assim, sucessivas vezes aproximar-se e afastar-se do real, para melhor investigação e uma posterior análise. “A investigação tem de se apropriar da matéria e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”

(MARX, 2013, p. 90), só após essas diversas idas e vindas de aproximação com o objeto é que se pode fazer a exposição do mesmo. É preciso mostrar o dado e expressar-se sobre ele.

Para isso, é preciso uma investigação crítica sob e na realidade social, precisa-se de um Método, forma de ver a realidade em seu íntimo. Será que é possível, chegar tão perto assim do real? Então como percebe-se o Método Dialético-Crítico é o referencial, neste trabalho. “Nas pesquisas dialéticas, o homem é tido como ser social e histórico; embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é o criador da realidade social e o transformador desses contextos” (GAMBOA, 1991, p. 103), desse modo, salienta-se a necessidade de romper com o senso comum e ir além do que se apresenta aparente. Então, se diz que se precisa partir do real, da realidade concreta de vida dos sujeitos e não ficar no imediato, na aparência instantânea do momento, é preciso ir além, buscar a essência dos fenômenos. “A *pesquisa* deve “apropriar-se em pormenor” da matéria, do objeto estudado; deve analisar e descobrir as relações internas dos seus elementos entre si” (LEFEBVRE, 1979, p. 26, grifos do autor). Precisa, então, de uma profunda análise para após fazer a exposição dos dados e dos fenômenos observados.

O que também se observa no Método é ver de forma indissociável teoria e prática (PRATES, 2012), já que a intervenção do assistente social está voltada tanto ao aspecto teórico-metodológico, como da prática cotidiana nos espaços institucionais de trabalho. Essa análise da realidade social está diretamente ligada com as categorias do Método Dialético⁴⁶-Crítico de apreensão do cotidiano, que colabora com a relação entre a teoria e a prática interventiva que perpassa o Serviço Social, fundamentada nas categorias: historicidade, totalidade e contradição. Ressalta-se que a “[...] investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta [...]” (KOSIK, 2002, p. 49), aprofundada por meio do movimento dialético do real. Como o ponto de partida é a própria realidade concreta, as observações e investigações devem partir da vida em sociedade. Ver as relações em sua totalidade é essencial para a compreensão do Método.

⁴⁶ “A dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos” (MINAYO, 1994, p. 24).

A totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento do real [...] significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado que ela ocupa no seio do corpo social (KOSIK, 2002, p. 61).

É preciso então desmanchar a falsa concreticidade que se apresenta aparente no real e buscar a essência dos fenômenos, para isso é preciso compreender a realidade em sua totalidade, com aprofundamento da historicidade dos processos. “A realidade muda permanentemente, por isso capturar seu movimento e a historicidade dos processos sociais implica conhecer as múltiplas determinações e relações dessa totalidade viva, dinâmica e contraditória” (PASTORINI, 2010, p. 53). Em vista disso, na aproximação com o objeto precisa-se abstrair da relação do imediato e fazer um movimento de síntese para aproximar-se o mais próximo possível do real. A dimensão interventiva e investigativa da profissão, apoiada as categorias do Método, operacionaliza-se no cotidiano de trabalho pelo fortalecimento e reafirmação do compromisso ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico do assistente social no seu exercício profissional. Desse modo, fortalece a materialização do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP), na perspectiva de emancipação humana e social. Mesmo que em solo permeado por contradições na esfera da sociedade capitalista, a categoria profissional se organiza de forma coletiva, para contribuir com a transformação social.

O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade *em todos os seus planos e dimensões* (KOSIK, 2002, p. 37, grifo do autor).

Esse processo de compreensão da concreticidade, só é possível pelo entendimento e apreensão do Método Dialético-Crítico, como forma de ver e analisar a realidade. Uma vez que, o mesmo amparado as suas principais

categorias auxilia no desvendamento da concretude, pressupõem a visão do sujeito inserido na comunidade e não isolado. Significa ver todos os aspectos que envolvem sua vida, observando sua realidade. O concreto deve ser refletido e analisado, sair do particular e ir ao universal, ver os sujeitos na sociedade em sua totalidade. “A *sociedade*, como entidade geral, não tem qualquer existência separada dos indivíduos que a compõem” (LEFEBVRE, 1979, p. 26, grifos do autor), por isso, é importante desocultar o real. Como a realidade é dinâmica e em constante movimento, esse sujeito se encontra, como todos, à mercê da Sociedade Capitalista, do desemprego, da vulnerabilidade, do retrocesso aos direitos conquistados. Pois como afirma Marx, “[...] no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação” (MARX, 2011a, p. 55). Assim, o homem concreto é o de “carne e osso”.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio de pensamento (MARX, 2011a, p. 54).

O sujeito que procura o atendimento as suas necessidades é um ser social e histórico do seu tempo, com sua trajetória de vida, suas lutas e anseios diários como qualquer outro ser humano, mergulhado nessa sociedade. “A prática profissional incide, diretamente, numa situação que se reconhece no imediato [...]” (PALMA, 1986, p. 163), e suas necessidades, quando forem atendidas, serão por meio de políticas públicas. A política social é um dos principais campos de atuação dos assistentes sociais, mas se mostra como espaço contraditório de atuação profissional. É fundamental reconhecer que existe um caráter reformista, funcional ao capital, e ao mesmo tempo, é preciso avançar no processo de ampliação do acesso a direitos, que são construídos no momento de tensionamento e pressão (COUTO, 2004). Ou seja, a contradição está presente no movimento da realidade, o assistente social que intervém na perspectiva de um trabalho para emancipação social e humana dos sujeitos, vincula-se a uma práxis com dimensão transformadora. Para esse profissional,

que se encontra inserido na divisão social e técnica do trabalho, e como tal sofre as investidas do capital contemporâneo, apresenta-se em constante “conflito”, pois ao mesmo tempo em que busca a ampliação do acesso aos usuários atendidos, recebe da instituição empregadora, tarefas burocráticas onde se vê, muitas vezes, aprisionado a essas funções.

A contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contrários um no outro e, ao mesmo tempo, uma exclusão ativa. E o método dialético não se contenta em dizer que “existem contradições”, pois a sofística, o ecletismo ou o ceticismo são capazes de dizer o mesmo. *O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera* (LEFEBVRE, 1995, p. 238, grifos do autor).

Por isso o Método, é transversal nesta produção, pois pressupõe sair do que se apresenta aparente e imediato e implica ir além do que está posto. Essa leitura ocorre com mais qualidade após sucessivas aproximações com os fenômenos. Não se dá no instante da abordagem com os sujeitos que vivenciam a realidade objetiva, e sim quando o profissional, munido e compreendendo o método faz o movimento dialético. “A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 2002, p. 20).

Reconhecer o método, como princípio de análise do real contribui para a leitura da realidade de forma crítica e embasada na concepção marxista da história humana. Conforme Netto, afirma “*Sem Marx, e a tradição marxista, o serviço social tende a empobrecer-se* –[...], o assistente social necessita travar um diálogo sério com Marx e a tradição marxista, sob pena de perder determinações essenciais da sua prática, [...]” (1989, p. 101, grifos do autor). O assistente social, pesquisador, docente, estudante necessita de apreensão teórico-metodológica, para uma intervenção qualificada na realidade, de forma, a congregar teoria e prática de maneira indissociável, pois, é na prática e na realidade cotidiana que o profissional se defronta com as contradições dos espaços institucionais e precisa compreendê-la para nela atuar.

Não basta explicar as contradições, mas reconhecer que elas possuem um fundamento, um ponto de partida nas próprias coisas, uma base objetiva real; na verdade, mostram que a realidade possui não apenas múltiplos aspectos cambiantes e antagônicos. O próprio homem só se desenvolve através das contradições (PRATES, 2012, p. 122).

Pelas contradições inerentes da Sociedade Capitalista, se faz primordial que os profissionais do Serviço Social aproximem-se das pesquisas que dão embasamento para intervenção da prática cotidiana, “[...] o projeto de formação profissional abre novas sendas ao trabalho de pesquisa: a integração entre história, teoria e método no Serviço Social, entendidos como dimensões indissociáveis [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 465), sendo imprescindível a aproximação com a realidade. “A realidade e a teoria estão, portanto intimamente vinculadas. A teoria tem uma relação de comprometimento com o real, porque deste se origina e para este retorna [...]” (QUIROGA, 1991, p.21). Com isso, é imprescindível a aproximação concreta com as leituras que fundamentam o processo de desvendamento do objeto de estudo, aqui no caso, o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP). Conhecer a área de atuação, e/ou o objeto de estudo é fundamental para uma intervenção qualificada.

É necessário dominar a bibliografia teórica (em suas diversas tendências e correntes, as suas principais polêmicas), a documentação legal, a sistematização de experiências, as modalidades das intervenções institucionais e instituinte, as formas e organizações de controle social, o papel e o interesse dos usuários e dos sujeitos coletivos envolvidos etc. Também é importante, nesse passo, ampliar o conhecimento sobre a instituição/organização na qual o próprio profissional se insere (NETTO, 2009, p. 695).

Pelas diversas tendências teóricas que perpassaram o Serviço Social brasileiro, nos 80 anos de profissão, acredita-se que a Teoria Social Crítica de Marx, junto ao Método Dialético-Crítico “dá conta” de compreender a realidade, e por meio do movimento dinâmico, intervir. “A abordagem desta lógica, que não separa história, teoria e método, é própria da matriz crítico-dialética, que possibilita a reconstrução de distintas realidades e do fazer profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais [...]” (SIMIONATTO, 2004, p. 34). A intervenção durante o exercício profissional, por exemplo na saúde mental, orientado pela dimensão crítica, e com domínio sobre a bibliografia da área é essencial, fazendo com que o assistente social, consiga por meio desse arcabouço intervir com qualidade no decorrer dos processos de trabalho.

4.2 O PROCESSO DE PESQUISA

O processo de pesquisa foi um momento muito significativo para compreender a importância do estudo realizado. Foi feita ampla revisão bibliográfica e documental sobre o Projeto Ético-Político e todo o arcabouço teórico e metodológico, para se chegar o mais próximo possível de uma dissertação que representasse os anseios que provocaram a pesquisa. Então, com a revisão bibliográfica e documental, com a análise da produção do conhecimento, a partir de artigos publicados nos anais do CBAS (2013) e do ENPESS (2014) e com a realização da pesquisa empírica, pode-se perceber como ocorre a materialização do PEPP, no cotidiano dos profissionais.

O lugar escolhido, primeiramente, para fazer a coleta de dados empíricos foram os espaços institucionais em que assistentes sociais atendiam usuários de drogas, por ser uma outra área de estudo da pesquisadora. Isso não foi possível devido à demora da aprovação da pesquisa pelos órgãos competentes.

Após diversos trâmites burocráticos em relação ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Plataforma Brasil, verificou-se a possibilidade de fazer a coleta de dados empíricos no Curso de Especialização (*lato sensu*) Intervenção Social com Famílias, organizada pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Em seguida, verificou-se que esse seria um *lócus* privilegiado por se tratar de profissionais que escolheram continuar seus estudos e qualificar-se depois da Graduação em Serviço Social. O lugar da coleta de dados foi realmente enriquecedor, por considerar que os espaços de educação permanente, subsidiam com mais propriedade a intervenção na realidade social, primando como momento de contínuo aprendizado.

A Política Nacional de Educação Permanente (CFESS-CRESS) tem a concepção de consolidar “[...] a promoção de aprimoramento intelectual, técnico e político dos/as assistentes sociais, como forma de qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica [...]” (CFESS, 2012, p. 45), frente ao contexto contemporâneo do mundo do trabalho, para dessa forma consolidar o Projeto Ético-Político Profissional. Com isso, organizaram-se os documentos e o projeto foi aceito pelo Sistema de Pesquisa da PUCRS (SIPESQ) e pela Plataforma Brasil, em agosto e setembro de 2015, respectivamente. No mês de setembro de 2015 conseguiu-se contato com a

Coordenação da Especialização e marcou-se a ida até a sala de aula para fazer o convite aos alunos para a participação na pesquisa e falou-se sobre sua relevância para a formação em Serviço Social. Considera-se o momento inicial da pesquisa como exploratório (GIL, 2007). Portanto, foi imprescindível a exploração de material sobre a temática, com diversas leituras, para os primeiros contatos com o espaço da pesquisa.

O universo da coleta de dados foi então, a turma de Especialização (*lato sensu*) Intervenção Social com Famílias que contava com aproximadamente 24 alunos ativos pela chamada. Desses alunos, 16 estavam no dia da entrega dos questionários, e desses 13 deles eram assistentes sociais e fizeram parte da amostra, sendo então “aptos” a responder o instrumento sobre Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. O critério de inclusão foi de ser, Bacharel (a) em Serviço Social. Os 13 receberam o instrumento com seus devidos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Explicou-se sobre a necessidade da assinatura para poder usar os dados. Apenas um dos alunos não demonstrou vontade de responder, no que foi respeitado, pois era livre a escolha de não participar. Após uma semana, na data marcada para retorno, apenas duas pessoas entregaram o instrumento, então, foi feito um novo pedido e na outra semana retornou-se à sala de aula e mais quatro pessoas haviam respondido, totalizando então seis profissionais que responderam o instrumento e assinaram o TCLE. Foi utilizada a amostragem não probabilística intencional. Nesta amostragem, “o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 52).

Optou-se nesta dissertação, pela abordagem qualitativa (TURATO, 2003), por entender que para compreender a realidade social em sua essência, é fundamental a valorização dos sentimentos, opiniões, histórias de vida, entre outros aspectos extraídos das falas dos sujeitos. O conhecimento humano é valioso, riquíssimo nutrido de caminhos e descaminhos, entrelaçados ao movimento da realidade concreta. Assume-se com essa abordagem um sentido materialista da história, por compreender que os homens fazem suas próprias histórias. E para análise e interpretação dos dados coletados utilizou-se a Análise de Conteúdo fundamentada em Bardin (1979), com o objetivo de aproximação com o real. A interpretação dos dados coletados busca

compreender, em sentido amplo, as respostas que foram analisadas a luz da fundamentação teórica e do Método Dialético-Crítico, com base na revisão bibliográfica, que é transversal a todo o processo de pesquisa. Essa técnica de análise ainda permite a identificação de categorias empíricas que possam aparecer durante a pesquisa, que no caso deste trabalho foi “garantia de direitos”.

Considera-se que existem “[...] aspectos essenciais da análise de conteúdo, [...] caminho a ser percorrido pelo pesquisador, ao buscar construir, comparar ou refutar conhecimento” (SETÚBAL, 1999, p. 75), pois emerge algo que não foi dito, precisando assim ir até a essência dos fenômenos. Visto que, “compreender o fenômeno é *atingir* a essência” (KOSIK, 2002, p. 16, grifo do autor). É mister salientar que os profissionais que responderam são também partícipes desta sociedade capitalista, trabalhadores e protagonistas da sua própria realidade de vida, que como tal, encontra-se em constante movimento dialético, tornando-se necessária a compreensão das diferentes formas de ver um determinado assunto. Dessa maneira, têm concepções diferentes de ver e compreender a realidade social.

No primeiro momento, os dados coletados por meio dos questionários foram organizados num painel construído pela pesquisadora. Após foram colocados códigos nos instrumentos (AS1, AS2, AS3, AS4, AS5, AS6), preservando-se a identidade dos que participaram da pesquisa. A seguir a categorização dos dados no painel, foi estabelecida uma relação entre os dados empíricos e a fundamentação teórica da pesquisa. Para a realização do tratamento e a análise de dados foram utilizadas as categorias explicativas da realidade: Serviço Social, Teoria Social Crítica de Marx, Projeto Ético-Político Profissional, Exercício Profissional, tendo como referencial o estudo sobre o PEPP, desenvolvido nesta dissertação. A base teórica da dissertação foi construída pelas “[...] contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, [...]” (GIL, 2007, p. 66), especialmente os que se referem ao Projeto Ético-Político Profissional (PEPP). Essa revisão bibliográfica baseou-se em livros, artigos, legislações, revistas científicas, dissertações e teses, entre outros materiais que abordam a temática e que foram listadas nas referências desta dissertação. Entre os principais autores estudados podem ser citados: NETTO

(2007); IAMAMOTO (2010); BRAZ; TEIXEIRA (2009); ABRAMIDES (2007); SILVA (2011); CARDOSO (2013); MARTINELLI (2010).

A técnica utilizada para a coleta de dados foi um questionário semiestruturado (Apêndice A), contendo quatro questões a respeito do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e sua materialização, e duas a respeito do ano e lugar de formação, e espaço de atuação. As questões foram as seguintes: Ano e Universidade/Faculdade de Formação; Área/Local de Atuação ou Experiência; Durante a graduação estudaste sobre o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP)?; Qual sua compreensão a respeito do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP)?; Conseguiste materializar concretamente a teoria estudada em sala de aula durante seu processo de trabalho interventivo?; Na intervenção com usuários, conseguiste materializar o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP)? Como?; Durante a apresentação do instrumento de pesquisa para os profissionais foi falado sobre o “sigilo profissional” e a preservação da identidade dos sujeitos, garantida pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme (Apêndices B). Foi feito, também, o levantamento dos trabalhos publicados nos anais dos dois últimos grandes encontros da categoria profissional o CBAS (2013) e o ENPESS (2014) como uma contribuição para o “estado da arte” sobre o PEPP.

É importante que a coleta de dados seja fidedigna, feita na sua totalidade, e “[...] buscando a maior aproximação possível da fidedignidade, do real, exposição que não se pautar por discursos prolixos, redundantes ou deturpados” (PRATES, 2004, p. 124). Por isso, as questões estão de acordo com o objetivo geral e específicos, visando também responder as questões norteadoras e o problema central da pesquisa. A abordagem qualitativa foi essencial na pesquisa porque abrange os significados, vontades, valores e atitudes, em relação ao processo de trabalho profissional e suas relações em sociedade e, dessa forma, procura a aproximação com a essência dos fenômenos.

Assegurou-se ainda, que o resultado desse trabalho será disponibilizado por meio da apresentação final da Dissertação de Mestrado em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social – PUC/RS, seguindo os preceitos da Resolução 466/2012⁴⁷, pois a pesquisa da

⁴⁷ Resolução que normatiza as pesquisas com seres humanos.

realidade concreta dos sujeitos “[...], é condição necessária tanto para superar a defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade social e os fenômenos singulares [...] quanto para desvelar as possibilidades de ação contidas na realidade” (IAMAMOTO, 2010, p. 466). Os dados serão divulgados, também, por meio de construção de artigos científicos e participação em eventos onde serão apresentados os resultados da pesquisa.

5 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL: ENTRE O REAL E O ABSTRATO

Neste capítulo, será apresentada a análise dos resultados encontrados por meio da coleta de dados, durante o processo investigativo junto à turma de Especialização (*lato sensu*) Intervenção Social com Famílias, organizada pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Dos 13 alunos que receberam o instrumento, “apenas” seis responderam o questionário. Como se demonstra houve pouca participação, pois apenas 46,15% dos profissionais, retornaram com o instrumento, o que deveria ser diferente, pois, os espaços de qualificação permanente são *lócus* de produção de conhecimento e incumbidos de estudos que reflitam não apenas suas práticas interventivas, mas também sua apropriação teórica sobre assuntos que perpassam a profissão.

Portanto, se faz necessário problematizar a materialização do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) e sua apropriação na realidade objetiva dos sujeitos que vivenciam o cotidiano interventivo, durante a experiência de estágio ou exercício profissional. “[...] o estágio é oportunidade de mediação entre a teoria e a prática, no qual ocorre a reflexão crítica sobre os pressupostos teóricos recebidos na formação e o caso concreto vivenciado” (LEWGOY, 2009, p. 131). No decorrer do processo de estágio ou na intervenção profissional dos processos de trabalho, é essencial a articulação entre teoria e prática. Para uma melhor intervenção no real, se faz necessário, um aprofundamento e apropriação com a essência dos fenômenos observados na sociedade e no seio das relações sociais.

Para o pesquisador, assistente social, é importante compreender, analisar a realidade concreta, e conhecer a orientação social da profissão, com vistas a intervir de forma crítica e articulada às demandas dos sujeitos que vivenciam no seu cotidiano diversas violações de direitos, bem como as desigualdades sociais e as resistências que transpassam o cotidiano interventivo e suas múltiplas formas de sobrevivência no mundo real. “O real, pois, antecede o pensamento. Este o elabora e faz retornar à realidade como concreto pensado. Esse concreto é concreto porque é produto de infinitas determinações” (QUIROGA, 1991, p. 20), dado que, é no concreto que a vida se materializa. Por isso, é importante e essencial que os assistentes sociais reconheçam e

materializem no cotidiano de suas intervenções o Projeto Ético-Político da profissão e que estejam em educação permanente, para apreender o contexto da sociedade capitalista, de modo a ver, a totalidade dos processos em que se encontram inseridos, “[...] como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 2002, p. 44, grifo do autor).

A apreensão da realidade e a busca pela essência dos processos constitutivos da vida humana são percebidos e analisados com maior fundamentação a partir do entendimento do Método Dialético-Crítico. O que percebe-se, na conjuntura atual, é que os profissionais assistentes sociais inseridos nos diversos espaços sócio institucionais têm à sua frente vários desafios, pois além de romper com o tradicionalismo ainda vigente na prática profissional, como descrito no segundo capítulo com ações assistencialistas e paliativas, apesar de um rigoroso trato teórico–metodológico crítico respaldado na Teoria de Marx, necessitam correlacionar esforços de enfrentamento ao modelo explorador e dominador, vigente na sociedade capitalista. Por isso, Vasconcelos (2006) diz que é importante recorrer a Teoria Social de Marx e afirma que

[...] o método é uma relação necessária entre sujeito que pesquisa/investigador e objeto pesquisado/realidade social, que permite ao sujeito reproduzir, idealmente, o movimento do objeto; relação necessária na medida em que é a única que permite ao sujeito conhecer realmente o que se passa com o objeto (VASCONCELOS, 2006, p. 244).

Através da direção social da profissão inspirada na Teoria de Marx o profissional intervém na realidade concreta dos sujeitos de forma dialética, indo além do que se apresenta aparente e como demanda imediata, fazendo assim o movimento de busca da essência, apreendendo suas demandas e propondo estratégias de resistência às desigualdades impostas pelo capitalismo e suas formas de exploração e dominação. Por isso, julgou-se importante conhecer o cotidiano dos profissionais que convivem com os entraves da sociedade capitalista, para se ter uma visão da forma como esses assistentes sociais materializam suas práticas nos pilares do PEPP, objeto de estudo desta dissertação. Considera-se que não se pode generalizar esse conhecimento,

devido ao pequeno número de informantes e respostas que poderiam ter recebido maior aprofundamento. Por outro lado, essas mesmas respostas demonstram tendências de entendimento do significado do Projeto Profissional.

5.1 A DIALÉTICA NA VIDA COTIDIANA

É na vida cotidiana que a sociedade se movimenta dialeticamente e as pessoas se relacionam. É lá que o concreto se apresenta. É nas relações sociais que os seres humanos vivem e vivenciam as múltiplas formas de desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista. É nesse contexto contrário ao sistema explorador do capital, que o Serviço Social brasileiro busca organizar e fortalecer seu Projeto Ético-Político Profissional. Dessa forma, depois de uma leitura densa e consistente sobre PEPP e sua materialização no cotidiano do exercício profissional, percebe-se por meio das respostas dos seis profissionais, da turma de Especialização (*lato sensu*) Intervenção Social com Famílias, que responderam o questionário, que sim existe uma luz no fim do túnel. Existem possibilidades de materialização do Projeto Profissional, no cotidiano interventivo durante os múltiplos processos de trabalho. Em vista disso, “os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, [...]” (CURY, 2000, p. 30), o assistente social inserido na divisão social e técnica do trabalho, na sua prática diária e organizado de forma coletiva une esforços para contribuir com as mudanças sociais.

Os seis profissionais que responderam a pesquisa, concluíram o Bacharelado em Serviço Social entre 1999 e 2014, possivelmente foram formados após os pilares que alicerçam e consolidam o Projeto Ético-Político nos anos 1990, como a Lei da Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), o Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e as Diretrizes da ABEPSS (1996), que fazem parte do amadurecimento do Projeto Profissional. E isso corrobora a premissa que esses profissionais possivelmente estudaram com as novas determinações da profissão, a partir dos anos 1980 e 1990, com as normatizações dos seus pilares.

Com renovada capacidade intelectual, ético-política e organizativa, a categoria profissional, as unidades acadêmicas, docentes e discentes da graduação e pós-graduação, sob a coordenação de suas entidades

representativas apresentaram-se, à entrada dos anos 1990, para um amplo repensar coletivo e democrático. Cabia redimensionar o projeto profissional, a partir de então denominado projeto ético-político, frente às alterações no mundo do trabalho, nas manifestações da questão social, nas práticas do Estado e suas relações com as classes sociais (KOIKE, 2009, p. 210).

Nessa época, a profissão já se alicerçava nos princípios do Código de Ética atual, nas Diretrizes da ABEPSS que dão sustentação à formação em Serviço Social, e havia afirmado seu compromisso com a classe trabalhadora. Sendo assim, o ensino em Serviço Social, estaria embasado na Teoria Social Crítica de Marx, bem como, já teria como horizonte a transformação social. “[...] a inserção do pensamento de Marx contribui decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, [...], constitui-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale [...] das concepções teórico-metodológicas de Marx” (NETTO, 2009, p. 693). Essa oxigenação só é possível, com aprimoramento intelectual dos profissionais, e busca por educação permanente. Isso pode ser visto, já que os pesquisados, responderam, enquanto alunos (as) de um curso de especialização, que visa a qualificação profissional.

Os profissionais desenvolveram sua formação em quatro diferentes unidades de formação, sendo quatro do setor privado e uma do setor público. Um dos profissionais não respondeu a essa questão. Isso demonstra, ainda, a predominância das escolas particulares sobre as escolas federais, como sinaliza o quadro abaixo.

Quadro 1: Identificação do ano e Universidade/Faculdade de Formação.

Unidade de Formação	Ano de Formação
PUCRS	1999
SEM RESPOSTA	2014
ULBRA CANOAS	2007
PUCRS	2014
UNIPAMPA	2013
UPF	2006

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora (2015).

Como se constata na leitura do quadro, todos pesquisados foram graduados no Rio Grande do Sul. Percebe-se, ainda, a forte presença do ensino

privado que, historicamente, marca a formação do assistente social no Estado, até 2006. Surgiu, então, o primeiro Curso de Serviço Social público, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)⁴⁸, fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do governo brasileiro para a expansão do Ensino Superior no Brasil. E dentro desse contexto é relevante citar ainda o Programa Universidade para todos (PROUNI), que visa a concessão de bolsas integrais e parciais no ensino privado, o Programa de Financiamento da Educação Superior (FIES), com objetivo de financiar cursos de graduação no ensino privado e os Cursos de Ensino a Distância (EaD)⁴⁹, que tem aumentando visivelmente o quadro do Ensino Superior no Brasil.

O discurso governamental baliza-se pela defesa da expansão da educação superior, isto é, a democratização do acesso ao nível superior de ensino, utilizando-se, para tanto, dos seguintes meios: participação do setor privado presencial, por meio de ampla isenção fiscal, possibilitada pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI); participação do setor privado de ensino à distância (EaD); ampla reestruturação do sistema público de ensino, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação Expansão das Universidades Federais (REUNI); reforço, na universidade pública, da lógica da mercantilização, por meio de Parceiras Público-Privado (DAHMER, 2008, p. 43-44).

Num contexto com características neoliberais, de retrocesso aos direitos conquistados, à educação como um todo, não ficou de fora, por ser muito lucrativa e de fácil mercantilização, entrando assim na lógica capitalista. “A educação se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social” (CURY, 2000, p.13). A educação faz parte da organização social e como tal sofre os rebatimentos da sociedade capitalista.

A Universidade como um espaço de interlocução de saberes e conhecimentos, contribui para aproximação da realidade objetiva, e fortalece as

⁴⁸ “A Universidade Federal do Pampa foi implantada em 2005, começando suas atividades através do Consórcio Universitário da Metade Sul4, que foi um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), sendo que as atividades acadêmicas tiveram início em 2006” (UNIPAMPA, 2009).

⁴⁹ Sobre essa questão consultar os textos de DAHMER (2008), LEWGOY; MACIEL (2008).

relações sociais da comunidade. “[...] a universidade é parte de um contexto global inclusivo que a determina e que, dependendo de seu funcionamento e sentido, ela pode colaborar na manutenção ou na transformação da sociedade” (WANDERLEY, 2003, p. 76).

No tocante a área de atuação e/ou experiência dos pesquisados, destacam-se o sistema penitenciário, a área habitacional, o sociojurídico, clube esportivo e com mais recorrência a assistência social. E mister ressaltar, que essa área por muito tempo, foi vista como um “não direito”, numa interpretação de assistencialismo e ajuda aos pobres, que foi discutido no segundo capítulo desta dissertação, mas que por meio do processo histórico o Serviço Social foi se aprimorando e os profissionais passaram a intervir na perspectiva de direitos. Até mesmo existindo uma confusão em relação à nomenclatura da profissão de assistente social e a Política de Assistência Social⁵⁰.

A assistência social, entendida como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, se está garantida sob o ponto de vista legal, esbarra nos tradicionais mecanismos sob os quais a prática da assistência, entendida como ajuda, caridade, benesse, favor, historicamente foi construída em nossos país. Da sua inclusão no tripé da seguridade social à sua transformação, de fato, em mecanismo de acesso da população excluída aos bens e serviços coletivos resta à assistência social um longo caminho a percorrer (SOUZA, 2009, p. 87).

Diante da Formação do Serviço Social generalista, que prepara os profissionais para intervenção em diversas áreas sociais, é preciso constante aprimoramento frente ao movimento da realidade que exige uma educação permanente. Nesse sentido o foco na intervenção com famílias, curso de especialização escolhido pelos pesquisados, torna-se relevante para o aprofundamento teórico e prático, e assim, apropriar-se de conhecimentos e saberes para o aperfeiçoamento do exercício profissional.

O exercício profissional exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

⁵⁰ Verificar CFESS (2015a).

Esse aprimoramento teórico e prático vem se construindo e se consolidando a partir dos anos 1980 com o fomento da produção do conhecimento e da pesquisa na Pós-Graduação em Serviço Social. Essa construção parte da organização coletiva dos assistentes sociais, e se fortalece com “[...] a criação do primeiro curso de doutorado em Serviço Social e o estímulo sistemático à pesquisa nessa área” (IAMAMOTO, 2014, p. 614), surge no ano de 1983, o I Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, que depois mudou para Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), que é um espaço que reúne os pesquisadores da profissão para socializar as pesquisas que estão sendo desenvolvidas nas diversas áreas de atuação.

Quando perguntados, se durante a graduação haviam estudado sobre o Projeto Ético-Político Profissional, em sua totalidade responderam que sim. Um deles assinala que o PEPP “[...] é um tema transversal à formação” (AS4, 2015). Essa fala revela o que é *sine qua non*, para o Serviço Social, que o Projeto Ético-Político seja transversal no processo formativo do assistente social, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão, eixos fundantes da Universidade. É imprescindível que o Projeto Profissional tenha interlocução com todas as matérias e se insira no cotidiano acadêmico, no estágio e na intervenção, para materializar-se nos processos de trabalho que permeiam o exercício profissional.

A resposta do pesquisado AS1, expressa que “[...] o Projeto Ético Político Profissional foi abordado/estudado em diferentes disciplinas do Serviço Social” (2015), fica evidente, assim que se discute em sala de aula sobre o PEPP, porém, resta saber o que se fala dele, e sobre ele. Aqui nessa análise, enquanto pesquisadora, percebeu-se insuficiência quanto ao instrumento de pesquisa, não se teve tempo hábil para realização de teste piloto, que possibilitasse a revisão e aperfeiçoamento do questionário.

A pergunta quatro corresponde à compreensão dos pesquisados sobre o Projeto Ético-Político, que trouxe dados significativos, porque apresentam um entendimento do PEPP como direcionamento para o exercício dos assistentes sociais no seu cotidiano. Dessa forma, encontram-se alinhados aos pilares que balizam a profissão. Dos seis profissionais que responderam o questionário, cinco tinham apreensão sobre o PEPP.

Compreendo que o Projeto Ético-Político Profissional é a referência essencial para o assistente social desenvolver o trabalho comprometido com os princípios e diretrizes construídos historicamente pelo conjunto da categoria. Precisamos constantemente defendê-lo junto aos locais onde trabalhamos bem como se faz necessário reconhecê-lo e nos sentirmos conectadas com a perspectiva que *o mesmo* perpassa (AS1, 2015, grifos do autor).

Observa-se que esse profissional consegue visualizar o PEPP como construído de forma coletiva pela categoria dos assistentes sociais, e o percebe como uma referência, salientando que sua defesa é cotidiana, nos espaços institucionais de trabalho. Demonstra, portanto, um posicionamento ético e político alicerçado aos anseios do conjunto da categoria, de uma sociedade mais justa e igual, que percorre o trabalho do profissional, e a defesa de uma emancipação humana.

“O Projeto Ético-Político Profissional tem como base o coletivo podendo transformar uma determinada realidade que chega ao profissional assistente social, [...]” (AS6, 2015). Percebe-se, então, que o pesquisado visualiza o PEPP como referencial de um projeto coletivo, não como algo individual, mas construído por sujeitos sociais, estudantes, docentes e profissionais, que formam a categoria profissional.

A formação profissional, comprometida com o projeto ético-político da profissão, visa à construção de uma nova sociabilidade, que supere a ordem do capital, e é base importante para o enfrentamento e este contexto. Para tanto, aprendemos sobre princípios organizativos, os quais se traduzem em nosso processo de trabalho em compromisso com direitos humanos, sociais e políticos da classe trabalhadora, com autonomia e emancipação dos sujeitos, com equidade justiça social, com a liberdade e com a nova ordem societária, como aponta os princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social (PINTO, 2014, p. 673).

A relação da prática do Serviço Social remete a um compromisso vinculado aos direitos humanos da classe trabalhadora, visto que o Projeto Ético-Político seria “[...] o que baliza o fazer profissional dos assistentes sociais” (AS5, 2015). A fala remete a uma ação do profissional permeada pelas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas do fazer profissional, visto que, a dimensão teoria e prática é essencial para uma intervenção qualificada na realidade social.

O PEPP visto como balizador da ação profissional constitui-se como uma direção para a intervenção na realidade concreta dos sujeitos e suas múltiplas expressões vividas no cotidiano. “O saber-fazer competente é um saber-fazer de boa qualidade, na medida em que analisa criticamente as exigências e os desafios postos cotidianamente. [...] qualidade não é atribuída, mas conquistada, construída dia a dia” (LEWGOY, 2009, 53). Demonstra que o assistente social tem uma orientação no seu fazer profissional que se vincula a um projeto diferente do que está posto atualmente, o Projeto Capitalista.

As categorias explicativas da realidade, pré-estabelecidas durante o projeto de pesquisa, foram, Serviço Social, Teoria Social Crítica de Marx, Projeto Ético-Político Profissional, Exercício Profissional. Essas categorias foram evidenciadas durante toda a revisão bibliográfica e documental e no processo de tratamento e análise de dados empíricos e, em sua maioria, foram contempladas. Porém a Teoria Social, não teve destaque no questionário, mas mostrou-se muito importante no decorrer do processo de elaboração deste trabalho. O PEPP, como já dito, foi estudado por todos durante a graduação, e a maioria tem compreensão sobre o mesmo. Já o PEPP como direção social da categoria, como descrito ao longo da dissertação, pode ser evidenciado nessa resposta, “é o norte, o direcionamento ético e político que guia nossa prática profissional” (AS4, 2015).

Vale a pena ressaltar, depois da caminhada aqui percorrida, que a materialização do PEPP no cotidiano dos assistentes sociais, é possível. E que existem possibilidades de sua materialização na realidade concreta por meio de ações que estejam em consonância com a direção social e política da profissão, que se tenha como orientação um processo de transformação social embasados na Teoria Marxista, que esteja em conformidade com os pilares da profissão. Unido a isso é necessária uma apreensão da realidade concreta de forma a compreender suas múltiplas contradições que estão em constante movimento dialético. “[...] no pensamento dialético o real é entendido e representado como um todo que não é *apenas* um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua *criação*, estrutura e gênese” (KOSIK, 2002, p. 51, grifo do autor).

O movimento da realidade por ser dinâmico e constante não se apreende num momento imediato, e sim após diversas aproximações. Isso se mostra preciso para a intervenção qualificada no cotidiano de trabalho dos assistentes

sociais. Pois, o que se percebe e analisa é que quanto mais aprofundamento e apropriação teórica e metodológica se tem no cotidiano da sociedade capitalista, melhor se intervém e se faz uma leitura da realidade crítica e qualificada. Mesmo que condicionado às dinâmicas das instituições, sejam elas públicas ou privadas, se ter um apoio teórico oportuniza traçar estratégias que vão ao encontro das demandas trazidas pelos usuários dos serviços. Não se assume aqui uma postura messiânica ou fatalista, achando que tudo dará certo ou que alguma “luz divina” ajudará a vencer as amarras da sociedade burguesa, mas considera-se que quanto mais embasado na Teoria Crítica de Marx, que perpassa o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP), melhores condições se tem de intervir na realidade social, com vistas a emancipação social e humana de transformação social.

A emancipação política e humana, assim como a transformação da sociedade são almejadas pela categoria profissional dos Assistentes Sociais desde a aproximação do Serviço Social com as obras de Marx, aprofundando-se e aproximando-se nos dias atuais. Com o avanço do neoliberalismo e o sufocamento e retrocesso dos direitos já adquiridos por meio de lutas e da organização da sociedade, o profissional Assistente Social imbuído por um projeto de transformação da realidade se vê na concretude “nadando contra a corrente” (BAIRRO, 2013, p.40).

E por se perceber que estamos todos, “nadando contra a corrente”, é um grande desafio a formação permanente, a pesquisa e a produção do conhecimento com exercício profissional de qualidade e base crítica firme e sólida, sendo essencial a construção cotidiana e reflexão acerca do Projeto Ético-Político em diversos espaços de intervenção. “Assim, a educação permanente se constitui em um importante instrumento para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política” (CFESS, 2012, p. 15). Dessa forma, um dos grandes desafios, ao qual “[...] nos defrontamos é o de avançarmos na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo seus princípios em nosso cotidiano de trabalho” (ABEPSS, 2004, p. 79).

Um dos profissionais relaciona a compreensão do PEPP com a “produção do conhecimento do Serviço Social onde estão sistematizadas as diversas modalidades práticas na profissão. Além de representar o processo reflexivo do fazer profissional” (AS2, 2014), não corresponde à perspectiva do

referido Projeto Profissional. Percebe-se que a resposta distancia-se na concepção neste trabalho de dissertação.

5.2 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

A materialização do Projeto Ético-Político na realidade concreta e contraditória que se vive, está em constante ameaça pelas influências conservadoras que crescem cotidianamente na sociedade capitalista. “A contradição não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento real, como motor interno do movimento, [...]” (CURY, 2000, p. 30). Contudo, é preciso aproximação com a realidade e suas relações sociais, para compreensão e materialização do PEPP.

Por isso, uma das perguntas do instrumento, foi se os profissionais conseguiram materializar concretamente a teoria⁵¹ estudada em sala de aula, no seu processo interventivo. Das seis pessoas que responderam o questionário, quatro responderam que sim, que conseguiram materializar no cotidiano interventivo a teoria estudada. Um dos profissionais disse que, “em alguns momentos pois depende como o usuário chega até a nossa sala” (AS6, 2015), percebe-se então que nem sempre o Projeto Profissional é materializado, conforme resposta acima. Porém, a resposta, encontra-se um pouco desvinculada do que se entende enquanto um Projeto que faz parte de uma construção do coletivo profissional de forma hegemônica. Isso porque, o PEPP deve ser vivido no cotidiano. Às vezes, pode o profissional não compreender sua intencionalidade em algumas intervenções. Logo, é urgente, “[...] a mobilização da vontade coletiva dos sujeitos da profissão no sentido de intensificar a programática defensiva do patrimônio profissional” (KOIKE, 2009, p. 214).

⁵¹ “A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método. Neste, sentido, cada teoria social é um método de abordar o real. O método e, pois a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social” (YAZBEK, 2009, p. 147). “Para a dialética, porém, que pretende fundar-se na estrutura da realidade, a teoria é um componente indispensável do pensamento concreto. Em sua pretensão de autonomia, em seu querer apresentar-se como a autêntica, a única realidade, o fenômeno (e o dado), para a dialética, resulta tão abstrato como a divagação teórica” (PALMA, 1986, p. 154).

O que se discute aqui é de fundamental aprendizagem para a categoria dos assistentes sociais brasileiros: a teoria estudada em sala de aula está sendo conduzida ao exercício profissional por meio de intervenções comprometidas com os pilares da formação em Serviço Social e na defesa dos direitos conquistados por meio de luta dos trabalhadores. “Esses profissionais afirmaram o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados, [...]” (IAMAMOTO, 2006, p. 166).

Dessa forma, como salientou um dos profissionais na sua resposta, “[...] constata-se que o Código de Ética do Serviço Social de 1993 contém valores ético-políticos que expressam as conquistas sócio-históricas da profissão” (AS2, 2015). Isso demonstra o conhecimento da profissão, e a busca pela materialização do Projeto Ético-Político Profissional, que vincula-se a construir uma nova sociedade, mesmo que com muitos desafios em solo capitalista.

Com capacidade intelectual, agir ético e permanente leitura da realidade podemos, no coletivo da categoria profissional, construir inícios de caminhadas concretas. Mas temos que acreditar nisso, pois não basta aderir aos princípios do projeto: é necessário internalizá-los (MATOS, 2013, p. 99).

O Projeto Profissional de forma hegemônica, porém não homogênea, está pautado no Método Dialético-Crítico para desvendar os fenômenos e suas múltiplas determinações. E por tudo que o projeto representa para a formação em Serviço Social, e para a organização das instâncias representativas e organizativas da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO) se faz necessário seu estudo e aprofundamento. Disso decorre a importância desta dissertação, que tem o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP), como objeto de investigação, e necessita de aprimoramento e comprometimento com sua construção e materialização.

Compreende-se que este projeto só é passível de materialização através da articulação de suas entidades organizativas; organização esta que envolve os profissionais, as instituições que o formam, os pesquisadores, docentes, estudantes da área, seus organismos corporativos assim como a articulação com a sociedade civil através da classe trabalhadora. Também desataca-se que é impossível pensar nesta materialização sem problematizar as questões de base teórica e metodológica que fundamentam o próprio Projeto Ético-Político profissional [...] (REIDEL, 2010, p. 105).

Com base na Teoria Social Crítica de Marx, e uma direção/orientação social, ética e política de transformação social, o PEPP se solidifica e se materializa no movimento dialético da realidade, no exercício profissional do assistente social, durante sua práxis nos múltiplos espaços de trabalho, nas palestras, eventos e debates em sala de aula, nos posicionamentos e processos da vida cotidiana enquanto ser inserido nesta sociedade e imbuído por essa influência. E é no cotidiano vivido que se constrói propostas para a defesa do PEPP na sociedade do capital.

Mesmo que o PEPP, como cita a (AS3, 2015), “[...] se encontra em construção e fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão”, suscita questionamentos, pois se percebem as discussões sobre uma onda conservadora no seio da categoria, e o retorno do Serviço Social tradicional discutido no capítulo dois. O que se verifica, é que a profissão, desde sua gênese, constrói-se por meio de questionamentos. Isso é favorável, já que, demonstra que o Serviço Social é inquieto com as relações da sociedade capitalista, e busca respondê-las. Nesse sentido, o enfrentamento ao neoconservadorismo, suscita organização da categoria com os movimentos sociais, para consolidar a direção social pretendida. Pois, essa reatualização, precariza as condições de trabalho, e incorpora práticas imediatistas (BARROCO, 2009).

É importante dizer, que como pode-se averiguar, quanto maior o aprimoramento intelectual da categoria profissional, que recebe grande contribuição da pós-graduação e da pesquisa para produção do conhecimento, mais tem intensão em transformar a realidade social vivenciada, e assim, mais se aproxima da materialização do Projeto Profissional.

Cabe reafirmar, que a materialização do projeto ético-político no exercício profissional requer aprimoramento intelectual com uma formação político-pedagógica permanente, no adensamento do rigor teórico-metodológico e técnico-operativo. Suscita um complexo de mediações que não estão prontas, são construídas na realidade contraditória e em movimento (SILVEIRA, 2007, p.17).

Foi profícuo analisar que entre o que se percebe com algo abstrato, o Projeto Profissional, visto como algo utópico e isolado do mundo, e da realidade objetiva, pode-se perceber que é na realidade, no cotidiano real, que ele se

materializa, nos múltiplos processos de trabalho ao qual o assistente social se insere. É no miúdo, na intervenção diária, no atendimento ao sujeito que procura o serviço que se percebe, espaços de emancipação, mesmo que “raros” ou provavelmente invisíveis.

Sim, a partir do momento em que nos comprometemos com o direcionamento do PEP e o entendemos, fica quase que impossível não materializarmos em nossas intervenções em prol da garantia de direitos e da construção de uma nova ordem societária, mais justa e mais humana (AS4, 2015).

É o que descreve esse profissional acima, que o Projeto Ético-Político tem um direcionamento, e que para a pesquisadora essa direção é clara e objetiva, de transformação social na construção de uma nova sociedade, sem exploração, dominação e tudo o que se absorve do mundo capitalista. E assim, assume-se um compromisso com a classe trabalhadora e a totalidade da sociedade contemporânea. Cabe destacar que a produção do conhecimento, por meio das pós-graduações, *lato sensu* (especializações) e no *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), e do fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social, já enunciada neste trabalho, tem propiciado a categoria profissional, o amadurecimento intelectual que ronda a profissão desde os anos 1970. “[...] a pós-graduação do Serviço Social brasileiro tem um papel importante [...] de garantir a formação qualificada de docentes-pesquisadores e reafirmar os princípios que dão vida à direção social estratégica da profissão” (AMARAL, 2012, p. 236).

Na sexta e última questão do questionário pergunta-se sobre a materialização do PEPP durante a intervenção com os usuários. Conseguiu-se materializar o PEPP, e como? Os seis profissionais, na sua essência responderam que sim, e as respostas foram interessantes e diversas. Pois, afirma-se a predominância dos princípios do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993), como um norteador da intervenção profissional e materialização do Projeto Profissional.

[...] Compreendo que através de ações cotidianas que mobilizam o protagonismo da população usuária, que não compactue com situações de violência, que clarifiquem para os sujeitos os objetivos do nosso trabalho bem como ressalte os limites e as possibilidades são alguns exemplos. O compromisso com a defesa intransigente dos

direitos do público que atendemos é um desafio diário que precisa ser alimentado permanentemente (AS1, 2015).

É relevante que os princípios do Código de Ética balizem o exercício profissional e com isso coadunem com a materialização do PEPP e com a miragem de uma direção social que almeje a transformação social, e um novo mundo, sem desigualdade e injustiças sociais, que são acometidas todos os dias, e isso se mostra nos 11 princípios previstos no Código. Sendo assim, é *sine qua non* o entendimento, compreensão e materialização do Projeto Profissional na intervenção do assistente social.

Embora seja preciso compreender que os, “[...] valores assumidos pela profissão estarem contidos no código de ética de 1993, a dimensão ética do projeto profissional não se limita ao código; ela é transversal, presente em toda dimensão profissional” (REIDEL, 2010, p. 46). Como afirma um pesquisado, é preciso articular “[...] valores, saberes, escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, normatização acerca de direitos e deveres” (AS3, 2015), ir além do que está implícito, e fazer diversas associações para essa materialização na realidade objetiva.

Receio afirmar que não existe uma receita pronta, ou um panfleto explicativo, com o conceito de Projeto Ético-Político Profissional (PEPP). Existe sim uma orientação/direção⁵² que se destina a uma emancipação humana e social, e que tem na Teoria Social Crítica de Marx, seu embasamento teórico-metodológico como forma de leitura da sociedade, e que tem por fim a transformação social. Com a direção social do projeto profissional vinculado à classe trabalhadora, com vistas a uma nova ordem societária de supressão do capitalismo (REIDEL, 2010). É grande, é visionário, é abstrato, é utópico, mas há quem diga que é real, e pode se materializar na concretude da vida diária. “[...] promovendo a ampliação da cidadania, através do despertar consciência de garantia de direitos, [...] na qualificação e no fortalecimento das relações sociais e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (AS2, 2015).

O despertar de consciência subentendido no processo de formação enquanto alunos de Serviço Social, e após na maturidade acadêmica e

⁵² Só a cargo de informação, muito dessa direção/orientação se percebe nos espaços como Congresso Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

profissional, é compreendido, pois são os homens que fazem história e essa história é feita com muitas mãos, que no cotidiano vivenciado, fortalecidos de forma coletiva, contribuem para uma sociedade para além dos muros do capital. “Esta é uma característica fundamental da dialética marxista: a consciência é produto do ser social e, a partir dessa consciência, o homem intervém para modificar a realidade, que, primeiramente, gerou sua própria consciência” (QUIROGA, 1991, p, 75), esse é o movimento de ir e vir da realidade objetiva que se apresenta aparente e precisa ser descoberta na sua essência.

Durante o processo de formação em Serviço Social, percebe-se que muitos assistentes sociais dizem haver uma garantia de direitos, categoria empírica observada no instrumento de coleta, contudo essa garantia não é efetivada, pois, entre o ideal e o real, existe o possível de acontecer. O que o profissional realmente tem condições de fazer, por sua capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa é propiciar acesso aos direitos, por meio de informações, orientações e esclarecimentos sobre as políticas sociais e o cotidiano vivido. Com isso, se faz necessário a interlocução com o compromisso assumido pelos assistentes sociais, durante sua formação. Porém, o despertar da consciência, como já dito, é de cada ser. Cada sujeito tem seu tempo, sua história e contexto de vida.

Para alguns, a Graduação em Serviço Social, lhes trará inquietações e sede de lutar pelo que lhes parecer justo, pelo resto de sua vida, para outros os questionamentos aparecerão durante o cotidiano de trabalho, e alguns assistentes sociais, quiçá jamais se sintam inquietos. Essas inquietações e questionamentos de alguns, que talvez perpassem a Graduação e os processos de trabalho, quem sabe revigorem com uma intervenção de qualidade, e sobre tudo com percepção de mudança, num sentido de transformação da realidade concreta, e fortalecimento do Projeto Profissional. Visto que, como representa está resposta, “o PEPP é materializado concretamente no meu processo de trabalho interventivo no meu posicionamento ético, político e técnico, [...]” (AS5, 2015), precisa-se ter posição e assumi-la de forma teórica e prática, por meio de uma práxis reflexiva.

Os posicionamentos éticos e políticos articulados com a classe trabalhadora, também dão suporte para uma intervenção qualificada, a fim de contribuir para a materialização do Projeto Profissional, e que vislumbre a

transformação. Isso é o que se percebe nas falas dos profissionais que retornaram os questionários, opções, escolhas e direcionamentos envolvidos com a materialização de um projeto que se considera guiar-se para a mudança da sociedade que se vive.

O PEPP se materializa em diversas fases da intervenção, podendo ser no acolhimento empático, na escuta sensível e quantificada e na prática garantia do acesso aos direitos. Penso que a materialização mais concreta que pude vivenciar foi a socialização das informações sobre a rede de proteção de POA, que possibilitou a instrumentalização dos sujeitos para serem de fato partícipes e protagonistas daquele movimento e suas próprias vidas (AS4, 2015).

Como explicito, existem diversas maneiras de materialização do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP), por isso se faz indispensável que por meio de pesquisas, se conheça um pouco da realidade vivenciada pelos profissionais nos seus diversos espaços de trabalho, na “[...] perspectiva de articulação teoria/realidade” (NETO, 1993, p. 27). E essas vivências servem de base, para socializar informações a respeito dos processos de trabalho e, contribuem para a melhoria dos serviços prestados a população. Quando o profissional encontra-se orientado e embasado na Teoria e no Método de Marx, para apreensão da realidade concreta, esse assistente social, sustenta-se por meio do seu arsenal teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que perpassam a formação durante Graduação e Pós-Graduação *lato sensu* (especializações) e no *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado).

O profissional imbuído de todo esse arsenal, numa perspectiva de emancipação social e humana, visa à transformação social, alicerçados pelos fundamentos do Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (CFESS, 1993), pela Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993) e pelas Diretrizes da ABEPSS (1996), numa perspectiva libertadora. O que pode acontecer, é que nem todos os assistentes sociais, consigam ver a “ligação” existente entre esses pilares e a direção social alicerçada na Teoria Marxista. Por isso, se faz mister, a formação permanente e articulação entre teoria e prática de forma indissociável e crítica sobre as relações em sociedade, com uma intervenção qualificada e reflexiva sobre o exercício profissional. Pode-se perceber que mesmo com um questionário insuficiente, os profissionais que retornaram o instrumento da pesquisa, além de ter consciência da importância

da pesquisa para o Serviço Social, também tem compreensão e materializam no cotidiano interventivo o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP).

5.3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Pelo pouco material coletado, mostrou-se significativo a aproximação com a produção do conhecimento em Serviço Social. Dessa forma, foi possível buscar nos dois últimos encontros da categoria profissional (14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, 2013) e (XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, 2014), adensamento sobre a produção de conhecimento a respeito do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP). São espaços de discussão, reflexão e apresentação de trabalhos que reúnem estudantes, docentes, assistentes sociais e demais profissionais para a socialização do conhecimento sobre a área.

O 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ocorreu na cidade de Águas de Lindóia/SP em 2013. Nesse Congresso foram aprovados 959 trabalhos na modalidade oral, desses 27 referendavam o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, no seu título. Em 19 havia como palavras-chave o PEPP, e em 17 a palavra Serviço Social, e apenas em um desses constava a Teoria Social de Marx, como palavras-chave. E a palavra exercício profissional apareceu sete vezes de formas diferentes. Os resumos desses trabalhos foram analisados e verificou-se que em 23 constava o termo Projeto Ético-Político Profissional e/ou Projeto Profissional, e apenas em dois a Teoria Social Crítica de Marx. Os resumos falavam da afirmação, desafios, limites, construção e materialização do PEPP, considerando as diversas temáticas: assistência social, questão urbana, previdência social, saúde, sócio jurídico (alguns desses espaços já descritos acima, como *lócus* interventivo dos pesquisados), organização política da categoria, crise do capital, estágio supervisionado, diretrizes curriculares, fundamentos, formação profissional, emancipação cidadã, produção do conhecimento e exercício profissional.

Então, no 14º CBAS (2013), foram 27 trabalhos tratando sobre o tema do Projeto Profissional, isso assinala 2,81% do total de apresentações orais aprovadas. Evidencia-se que ainda é um tema que deve ser mais difundido e discutido pelo Serviço Social brasileiro, visto que, é um tema de estudo crucial

para melhor compreensão da profissão, com suas possibilidades reais de materialização por meio de embasamento teórico-metodológico e educação permanente que contribua para o exercício profissional, assim como seus limites na sociedade capitalista.

Observou-se também que alguns trabalhos faziam parte de Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado e/ou Teses de Doutorado. E mensuravam a produção do conhecimento e a pesquisa como relevante. Dois resumos destacaram a importância dos pilares da profissão: Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e Diretrizes da ABEPSS (1996), argumentados neste trabalho.

O XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) ocorreu em Natal/RN em 2014. No Encontro foram aprovados 921 comunicações orais, dessas 21 apresentavam a palavra pesquisada Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. Em 19 havia como palavras-chave o PEPP, e em 17 a palavra Serviço Social, nenhum resumo com as palavras Teoria Social de Marx. A palavra-chave exercício profissional, como no 14º CBAS, mostrou-se cinco vezes com mais evidência que as demais. Em todos esses resumos analisados foram encontrados os termos Projeto Ético-Político Profissional e/ou Projeto Profissional A Teoria Social Crítica de Marx foi citada, entretanto, em apenas um trabalho.

Os resumos apontavam para a hegemonia, efetividade, consolidação, trajetória histórica (construção), afirmação, direção social, tensão, efetivação, norte e reafirmação do PEPP. Considerando as diversas temáticas: terceiro setor, seguridade social, questão socioambiental, migração, orçamento participativo. A educação foi representada em três resumos, e a contrarreforma do Estado em dois. Formação profissional e emancipação foram demonstradas também nos resumos. Pode-se perceber uma diferenciação em relação às áreas abordadas pelo CBAS (2013). Isso é rico, porque mostra que a produção do conhecimento, movimenta-se dialeticamente em várias direções.

Tanto no CBAS (2013) como no ENPESS (2014), apresentaram-se trabalhos desenvolvidos durante os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), de estudantes da Graduação e de fomento a pesquisa. Isso demonstra a importância que a profissão dá para a socialização do conhecimento. “As bases de sustentação teórico-metodológica do Serviço Social manifestam-se sob as

mais diversas expressões, sendo a pós-graduação, a pesquisa e a produção do conhecimento algumas delas” (MENDES; ALMEIDA, 2014, p. 641). Percebeu-se, porém, a falta de produção de artigos no CBAS e ENPESS, espaços privilegiados de socialização do conhecimento da área de Serviço Social, por assistentes sociais que se encontravam em pleno exercício profissional.

Com a investigação feita, tanto com os estudantes da Especialização em Intervenção Social com Famílias, organizada pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS como nos anais do 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, 2013 e XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, 2014, pode-se verificar que o Projeto Ético-Político Profissional é um tema abordado por assistentes sociais, estudantes e docentes da área, mas necessita maior aprofundamento e discussões.

No cotidiano interventivo, nos processos de trabalho se busca materializá-lo na práxis, como um trabalho embasado na prática transformadora, e com alicerce nos pilares da Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e das Diretrizes da ABEPSS (1996). Como já elucidado, neste trabalho, esses documentos são os que dão alicerce para a profissão, com fundamento na Teoria de Marx. Visam uma nova sociedade, diferente da atual, e que tem como horizonte a transformação social, e construção coletiva da categoria com movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e sociedade civil para a emancipação humana.

A produção do conhecimento em Serviço Social é necessária e essencial para uma maior compreensão a respeito do Projeto Ético-Político Profissional e para a profissão como um todo. A perspectiva teórica assinalada, nesta dissertação, contribui para o fortalecimento da organização coletiva da categoria profissional e de suas lutas e resistências diárias na sociedade contemporânea.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração da dissertação é um trabalho que apresenta dois sentidos diferentes, pois é árduo e empolgante mas que, ao seu término, deixa a sensação de superação de um grande desafio. A busca pelo conhecimento é constante, abrangendo vários sentidos da vida e exige muita dedicação. Escrever e/ou tentar escrever sobre Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social é, também, desafiador, pois se trata de uma profissão que luta cotidianamente contra os desmandos do Capital, vivendo na contracorrente, mas o que é mais possível de afirmar é que muitos dias virão, talvez uns dias com mais capacidade de sonhar, outros com menos, mas se sabe agora que é possível materializar esse projeto no cotidiano.

No início do trabalho havia uma importante pergunta a ser respondida. Como é materializado o Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano interventivo dos (as) assistentes sociais? Para responder a essa questão buscaram-se referenciais e estudos bibliográficos que dessem conta do tema de estudo, também foram analisados documentos do CBAS 2013 e do ENPESS 2014 e, finalmente, foram consultados assistentes sociais, que responderam a um questionário sobre o assunto.

A pesquisa bibliográfica e documental permitiu a reconstituição da trajetória histórica da profissão no Brasil, percorrendo a gênese do Serviço Social, a organização das primeiras escolas e a institucionalização da profissão. Assim, foi possível compreender a construção e caminhada de questionamentos em relação à profissão e a própria sociedade. Ao longo da trajetória reconstituída pode demonstrar-se, também, a importância do Movimento de Reconceituação, na década de 1960, e do Congresso da Virada, como foi denominado o Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1979. Além disso, evidenciou-se o amadurecimento teórico-metodológico da profissão, a partir da década de 1980, com embasamento na Teoria Social Crítica de Marx, que fundamenta a profissão e o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) e seus pilares a Lei da Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), o Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e as Diretrizes da ABEPSS (1996).

No processo de amadurecimento da dissertação pode-se perceber que a materialização do PEPP no cotidiano dos assistentes sociais, é possível.

Mesmo que seja num cotidiano permeado por contradições, como a história relatada neste trabalho nos mostra, com grandes retrocessos aos direitos dos trabalhadores, porém é preciso seguir em frente. O horizonte é um Projeto Profissional de transformação, de mudança real da sociedade. Então como foi citado ao longo deste trabalho, esse processo de transformação social, que tanto se almeja e se persegue embasados na Teoria de Marx, e em conformidade com pilares da profissão são um horizonte a ser seguido. Nessa perspectiva, pode-se verificar que a concepção que os assistentes sociais têm sobre o referido projeto é relacionada ao conhecimento do Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (1993) e aos seus princípios, de modo especial, o acesso à informação, aos espaços institucionais da rede de atendimento aos serviços de que a população necessita e as garantias dos direitos.

A apreensão da realidade concreta, por meio do Método Dialético-Crítico, contribui para entender a sociedade em seu movimento contraditório e buscar a essência dos fenômenos, assim, se faz necessário o aprofundamento da pesquisa em Serviço Social, como eixo fundante da Universidade e que produz conhecimento, que deve ser socializado. Com a pesquisa pode-se perceber com mais afinco a importância dos princípios do Código de Ética para os profissionais, verificando assim que a materialização ocorre com seu alicerce.

Faz-se primordial ressaltar, a importância do processo de pesquisa em Serviço Social para o desvendamento do real, bem como a sua contribuição para a formação profissional do assistente social. Dessa forma, é indispensável perceber que a Universidade necessita dessa produção do conhecimento que contribui para as relações em sociedade, tão vital para a sobrevivência do homem. Isso se percebe ainda mais fortemente dentro da Pós-Graduação, no qual a pesquisa é um dos cerne dessa formação permanente. Sendo assim, se fez de enorme estima aproximar-se da área *lato sensu*, *locus* de investigação desta dissertação. Como também, percorrer a caminha das leituras sobre o Projeto Ético-Político Profissional, que fez pensar, refletir e sonhar, que outro mundo é possível, embora ainda não se saiba em que proporções e descaminhos, mas que o importante é seguir em frente.

Os profissionais que responderam as questões da pesquisa enfatizaram que é durante suas ações interventivas, no exercício profissional que materializam o Projeto Profissional do Serviço Social, na perspectiva de acesso

aos direitos da população usuária. A trajetória do Serviço Social, aqui descrita, demonstra que essa profissão, que é vista hoje nos seus 80 anos de história, foi se construindo por meio de organização coletiva da categoria, representada por CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. É uma profissão que prima pela qualidade dos serviços prestados à população, que visa uma sociedade sem desigualdades, que nada contra a maré e contra os desmandos do capitalismo no seu cotidiano.

É nesse contexto de luta cotidiana pela transformação da sociedade, que se apresenta a profissão no Brasil, com anseios e lutas pela emancipação do homem, no sentido de dar sua contribuição à sociedade e à humanidade como um todo. O Serviço Social aperfeiçoou-se por meio da pesquisa, que tem nos Programas de Pós-Graduação, espaços de aprofundamento e produção do conhecimento. É mister evidenciar-se, ainda, a aproximação e apropriação teórica e metodológica do Serviço Social com a Teoria Social Crítica de Marx, nos anos 1980, que é ampla e fundamental referência da profissão na atualidade.

Em relação à articulação entre teoria e prática no cotidiano de trabalho dos profissionais, constatou-se que esses buscam fundamentação teórico-metodológica para continuar se aperfeiçoando, por meio da educação permanente, com vistas a melhor qualidade dos serviços prestados. A educação permanente contribuí para o aperfeiçoamento da aprendizagem desses profissionais que almejam continuar seus estudos e qualificar-se para os processos de trabalho.

Pelos estudos e análises realizadas durante a pesquisa pode-se perceber que os assistentes sociais tentam materializar o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) em suas intervenções cotidianas, nos diálogos diários, durante o exercício profissional, na sua realidade de vida, embora não se possa generalizar essa constatação. Talvez não haja plena compreensão de que o Projeto Ético-Político vai além dos pilares da profissão, mas mesmo assim, realizam as intervenções visando a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos atendidos. Não se pode afirmar, porém, com certeza, que os mesmos compreendam esse Projeto Profissional em toda sua plenitude. Embora se fundamente na Teoria de Marx, essa teoria é pouco relacionada com o Projeto Profissional, mas mesmo assim esses assistentes sociais trabalham numa perspectiva de contribuir, de alguma forma, para o acesso aos direitos do

cidadão. Essa é uma forma, embora modesta, de colaborar para a emancipação humana e social e para o advento de uma outra sociedade.

Evidenciou-se ao longo desta Dissertação que, embora o PEPP seja de importância crucial para a profissão, é um tema que, ainda, não é suficientemente discutido e difundido no Serviço Social brasileiro. Existem, todavia, reais possibilidades de materialização desse Projeto, contando com o embasamento teórico-metodológico da Teoria Social Crítica de Marx, com a Lei da Regulamentação da Profissão, o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e com a educação permanente que contribuem para o exercício profissional qualificado, mesmo com todas as contradições e limites da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

_____, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Formação do assistente social e a consolidação do projeto ético-político. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 79, p. 72-81, setembro 2004.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXIX, n. 91, p.34-48, setembro 2007.

ABREU, Marina Maciel. Abepss: a perspectiva da unidade da graduação pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXIX, n. 95, p. 173-188, setembro 2008.

_____; LOPES, Josefa Batista. Formação profissional e diretrizes curriculares. IN: **Revista Inscrita**. Brasília, nº 10, p. 11-16, novembro de 2007.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6ªEd. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal6, 2014.

AMARAL, Angela Santana do. A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social. IN: **Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 230-238, jul./dez. 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BAIRRO, Emilene Oliveira de. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social: análise crítica da materialização junto à política de assistência estudantil da Universidade Federal do Pampa**. Trabalho de Conclusão de Curso. São Borja: UNIPAMPA, 2013.

_____. **O Projeto Ético-Político e a formação profissional do assistente social**. (Projeto de Pesquisa), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 1979.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Desafios do Projeto Ético Político: o enfrentamento do neoconservadorismo. IN: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Seminário Nacional 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009)**. Brasília: CFESS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (orgs.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das Diretrizes Curriculares e dificuldades na sua implantação. IN: **Temporalis**. Porto Alegre: ABEPSS, ano 4, nº8, 2004.

_____. Seguridade Social pública ainda é possível! IN: **Revista Inscrita**. Brasília, nº 10, p. 31-36, novembro de 2007.

BOTTOMORE, Tom (Editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei 8.662/93**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: D.O.U, 1993.

_____. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social**. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2002.

_____. Ministério de Estado da Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: D.O.U, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº 100, p. 679-708, out./dez. 2009.

BRAZ, Marcelo; MATOS, Maurílio Castro de. 30 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº 96, p. 174-182, novembro 2008.

_____; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. IN: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BULLA, Leonia Capaverde. **Serviço Social, Educação e Práxis: Tendências teóricas e metodológicas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRGS: Porto Alegre, 1992.

_____. Origens e Profissionalização do Serviço Social no Brasil. In: FLICKINGER, Hans-Georg (Org). **Entre Caridade, solidariedade e cidadania: história comparativa do Serviço Social no Brasil-Alemanha**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2013.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de [et al]. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimentos dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. IN: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Orgs). **Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005

CBAS. Anais do 14º Congresso Brasileiros de Assistentes Sociais. **14º CBAS**, Conselho Federal de Serviço Social. CFESS: Águas de Lindóia, 2013.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXIX, n. 95, p. 161-172, setembro 2008.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Seminário Nacional 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009)**. Brasília: CFESS, 2009.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília: CFESS, 2012.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Assistente Social: Guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional**. Brasília: CFESS, s/d. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015a.

_____, **Conselho Federal de Serviço Social**. Brasília: CFESS, s/d. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2015b.

COELHO, Marilene; FORTI, Valéria. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. IN: FORTE, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs). **Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

COUTO, Berenice Rojas. As Diretrizes Curriculares e a Política Social. IN: **Temporalis**. Porto Alegre: ABEPSS, ano 4, nº8, 2004.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: Um estudo a partir da produção da área.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** 7 Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DAHMER, Larissa. Mercantilização do Ensino Superior, Educação a Distância e Serviço Social. IN: **Temporalis.** Brasília: ABEPSS, ano VIII, nº15, 2008.

ENPESS. ANAIS do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **XIV ENPESS,** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. ABEPSS: Natal, 2014.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, nº 101, p. 40-64, janeiro/março 2010.

FREIRE, Silene de Moraes. Garantia de direitos, ampliação e consolidação da cidadania no Brasil: desafios do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. IN: Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) (Orgs). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais.** Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional.** 2ª. Ed. Aumentada. São Paulo: Cortez, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. 8. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do serviço social.** 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: Um patrimônio a ser preservado. IN: **Temporalis.** Brasília: ABEPSS, ano 11, nº22, 2011b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. IN: MOTA, Ana Elizabete... [et al]. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, ABEPSS, Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; CARVALHO, Raul; **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** 35. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, nº 120, p. 609-639, out/dez 2014.

KOIKE, Maria Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. IN: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LARA, Ricardo. A pesquisa no Serviço Social e a Tradição Materialista-Dialética. IN: LOURENÇO, Edvânica Ângela de Souza; Santa Ana, Raquel Santos; SILVA, José Fernando Siqueira (Orgs). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo.** Tradução: J. Guinsburg. 5ª Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial, 1979.

_____. **Lógica formal, lógica dialética.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LENIN, V. I. **O que é marxismo?** Tradução: Mariano Soares. Porto Alegre: Editora Movimento, 1987.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. MACIEL, Ana Lúcia Suárez. Reflexões acerca do ensino à distância na formação em Serviço Social. IN: **Temporalis.** Brasília: ABEPSS, ano VII, nº15, 2008.

_____. **Supervisão de estágio em serviço social:** desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço Social no Brasil:** a ideologia de uma década. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1983.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **Universidade em Crise:** Uma Travessia necessária para a formação em Serviço Social. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-Político Profissional. IN: **Revista Emancipação.** v. 6 ,n.1, p. 9-23, 2006.

_____. O exercício profissional do assistente social na área da saúde: algumas reflexões éticas. IN: **Revista Serviço Social & Saúde**. v. 6, n.6, p. 1-144, maio 2007.

_____; RAICHELIS, Raquel; YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXIX, n. 95, p.05-32, setembro 2008.

_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Gabriel. Que parte de mim é que me guia? A essência e os limites da liberdade e da igualdade na sociedade capitalista. IN: FORTE, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs). **Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MARX, Karl Heinrich. **Para a questão judaica** (Tradução: José Barata Moura). 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos** (Tradução: Jesus Ranieri). 4ª Reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider. 1º ed. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 29º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro I – O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **A Ideologia Alemã** (Tradução: Álvaro Pina). 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2013.

MENDES, Jussara Maria Rosa; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 640-661, out./dez. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social. IN: DESLANDES, Suely Ferreira; Gomes Romeu; MINAYO,

Maria Cecília de Souza (Orgs). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. A “viagem de volta”: * significados da pesquisa na formação profissional do Assistente Social. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 114, p. 240-265, junho 2013.

NETO, Ana Maria Quiroga Fausto. Produção científica e formação profissional: os paradigmas do conhecimento e seu rebatimento no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional. IN: **Cadernos Abess**. São Paulo: ABESS/CEDEPSS/CORTEZ, nº6, set. 1993.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. 4º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 30, p. 89-102, maio/ago 1989.

_____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº 84, p. 05-20, novembro 2005.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. IN: MOTA, Ana Elizabete... [et al]. **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, ABEPSS, Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 10. Ed. São Paulo: 2007.

_____. Introdução ao método da teoria social. IN: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto; SALES, Mione Apolinario. A Nova Ética Profissional: práxis e princípios. IN: BONETTI, Dilséa A. [et al.] (Orgs). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PALMA, Diego. **A prática política dos profissionais**: o caso do serviço social. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Cortez; Peru (Lima): CELATS, 1986.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PINTO, Marina Barbosa. Condições sócio-ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº 120, p. 662-676, out./dez. 2014.

PRATES, Jane Cruz. Planejamento da Pesquisa Social. IN: **Temporalis**. Porto Alegre: ABEPSS, ano 4, nº7, 2004.

_____. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. IN: **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre. N.1, p. 116-128, jan.jul. 2012.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo**: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

REIDEL, Tatiana. **A indissociabilidade entre o Projeto Ético-Político e a formação em Serviço Social**: Uma materialização em xeque. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

RODRIGUES, Larisse de Oliveira. **O Movimento Estudantil e a formação política do (a) estudante de Serviço Social**: contribuições e desafios. Trabalho de Conclusão de Curso. Natal: UFRN, 2008.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. N. 62, p. 73-92, mar.2000.

SETÚBAL, Aglair Alencar. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. IN: MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. IN: **Temporalis**. Porto Alegre: ABEPSS, ano 4, nº8, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Experiências históricas e cotidiano de trabalho. IN: **Revista Inscrita**. Brasília, nº 10, p. 17-24, novembro de 2007.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. A política de assistência social: começando de debate. IN: FONTENELE, Ludmila; REZENDE, Ilma. (Orgs.). **Serviço Social e políticas sociais**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. IN: Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) (Orgs.). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social**: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

UNIPAMPA, Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional**, de 16 de agosto de 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde. IN: MOTA, Ana Elizabete... [et al]. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, ABEPSS, Ministério da Saúde, 2006.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social. IN: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1). Ano e Universidade/Faculdade de Formação:

2). Área/Local de Atuação ou Experiência:

3). Durante a graduação estudaste sobre o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP)?

4). Qual sua compreensão a respeito do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP)?

5). Conseguiste materializar concretamente a teoria estudada em sala de aula durante seu processo de trabalho interventivo?

6). Na intervenção com usuários, conseguiste materializar o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP)? Como?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Profissional)

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Curso/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade/Instituição Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, intitulada: O Projeto Ético-Político e a formação profissional do Assistente Social, que tem como objetivo principal analisar como os Assistentes Sociais materializam o Projeto Ético-Político Profissional, com intuito de contribuir para o debate da categoria profissional e estimular uma práxis profissional reflexiva. O tema escolhido justifica-se pela necessidade e urgência de aprofundar o debate sobre o Projeto Ético-Político Profissional, junto à categoria dos Assistentes Sociais O trabalho está sendo realizado pela Mestranda em Serviço Social - PUCRS - Emilene Oliveira de Bairro e sob a supervisão e orientação da profª Dra. Leonia Capaverde Bulla. Para alcançar os objetivos do estudo será realizada coleta de dados por meio de questionários estruturados individuais. Os dados de identificação serão confidenciais (sigilosos) e os nomes reservados. Os dados obtidos serão utilizados somente para este estudo, sendo os mesmos armazenados pela pesquisadora principal durante 5 (cinco) anos e após totalmente destruídos (conforme preconiza a Resolução 466112).

Eu _____ recebi as informações sobre os objetivos e a importância desta pesquisa de forma clara e concordo em participar do estudo. Declaro que também fui informado: - Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa. - De que minha participação é voluntária e terei a liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo para a minha vida pessoal e nem para o atendimento prestado a mim. - Da garantia que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações serão utilizadas somente para fins científicos do presente projeto de pesquisa.

- Sobre o projeto de pesquisa e a forma como será conduzido e que em caso de dúvida ou novas perguntas poderei entrar em contato com a pesquisadora: Emilene Oliveira de Bairro telefone 3353-4114, email:

emilene2010@yahoo.com.br endereço: Av. Ipiranga, nº 6681 Bairro Partenon
Porto Alegre. O CEP-PUCRS encontra-se no endereço Av. Ipiranga 6681, Prédio
40 - Sala 505 Porto Alegre /RS - Brasil - CEP: 90619-900 Fone/Fax: (51)
3320.3345. E-mail: cep@puhrs.br. Horário de funcionamento de segunda a
sexta. Manhã: 8h30min às 12h Tarde: 13h30min às 17h. Declaro que recebi cópia
deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando outra via com a
pesquisadora. Porto Alegre, ____, de _____ de 20__.

Assinatura da pesquisadora
Emilene Oliveira de Bairro

Assinatura do entrevistado Nome:
Nome:

APÊNDICE C: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CBAS 2013
14º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS)

14 a 18 DE OUTUBRO DE 2013 - ÁGUAS DE LINDÓIA/SP

Palavra pesquisada: Projeto Ético-Político

Evento	Título/Autores	Palavra-chave	Resumo
CBAS	<p>A SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS: Uma análise de sua contribuição para afirmação do Projeto Ético-Político- Profissional do Serviço Social.</p> <p>Autores: Maria de Fátima Valentim Pessanha</p>	<p>Exercício Profissional, Competências Profissionais, Projeto Ético-Político.</p>	<p>O presente trabalho partiu da necessidade de conhecer a sistematização do trabalho dos assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS do município de Campos dos Goytacazes, analisando, a partir da apropriação das competências profissionais, a afirmação do projeto ético-profissional (PEP) neste espaço de atuação do Serviço Social.</p>
CBAS	<p>O PROJETO ÉTICO POLÍTICO E O COTIDIANO DAS PRÁTICAS DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS: Um estudo sobre as dimensões profissionais.</p> <p>Autores: Andreza Rezende dos Santos, Maria Guimarães da Silva</p>	<p>Serviço Social. Projeto Ético-Político. Dimensões profissionais.</p>	<p>A elaboração dessa pesquisa está vinculada ao interesse e preocupação com a intervenção do Serviço Social na perspectiva do Projeto Ético-Político profissional. Nesse sentido, tem como tema o cotidiano das práticas profissionais ressaltando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como forma de viabilização do Projeto Ético-Político do (a) Assistente Social. O presente trabalho justifica-se devido à possibilidade de ajudar na efetivação da teoria na prática e ser utilizado como fonte de pesquisas complementares. Para tal, foram utilizados pensamentos de vários autores (como mostra as referências), além deles as ideias centrais deste projeto foram fundamentadas na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS - que trabalha na defesa dos princípios e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Foi embasado ainda na Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão, no Código de Ética do/a Assistente Social, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e vários outros</p>

			<p>aparatos legais que subsidiaram a discussão sobre o tema. Além disso, este trabalho representa um adendo, que pretende contribuir em parte com o projeto de pesquisa intitulado - Estudo das metodologias de intervenção utilizadas pelos Assistentes Sociais e o Projeto Ético-Político do Serviço Social - coordenado pela Prof^a. Ma. Maria Guimarães da Silva e subsidiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, com estudos iniciados em 2011. Não obstante, é importante ressaltar que esse trabalho é apenas um resumo do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC - apresentado em 11 de dezembro de 2012, tendo como nota de estudo e apresentação a máxima pontuação permitida; portanto os resultados da pesquisa teórica e de campo poderão ser visto na íntegra no acervo da Faculdade Católica de Uberlândia.</p>
CBAS	<p>FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: uma discussão sobre seu projeto ético-político. Autores: Gabriella Mariano Munhoz Zeneratti</p>	<p>Projeto ético-político. Exercício profissional. Fundamentos do Serviço Social.</p>	<p>O novo projeto ético-político do Serviço Social, pensado entre a década 1970 a 1980, e que ganha maior debate nos anos 1990, tem seu núcleo no reconhecimento da liberdade como valor central. Com isso, é no aprofundamento e compreensão da teoria social crítica que podemos construir argumentos sólidos que se contrapõem ao falso dilema de que inexistente unidade entre teoria e prática.</p>
CBAS	<p>A NECESSIDADE DE ARTICULAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM O DEBATE CONTEMPORÂNEO DA QUESTÃO URBANA DIANTE DOS VALORES AFIRMADOS NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL. Autores: Paulo Henrique Cavalcante</p>	<p>Questão Urbana. Serviço Social. Neoliberalismo.</p>	<p>O presente trabalho busca trazer elementos introdutórios para a reflexão sobre o Serviço Social e a questão urbana. Refletimos a inclusão marginal como estratégia de organização e de manutenção do poder da classe burguesa no espaço urbano e a necessidade de articulação do Serviço Social com o debate da questão urbana diante dos valores apontados no projeto ético-político.</p>

CBAS	<p>A PRÁXIS ÉTICA E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: problematizando as alternativas de ação face à sociabilidade burguesa.</p> <p>Autores: Alexandra A. Leite T. S. Eiras</p>	Práxis ética, Serviço Social, Projeto Ético-Político, Ética Profissional.	Analisamos a trajetória individual relatada por Bruna Surfistinha e Maurício Hora em suas respectivas autobiografias. Apresentamos as categorias “horizonte de ação” e “reflexão crítica” para problematizar as alternativas de ação ao sujeito no âmbito da sociedade burguesa, relacionando-as com a apreensão dos valores hegemônicos e com a liberdade individual. Problematizamos a ética profissional, questionando os limites e possibilidades da práxis ética no âmbito dessa sociedade.
CBAS	<p>O DESAFIO DA MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO ATRAVÉS DA INSTRUMENTALIDADE E NO SERVIÇO SOCIAL PREVIDENCIÁRIO.</p> <p>Autores: Fernanda Gomes Mattos</p>	Previdência social, instrumentalidade , projeto ético-político	O presente artigo objetiva discutir o desafio da materialização do projeto ético-político através da instrumentalidade referente ao exercício profissional das assistentes sociais na Previdência Social. Para tanto, a partir de uma abordagem teórica, será discutido a inserção da profissão nesta política e a tensão existente entre as demandas sociais e institucionais.
CBAS	<p>SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: uma análise a partir dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais.</p> <p>Autores: Simone de Jesus Guimarães</p>	Serviço Social, Projeto Ético-Político, CBAS	Este trabalho pretende fazer uma análise dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBASs), realizados dez anos após a aprovação do Código de Ética (1993), da Lei de Regulamentação da profissão (1993) e das novas Diretrizes Curriculares (1996) dos Cursos de Serviço Social no Brasil, tendo como preocupação central conhecer a produção de conhecimento voltada para a discussão do Serviço Social como profissão e estabelecer uma articulação, dentro dessa produção, entre Serviço Social e o Projeto Ético-Político como direção ético-política imprescindível ao pensar e fazer profissional na perspectiva de novos rumos ao Serviço Social em seus processos de inserção social na sociedade brasileira. Referido trabalho, é parte integrante de uma pesquisa que vem se realizando desde outubro de 2012, em nível de pós-doutoramento. Suas ideias basilares envolverão o

			CBAS de 2004 e representarão os resultados parciais da citada pesquisa.
CBAS	<p>EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: desafios e possibilidades na efetivação das competências e atribuições sob o norte do Projeto Ético-Político Profissional.</p> <p>Autores: Tatiana Reidel, Caroline Pires, Lauana Fergutz</p>	Atribuições. Competências. Projeto Ético-político.	O texto apresenta resultados preliminares da pesquisa sobre atribuições e competências dos assistentes sociais com vistas a reconhecer possibilidades e dificuldades para sua efetivação sob o norte do PEP. Os resultados evidenciam que mesmo com formação continuada (77,5%), há muitas dificuldades para efetivação das mesmas sinalizando fragilidades no processo de formação e na materialização do PEP.
CBAS	<p>SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: A instrumentalidade e o projeto ético-político profissional.</p> <p>Autores: Alzira Maria Baptista Lewgoy, Juliana Martins</p>	Formação profissional, supervisão de estágio em Serviço Social, instrumentalidade .	O texto é produto da pesquisa sobre a instrumentalidade da supervisão de estágio em Serviço Social e sua relação com o projeto profissional. Utiliza-se a metodologia de Estudo de Multicasos (TRIVINUS, 1987) em seis Unidades de Formação Acadêmica, através de entrevistas, questionários e análise documental. Conclui-se que os processos de gestão e supervisão de estágio têm sofrido os impactos das transformações do mundo do trabalho, na medida em que estas se refletem no âmbito da Universidade e nos campos de estágio.
CBAS	<p>FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL: questões diversas e adversas sobre limites, desafios e possibilidades do estágio supervisionado e da materialização do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social.</p> <p>Autores: Andreia Agda Silva Honorato</p>	Formação Profissional. Crise do Capital. Mercantilização do Ensino Superior. Estágio Supervisionado. Exercício Profissional.	Este artigo analisa desafios e possibilidades da formação profissional de qualidade na relação indissociável com o exercício profissional. Diante da intensificação da crise do capital a educação é transformada em mercadoria e alunos em clientes e, neste contexto, objetiva-se a reflexão sobre o lugar do estágio obrigatório enquanto elemento constitutivo da formação profissional e as contradições.
CBAS	<p>PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E TRABALHO PROFISSIONAL: desafios da contemporaneidade.</p>	Serviço social, trabalho profissional, projeto ético-político.	O presente ensaio é parte da reflexão teórica realizada em nossa dissertação de mestrado. Este trabalho pretende trazer reflexões sobre a condição de assalariamento dos assistentes sociais, diante das novas configurações do

	Autores: Livia Figueiredo Pequeno		capital e os desafios à materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social.
CBAS	A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DIANTE DO NEOLIBERALISMO. Autores: Hudila Monico da Fonseca, Bianca Martins de Souza	Serviço Social, Trabalho Técnico Social e Participação Popular.	O presente artigo propõe uma análise dos limites e desafios da intervenção do Assistente Social no Trabalho Técnico Social, frente à política neoliberal. O TTS tem como principal objetivo a garantia da participação popular e a sustentabilidade nos projetos Governamentais. Sendo assim, analisaremos o processo de participação popular através do TTS e como o profissional está inserido nesse processo.
CBAS	O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS 2000: A perspectiva dos profissionais presentes nos CBAS de 1998 a 2010. Autores: Priscila Cardoso, Edileuza Almeida	Projeto Ético-Político, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Serviço Social.	Esta comunicação é fruto dos estudos realizados para Dissertação de Mestrado e Iniciação Científica nos anos de 1999 e 2012. Em comum, uma inquietação: a relação dos profissionais com o Projeto Ético-Político (PEP), e um lócus de pesquisa: o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Doze anos depois, constatações próximas dialogam neste trabalho, apontando tendências e reflexões sobre o PEP.
CBAS	A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA PRÁTICA PROFISSIONAL. Autores: Elieni Aparcida de Souza	Projeto Ético-Político, Serviço Social, Trabalho profissional	Este artigo visa enfatizar algumas reflexões teóricas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Pretendo com este artigo nortear e posteriormente desenvolver o projeto de pesquisa para a disciplina de Métodos e Pesquisa do Serviço Social III, resultando assim, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
CBAS	A REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: Uma relação que se impõe. Autores: Eliana Brito Nascimento, Michel Perreault	Políticas Sociais. Reforma Psiquiátrica. Projeto Ético Político. Serviço Social. Saúde Mental.	O Artigo traz uma reflexão quanto à relação entre os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira e o Projeto Ético Político do Serviço Social, e as preocupações da categoria com a prática nos novos Serviços. Aborda o vínculo entre o surgimento da profissão e das Políticas Sociais no Brasil. Situa, no contexto da redemocratização do país, a construção do Projeto Ético Político, bem como da Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica, enquanto conquistas do Movimento

			Social. Aborda as transformações teórico-conceituais e técnico-assistenciais, afetando a divisão sócio técnica do trabalho, com a ampliação dos saberes profissionais na abordagem do sofrimento mental.
CBAS	<p>A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL.</p> <p>Autores: Luana Braga, Cacildo Teixeira de Carvalho Neto, Reginaldo Pereira França Júnior, Valquíria Alves Mariano, Josiele Fernandes Alves, Marcia Cristina Freitas Silva, Jaqueline de Melo Barros</p>	Trabalho, Teoria Social de Marx, Projeto Ético Político e Organização Política.	<p>O presente trabalho tem por objetivo trazer à tona, reflexões realizadas acerca do debate da teoria social de Marx no Serviço Social. Busca-se principalmente apreender a importância da perspectiva de totalidade no serviço social. As reflexões apoiam-se em releituras fundamentadas no arcabouço marxiano. Sendo assim, enfatiza a contribuição que essa perspectiva traz não apenas para consolidação do projeto ético político da profissão, como também, para a interpretação do ser social, enquanto ser ontológico. O desvelar do protagonismo dos sujeitos sociais é também elencado. No entanto, destacamos a importância da organização política dos assistentes sociais e sua interlocução com os movimentos sociais e os espaços participativos da sociedade. A organização política dos assistentes sociais tem propiciado diversos avanços tanto para a profissão como para a sociedade como um todo, tendo em vista que, as discussões que envolvem esses sujeitos, extrapolam o contexto corporativista e essencialmente burocrático, ocupando uma esfera social dada na totalidade da vida social.</p>
CBAS	<p>SERVIÇO SOCIAL: da vocação ao projeto ético político da profissão.</p> <p>Autores: Michelly Laurita Wiese, Gisele Martins dos Santos Gonçalves Rosa, Sheila Cunha Candido, Merari Dias Ribeiro Prates, Marcia Gomes Maciel de Souza, Regiane Maria da Silva, Vera</p>	Representação Social, Serviço Social, Formação Profissional	<p>Historicamente o Serviço Social no Brasil sempre esteve atrelada a ideia de uma profissão de cunho caritativo e da benemerência, que tem a raiz na própria origem da profissão na sociedade capitalista, aliada aos trabalhos sociais que a igreja católica desenvolvia dentro da sua proposta de expansão da ideologia religiosa. Atualmente, o Serviço Social é entendido e compreendido como uma profissão interventiva, partícipe das</p>

	Nuzia Souza Boaventura		relações sociais de produção da sociedade capitalista e inserida na divisão social e técnica do trabalho, que atua nas mais diversas expressões da questão social pautada pelos princípios éticos profissionais. O artigo tem por objetivo discutir a representação social sobre o Serviço Social dos acadêmicos de Serviço Social da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) na cidade de São Paulo. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo com aplicação de questionário com acadêmicos do 1º e 7º. Semestres do ano letivo 2012/2, para identificar como o acadêmico compreende a profissão quando se insere no curso e como ele compreende a profissão no momento da finalização da sua formação. Destaca-se como resultados que os acadêmicos ao entrarem no curso já evidenciam uma concepção vinculada aos princípios profissionais do Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS), mesmo que ainda se expresse a concepção de ajuda. Os acadêmicos formandos relacionam a profissão com a questão social e os desafios frente ao PEPSS na atuação profissional.
CBAS	CRISE DO CAPITAL, ESTADO E CONSEQUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL ASSENTADA NA DIREÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLITICO PROFISSIONAL. Autores: Marinês Coral	Crise do Capital; Formação Profissional; Projeto Ético Político.	O presente trabalho discute as relações entre a crise estrutural do capital e o processo de formação profissional do Assistente Social. Especificamente faz um recorte a partir dos anos 90 e aponta as condições desfavoráveis que os processos de reconfiguração do Estado e da reestruturação produtiva têm produzido para a formação na educação superior do Assistente Social que tem como um dos seus eixos norteadores os valores e princípios do Projeto Ético Político Profissional.
CBAS	O TRABALHO NAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS: desafios na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.	Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Trabalho. Projeto Ético-Político do Serviço Social	O presente artigo consiste em síntese de monografia de especialização em que estudei as diferentes perspectivas a respeito do Serviço Social apresentadas na construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tendo como recorte a relação entre as

	Autores: Luciana Azevedo		categorias trabalho, Serviço Social e projeto ético-político do Serviço Social. Realizou-se este estudo através de rastreamento bibliográfico.
CBAS	Um breve exame dos influxos da “flexibilização” no Serviço Social Brasileiro e a luta pela viabilização do projeto ético-político. Autores: João Rafael da Conceição	Neoliberalismo, Influxos e Serviço Social	Este ensaio tem por objetivo resumir o processo de implementação do projeto ético-político hegemônico da profissão diante da adversa conjuntura histórica contemporânea. Em linhas gerais, trata-se de um artigo que reapresenta, à profissão, um debate sobre os influxos do neoliberalismo no Serviço Social, pautado em textos, majoritariamente, produzidos no início da década de 1990.
CBAS	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO POLÍTICO. ANAIS DO ENPESS (2008-2010) e CBAS (2007-2010). Autores: Ana Maria de Vasconcelos, Juliana Ferreira Baltar, Luciana da Conceição e Silva, Tamires da Silva Albuquerque, Vitória Monteiro Neri, Agatha Alves da Silva, Thamara Doria Santos, Natália Cristiane Faro Rodrigues, Marcos Antônio Machado Barboza Filho, Bruna Caroline Pinheiro Batista Malafaia	Serviço Social, Projeto Ético Político, Produção de Conhecimento, Prática Profissional.	O estudo da produção de conhecimento na área de Serviço Social é de vital importância na construção de estratégias teórico-práticas que rompam com o conservadorismo presente historicamente na profissão e que busque o fortalecimento de práticas mediadas pelo Projeto Profissional. Tivemos como fonte de dados os trabalhos científicos democratizados nos Anais dos XI e XII ENPESS e dos XII e XIII CBAS.
CBAS	MANUAL TÉCNICO DO SERVIÇO SOCIAL: reafirmando o Projeto ético – político do Serviço Social na Previdência. Autores: Alessandra Maria da Silva Dias	Previdência Social. Serviço Social. Dimensão técnico-operativa. Ações profissionais.	O presente trabalho reside na reflexão da experiência vivenciada no processo de construção coletiva do Manual Técnico do Serviço Social da Previdência, reconhecido institucionalmente pela Resolução Pres/INSS/nº 203/12. Relata as possibilidades de articulação da dimensão técnico-operativa às dimensões teórico-metodológica e

			ético-política, no exercício profissional dos assistentes sociais, no contexto de reafirmação de um projeto profissional coletivo. Concentra-se na definição das ações profissionais, entendendo-as como o vetor fundamental para a viabilização e ampliação do acesso dos trabalhadores às políticas integrantes da Seguridade Social.
CBAS	A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS E A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: Dilemas, desafios e contradições Autores: Sabrina Silva Rodrigues de Almeida	Política de Assistência Social; intervenção profissional; projeto ético-político	O estudo visa problematizar a intervenção do Serviço Social frente aos fundamentos do Projeto Ético-Político e entraves na execução do SUAS. A premissa advém da tensão entre o direito garantido e as formas conservadoras impressas na Política de Assistência Social. Diante desse contexto adverso se propõe a reflexão dos rumos da categoria na efetivação dos princípios e compromissos profissionais.
CBAS	O SERVIÇO SOCIAL DO PROGRAMA JUSTIÇA COMUNITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL: contribuições do projeto ético-político profissional para a emancipação e o empoderamento dos cidadãos. Autores: Ludmila Weizmann Suaid Levyski, Tarciane Sousa Ramos	Serviço Social, Programa Justiça Comunitária, Projeto Ético-político profissional, emancipação, cidadania.	Este trabalho pretende realizar uma reflexão sobre a atuação do assistente social no Programa Justiça Comunitária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, mais especificamente no âmbito da região administrativa do Distrito Federal denominada Ceilândia. A análise dos objetivos do Programa e do projeto ético-político profissional permitem reconhecer que ambos vão ao encontro de um mesmo sentido: o da busca pela emancipação e pelo empoderamento das pessoas da comunidade enquanto sujeitos de direitos. Assim, em última análise, a atuação do assistente social no Programa contribui para que ocorram transformações societárias no sentido do exercício da cidadania.
CBAS	A POLÍTICA NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA DIREÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO	Regulamentação profissional, Fiscalização Profissional, Serviço Social, Projeto Ético-Político	O presente trabalho apresenta uma compreensão acerca da potencialidade e particularidades da Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/ CRESS e sua contribuição para a afirmação e defesa do projeto ético-político do Serviço Social. A concepção diferenciada sob a qual o Conjunto CFESS/ CRESS compreendeu e concebeu a fiscalização da profissão,

	SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL. Autores: Ana Cristina Muricy de Abreu		conjugou seu estatuto legal e a ampliação e politização das suas ações.
CBAS	O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O PROJETO ETICO POLITICO DO SERVIÇO SOCIAL: Um Estudo da Profissão no Triangulo Mineiro. Autores: Pedro Alves Fernandes	Formação – Exercício Profissional – Projeto Ético Político do Serviço Social	O presente trabalho constitui estudo em andamento na região do Triângulo Mineiro. Pesquisa essa desenvolvida para o Programa de Pós Graduação em Serviço Social – como tese de doutorado na UNESP, campus de Franca. É objetivos de essa pesquisa explicitar e compreender os limites e as possibilidades da formação e do espaço de inserção do Projeto Ético Político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional do assistente social da região do Triângulo Mineiro. Para tanto, irá identificar e compreender o conhecimento que os assistentes sociais da região do Triangulo Mineiro tem do Projeto Profissional da categoria, correlacionando esta compreensão com o estado da arte do Projeto Ético Político do Serviço Social; investigar a presença das Diretrizes Curriculares do Serviço Social nos projetos Pedagógicos das instituições formadoras dos profissionais atuantes na região lócus do estudo e identificar e compreender a convergência do apreendido nos cursos de formação com o exercício profissional do assistente social, buscando perceber quais os espaços de articulação utilizados no cotidiano. A pesquisa fará levantamento da estrutura curricular das escolas de serviço social para, em seguida, conhecer, por meio de entrevista semiestruturada, a atuação profissional dos assistentes sociais oriundos dessas escolas, em quatro cidades polos: Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba e Patos de Minas que compõem esta importante região de Minas. Nesse estudo busca se conhecer, na formação e na prática profissional, a articulação com o projeto Ético Político Profissional na referida região.

TOTAL = 26

Palavra pesquisada: Projeto Profissional

Evento	Titulo/Autores	Palavra-chave	Resumo
CBAS	<p>SERVIÇO SOCIAL, PROJETO PROFISSIONAL E DIREITOS HUMANOS</p> <p>SOCIAL WORK, PROFESSIONAL PROJECT AND HUMAN RIGHTS.</p> <p>Autores: Silvia Alapanian, Evaristo Emigdio Colmán Duarte</p>	Direito, Direitos Humanos, Serviço Social.	Apresentamos uma reflexão preliminar acerca da relação entre o direito, os direitos humanos e o projeto profissional do Serviço Social. Buscamos demonstrar a importância do estudo das bases que sustentam esse projeto, em especial os limites dos direitos humanos diante das profundas contradições que a crise do capital nos impõe, capturando bandeiras históricas dos trabalhadores e revertendo-as em favor do capital.

TOTAL: 1

APÊNDICE D: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ENPESS 2014

**O XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO
SOCIAL (ENPESS)**

30 DE NOVEMBRO A 04 DE DEZEMBRO DE 2014- NATAL/RN

Palavra pesquisada - Projeto Ético-Político

Evento	Título/Autores	Palavra-chave	Resumo
ENPESS	<p>A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL: uma análise das práticas do Assistente Social no Terceiro Setor. Autores: Janaina Oliveira da Silva, Juliana Oliveira Araújo</p>	Serviço Social, Terceiro Setor, Projeto Ético-Político.	Entender as posturas e vivências do Assistente Social na sua prática profissional no Terceiro Setor nos demanda o entendimento de que esse recente espaço sócio-ocupacional surgiu com a tentativa do Estado em negar a sua responsabilidade perante as diversas refrações da questão social, dentre elas a questão urbana. O objetivo da presente pesquisa é desvelar a prática profissional da Assistente Social que atua no CEARAH Periferia (ONG que executa projetos de reforma urbana), analisando se o seu agir profissional está condizente com a defesa do Projeto Ético-Político, percebendo a concreticidade da Dimensão Ético-Política que compõe a Instrumentalidade do Serviço Social.
ENPESS	<p>O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA À LUZ DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL. Autores: Edna Maria Coimbra de Abreu</p>	Educação; Serviço Social; Exercício Profissional; Projeto Ético-Político.	O agravamento da <i>questão social</i> e mudanças na Política Educacional ampliaram a inserção do serviço social na educação. As requisições para a profissão relacionam-se ao enfrentamento da questão social e à contribuição para o acesso e permanência no sistema educacional. Na perspectiva do projeto ético-político profissional, o exercício profissional deverá favorecer o acesso à educação e a participação na gestão institucional. A contradição entre esse Projeto e os princípios das reformas educacionais evidencia dificuldades nesse espaço ocupacional. Objetiva-se analisar possibilidades e limites para a profissão no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica, à luz do projeto ético-político profissional.
ENPESS	<p>REFLEXÕES SOBRE A</p>	Hegemonia, Serviço Social,	O presente artigo pretende socializar parte de uma reflexão

	<p>HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO A PARTIR DO XIII CBAS. Autores: Thaisa Silva Martins</p>	Projeto Ético-Político.	desenvolvida no trabalho de conclusão do curso de Serviço Social, o qual objetivou analisar a hegemonia do projeto ético-político na categoria profissional, por meio de uma pesquisa documental aos Anais do XIII CBAS ocorrido em Brasília-DF em 2010. Buscou-se apreender as categorias centrais colocadas pelos autores dos artigos presente nos Anais, e a relação das mesmas com a discussão em torno da hegemonia do projeto ético-político na categoria profissional. Para a exposição, faz-se necessário explicitar sobre hegemonia e o Serviço Social, bem como sobre o projeto ético-político profissional.
ENPESS	<p>O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE: desafios e avanços para efetividade do projeto ético-político. Autores: Maria Kátia de Oliveira Nascimento</p>	Serviço Social. Projeto Ético-Político. Projeto Societário.	O presente artigo trata-se de uma reflexão teórica, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica, acerca de como se deu a organização do Serviço Social brasileiro, como ele se encontra no contexto atual, dando ênfase aos desafios postos para a efetividade do projeto ético-político frente à ideologia neoliberal e a desconstrução dos direitos sociais, como também os avanços já conquistados através da organização política do Serviço Social e de suas entidades representativas para assegurar esse projeto, que tem um compromisso com um projeto societal, lutando para a emancipação do mesmo junto à classe trabalhadora.
ENPESS	<p>SERVIÇO SOCIAL, PROJETO E PRÁTICA PROFISSIONAL. Análise concreta de situações concretas.</p>	Serviço Social; projeto profissional; prática profissional; análise concreta de situações	A consolidação do projeto do Serviço Social desafia a categoria quanto ao favorecimento dos trabalhadores nos espaços sócio-institucionais. Com a proposta de análise concreta de situações concretas - a ser realizada através de

	Autores: Ana Maria de Vasconcelos	concretas; emancipação humana;	um Eixo de Análise da prática -, objetivamos favorecer a apreensão dos determinantes, da lógica e das consequências da prática profissional, de modo que, para além das aparências do empírico ou das crenças, possamos captar sua essência mediante trato teórico capaz de conduzir ao e/ou nos precipitar para o concreto pensado.
ENPESS	SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: limites e possibilidades diante do contexto de contrarreforma da Educação Superior. Autores: Cynthia Santos Ferrarez, Carolina Lima Chagas	Serviço Social. Projeto ético-político. Contrarreforma.	Identifica-se, inicialmente, que o Serviço Social brasileiro construiu na sua trajetória histórica um projeto profissional que se coloca radicalmente contrário ao projeto societário capitalista. Deste modo, parte-se do pressuposto de que o Projeto Ético-Político apresenta limites, uma vez que o atual contexto de contrarreforma do Estado e da educação superior impõe uma lógica neoconservadora e de manutenção das bases mais perversas do capitalismo; mas também aponta possibilidades, com a construção de uma crítica à sociedade capitalista, a fim de se alcançar uma sociedade livre e emancipada.
ENPESS	SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA: rebatimentos no direcionamento ético-político profissional do serviço social. Autores: Livia Neves Ávila	Alienação; Reificação; Ser social; Projeto ético-político profissional do Serviço Social.	O presente artigo propõe uma reflexão acerca da conjuntura histórica a que nos situamos hoje, enfatizando fenômenos centrais da dinâmica capitalista, como o fetichismo e a reificação e suas reais importâncias e fundamentos na reprodução das relações sociais. Tenciona-se ainda, como essas células de reprodução capitalista rebatem no projeto ético-político profissional do Serviço Social, que faz a opção por um projeto societário alternativo, visando a liberdade e emancipação do ser social. Considerando a importância e a

			dimensão norteadora do projeto ético-político para a orientação profissional, busca-se aqui, refletir e discutir a situação da profissão ante da crise contemporânea do capital.
ENPESS	<p>OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO CRESS/SP E O LEGADO DAS LUTAS SOCIAIS: a afirmação do Projeto Ético-Político e as principais ações no campo dos Direitos Humanos, Seguridade Social e Relações Internacionais - 2011/2014.</p> <p>Autores: Tiago Barbosa dos Santos, Vinicius Figueira Boim, Maria de Jesus de Assis Ribeiro, Andressa Lopes dos Santos</p>	Projeto Ético-político; Seguridade Social; Relações Internacionais; Lutas Sociais.	Este artigo apresentar uma breve abordagem sobre as principais ações políticas do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 9ª Região São Paulo - <i>“Gestão Ampliações: Unindo Forças e Ousando na Luta (2011-2014)”</i> frente os desafios políticos e conjunturais enfrentados pela categoria profissional no Estado de São Paulo. Refletem as ações políticas deflagradas pela ex-direção da entidade enquanto trajetória e legado para afirmação do Projeto Ético-Político.
ENPESS	<p>APROXIMAÇÕES SOBRE REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SERVIÇO SOCIAL: implicações para o Projeto Ético-Político Profissional.</p> <p>Autores: Janaina Lopes do Nascimento Duarte</p>	Contrarreforma do Estado; Educação Superior; Serviço Social; Projeto Ético-Político Profissional.	Este artigo objetiva recuperar a contrarreforma do Estado direcionada para a política de educação superior, a fim de tecer aproximações sobre implicações para o projeto ético-político do Serviço Social. A educação superior sofre uma reestruturação a partir de 1990, desenhando uma universidade pautada nas necessidades do capital em crise, com ênfase na produtividade, empresariamento da educação e certificação em massa. Assim, refletimos sobre: reforma da educação superior e seu vínculo com a contrarreforma do Estado; expansão da educação superior nos governos

			Cardoso e Lula; e aproximações sobre as implicações para o exercício e a formação profissionais diante das Diretrizes Curriculares.
ENPESS	MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS) E DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL: expressões de uma única realidade? Autores: Jodeylson Islony de Lima Ribeiro	MESS; Dimensão Ético-Política; Formação Profissional.	Este artigo é fruto de um árduo trabalho de pesquisa realizado no período de 2012.2 a 2013.2 para a construção da Monografia apresentada à Faculdade Ademar Rosado (FAR), onde se objetiva apreender a relação existente entre o Movimento Estudantil de Serviço Social e a dimensão ético-político no decorrer da formação profissional, na perspectiva dos princípios norteadores do Projeto Ético-Político da profissão. Assim, o artigo sistematiza apontamentos a partir da análise qualitativa dos depoimentos colhidos em 2012.2 com alunos e professores da FAR em Teresina/PI, tendo como método de pesquisa o materialismo histórico dialético.
ENPESS	A QUESTÃO AMBIENTAL E OS DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL E AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL. Autores: Mariana Figueiredo de Castro Pereira	Serviço Social; questão socioambiental; projeto ético-político.	Esse trabalho objetiva problematizar o conceito <i>questão socioambiental</i> e outras terminologias como <i>desenvolvimento sustentável</i> e <i>sustentabilidade</i> analisando à luz da Teoria social crítica como esses conceitos irão influenciar nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do Serviço Social a fim de perceber quais desafios e limites contemporâneos se colocam aos assistentes sociais e sobre seu Projeto profissional.
ENPESS	O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E O PRECONCEITO AO MIGRANTE.	Preconceito, Migrante, Serviço Social, Projeto Ético-Político.	Com este estudo procurou-se analisar, a partir de entrevistas com assistentes sociais que executam a política de assistência social no município de Guariba-SP, a consonância do trabalho

	<p>Autores: Micaela Martinho de Oliveira, Gustavo José de Toledo Pedroso</p>		<p>profissional com a direção social do projeto ético-político do Serviço Social. Procurou-se compreender se a percepção e ação profissional são despidas de preconceito contra o migrante, e se o espaço ocupacional é utilizado para contribuir com a eliminação do preconceito a essa população.</p>
ENPESS	<p>EDUCAÇÃO BÁSICA: a tensão entre a imagem do assistente social e o projeto ético-político profissional. Autores: Isis Pontes Villa</p>	<p>Imagem profissional. Política de educação. Projeto ético-político.</p>	<p>O presente trabalho parte da hipótese de que existe uma tensão entre o projeto ético-político profissional e a imagem do assistente social na perspectiva dos profissionais de educação básica. A partir da pesquisa de campo, foi possível ratificar que há o convívio dos traços mais tradicionais da imagem profissional e de elementos pautados na luta pela defesa dos direitos. Ao compreender a Política de Educação como espaço de lutas de projetos societários antagônicos, este trabalho contribui para discutir sobre a atribuição/competência do assistente social e refletir sobre a concepção de educação que deve nortear a atuação do assistente social.</p>
ENPESS	<p>SERVIÇO SOCIAL, CULTURA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO. Autores: Claudia Monica dos Santos, Carina Berta Moljo</p>	<p>projeto ético político, cultura, serviço Social</p>	<p>O trabalho ora apresentado constitui-se de duas pesquisas realizadas por dois docentes e seis bolsistas de iniciação científica, tendo como objeto o Projeto ético-político da profissão. Esses docentes pertencem ao mesmo grupo de pesquisa, tendo como eixo de estudo o Serviço Social. As pesquisas objetivam conhecer os determinantes estruturais, ideológicos, políticos e valorativos que condicionam a consciência dos assistentes sociais frente ao projeto ético-político da profissão e sua efetivação, bem como, analisar a relação</p>

			entre cultura profissional e projeto ético-político. Para isso vem realizando pesquisa de campo junto aos Assistentes Sociais da área da assistência social e do Poder Judiciário.
ENPESS	DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: desafios contemporâneos. Autores: Lívia Figueiredo Pequeno	Serviço Social. Direitos sociais. Projeto ético-político.	Este ensaio é resultado de reflexões realizadas após nossa dissertação de mestrado, quando abordamos a dimensão ético-política no cotidiano profissional, mas especificamente no âmbito das políticas sociais. Assim, o trabalho pretende pensar o processo de desconstrução dos direitos sociais na contemporaneidade, considerando as relações sociais capitalistas, o reconhecimento do limite do direito na sociedade burguesa e, que a luta pela ampliação e universalização dos direitos sociais não pode ter um fim em si mesma, se temos clareza da função do direito nesta sociedade e reconhecemos os compromissos assumidos pela categoria no projeto profissional para construção de outro projeto de sociedade.
ENPESS	A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL. CBAS: projeto ético político e exercício profissional. Autores: Luciana da Conceição e Silva, Agatha Alves da Silva	Serviço Social, Produção de conhecimento, Projeto Ético-Político; Prática Profissional.	Aprofundamos o estudo de LIMA (2010) e BALTAR (2012) realizados nos trabalhos do 12º e 13º CBAS e estudamos os trabalhos categorizados como “Analítico/propositivo” e “Relato de Experiência”. O estudo revelou que a relação teoria-prática na produção de conhecimento no Serviço Social não está se estabelecendo como uma mediação substancial com o exercício profissional e com o projeto profissional.
ENPESS	RELAÇÕES ENTRE O IDEAL E O REAL: O Projeto Ético	Formação – Exercício – Profissional –	O presente trabalho constitui estudo realizado na região do Triângulo Mineiro. Pesquisa

	<p>Político do Serviço Social. Autores: Pedro Alves Fernandes</p>	<p>Projeto Ético Político do Serviço Social</p>	<p>essa desenvolvida para o Programa de Pós Graduação em Serviço Social – como tese de doutorado na UNESP, campus de Franca. Visa explicitar e compreender os limites e as possibilidades do espaço de inserção do Projeto Ético Político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional do(a) assistente social da região do Triângulo Mineiro. Por meio de entrevista semiestruturada, levantou elementos do trabalho dos assistentes sociais em quatro cidades polos: Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba e Patos de Minas que compõem esta importante região de Minas.</p>
ENPESS	<p>O ESPELHO DA PRÁTICA: Projeto ético político no cotidiano do Assistente Social. Autores: Giliane Alves de Carvalho, Lívia Maria e Silva</p>	<p>Projeto ético político. Teoria. Prática. Cotidiano profissional.</p>	<p>O artigo ora apresentado aborda questões que incidem sobre a efetivação do projeto ético-político no cotidiano de trabalho do Assistente Social, tendo como ponto de partida para análise a atuação profissional em instituições públicas ligadas à Política de Assistência Social. Através da leitura crítica da realidade destacamos condições objetivas enfrentadas pela categoria para materializar o <i>dever ser</i> da profissão, sendo elemento potencializador o referido Projeto. Por meio da vinculação teoria-prática-formação profissional qualificada, firma-se a necessidade de implementação do projeto mediante consciência crítica e teoria acumulada que propiciam uma projeção de resultados na prática e transcendem a imediaticidade da ação.</p>
ENPESS	<p>AS CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA À</p>	<p>Serviço Social. Projeto Ético-político Profissional. Extensão</p>	<p>Este artigo pretende contribuir na discussão acerca do Serviço Social, do projeto ético-político profissional e da extensão</p>

	<p>FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL. Autores: Anita Pereira Ferraz</p>	Universitária.	<p>universitária, sopesando suas interfaces. A concepção de extensão aqui adotada compreende seu caráter educativo, cultural e científico, articulado indissociavelmente ao ensino e à pesquisa, segundo a perspectiva que defende a possibilidade de uma relação profícua e transformadora entre universidade e sociedade. Para tanto, o estudo abarcou pesquisa bibliográfica e entrevistas com onze assistentes sociais graduados na UNESP/Franca que participaram dos grupos de extensão Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) e Grupo de Alfabetização Paulo Freire (GAPAF).</p>
ENPESS	<p>PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E NEOCONSERVADORISMO. Autores: Edson dos Santos, Catarina Nascimento Oliveira.</p>	Serviço Social, projeto ético-político, militarismo, democracia.	<p>O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de construção e de materialização do atual Projeto Ético-Político profissional (PEP) de 1979, período marcado pela Ditadura Militar. O PEP tem em sua essência a luta pela defesa e ampliação dos direitos sociais, humanos, políticos e civis. Pensar e instituir um projeto com esta estrutura contra-hegemônica num período marcado por repressão, exílio, tortura e assassinato de brasileiros considerados subversivos, consiste em recuperar parte da história para refletir sobre os princípios do PEP com o propósito de indagar se tal projeto tem se materializado na contemporaneidade.</p>
ENPESS	<p>DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E OS DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO POLÍTICO: um</p>	Orçamento Participativo. Democracia Participativa. Sociedade Civil. Serviço Social.	<p>Este artigo é fruto da pesquisa sobre arranjos participativos e cultura política. Tem como objetivo analisar a participação popular através de estudo de caso sobre o Orçamento</p>

	<p>estudo sobre o orçamento participativo.</p> <p>Autores: Angela Vieira Neves, Priscila Nolasco de Oliveira, Melina Sampaio de Ramos Barros</p>		<p>Participativo - OP no Distrito Federal. A pesquisa qualitativa utilizou como instrumentos: observação, análise documental, aplicação de questionários e entrevistas. Traçamos o perfil sócio-político dos conselheiros do OP e qualificamos o seu grau de influência junto ao governo no processo de escolha das prioridades para as cidades. Apontamos também o OP como <i>locus</i> sócio ocupacional do Serviço Social enquanto campo de luta pela ampliação de direitos e reafirmação do seu projeto ético-político.</p>
--	---	--	---

TOTAL = 21

ANEXO A – CARTA DE APROVAÇÃO INSTITUCIONAL

Porto Alegre, 29 de junho de 2015.

Ao Comitê de Ética e Pesquisa da PUCRS

Prezados Senhores:

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do projeto de Pesquisa intitulado O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL proposto pelo(s) pesquisador(es) Emilene Oliveira de Bairro e Leonia Capaverde Bulla.

O referido projeto será realizado no(a) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,



Berenice Rojas Couto
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
da Faculdade de Serviço Social

Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul - PUCRS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL

ANEXO B – PARECER DO SISTEMA DE PESQUISA DA PUCRS (SIPESQ)



SIPESQ
Sistema de Pesquisas da PUCRS



Código SIPESQ: 6673

Porto Alegre, 25 de junho de 2015.

Prezado(a) Pesquisador(a),

A Comissão Científica da FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL" coordenado por LEONIA CAPIVERDE BULLA. Caso este projeto necessite apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e/ou da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), toda a documentação anexa deve ser idêntica à documentação enviada ao CEP/CEUA, juntamente com o Documento Unificado gerado pelo SIPESQ.

Atenciosamente,

Comissão Científica da FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ANEXO C – COMPROVANTE DO ENVIO DO PROJETO AO CEP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Pesquisador: LEONIA CAPAVERDE BULLA

Versão: 2

CAAE: 46959415.4.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 065520/2015

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio


Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucls.br

ANEXO D - FOLHA DE ROSTO DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL		2. Número de Participantes da Pesquisa: 10	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: LEONIA CAPAVERDE BULLA			
6. CPF: 055.299.640-87		7. Endereço (Rua, n.º): LIBERDADE, 532 RIO BRANCO APTO 501 PORTO ALEGRE RIO GRANDE DO SUL 90420090	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (51) 3353-4114	10. Outro Telefone:
		11. Email: lbulla@pucls.br	
12. Cargo:			
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>29</u> / <u>06</u> / <u>2015</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
13. Nome: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA		14. CNPJ: 88.630.413/0002-81	
15. Unidade/Órgão:			
16. Telefone: (51) 3320-3345		17. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: _____		CPF: _____	
Cargo/Função: _____			
Data: _____ / _____ / _____		Assinatura _____	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO E - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUCRS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Pesquisador: LEONIA CAPIVERDE BULLA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 46959415.4.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.186.351

Data da Relatoria: 07/09/2015

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo de Mestrado, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva. A pesquisadora pretende entrevistar 10 assistentes sociais, estudantes de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS sobre o projeto ético-político profissional do Serviço Social e sua materialização.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como os Assistentes Sociais materializam o Projeto Ético-Político Profissional, com intuito de contribuir para o debate da categoria profissional e estimular uma práxis profissional reflexiva.

Objetivo Secundário:

Verificar a compreensão dos Assistentes Sociais entrevistados sobre o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social; Analisar de que forma os profissionais entrevistados materializam no seu cotidiano de trabalho, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social; Verificar como se dá a articulação entre teoria e prática, enquanto unidade operacional indissociável de materialização do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto apresenta riscos mínimos.

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucls.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 1.186.351

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

o Método utilizado para aproximações sucessivas com a realidade concreta é o Dialético–Crítico. A pesquisa será realizada com os alunos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Considera-se esse momento inicial da pesquisa como

exploratório (GIL, 2007), dessa forma sendo imprescindível a exploração de material sobre a temática, e a busca pela bibliográfica. Após a observação do lócus da pesquisa, e sua devida aproximação, será iniciado o processo de coleta dos dados. A técnica utilizada para a coleta de dados será a questionário semi-estruturado com questões abertas e fechadas com quatro questões a respeito do Projeto Ético-Político Profissional

do Serviço Social e sua materialização. Para falar sobre Projeto Ético-Político do Serviço Social, apenas quem tem formação na área. A pesquisadora utiliza uma

abordagem qualitativa (TURATO, 2003), por entender que para compreender a realidade social em sua essência, é fundamental a valorização dos sentimentos, opiniões, histórias de vida, entre outros aspectos extraídos das falas dos sujeitos, e não somente o olhar do pesquisador.

No que se refere ao tratamento dos dados, será utilizada a técnica de análise de conteúdo com base em Bardin (1979). Além disso, permite a

identificação de categorias empíricas que podem vir a surgir por meio da fala dos sujeitos pesquisados. E a interpretação dos dados coletados

buscará compreender em sentido amplo as respostas que serão amadurecidas por meio da fundamentação teórica da busca bibliográfica permanente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta a carta de anuência da coordenadora do programa de pós-graduação em Serviço Social, pelo fato dos sujeitos de pesquisa serem alunos do programa de pós-graduação deste curso. Apresenta carta de aprovação da comissão científica, orçamento adequado e TCLE, em linguagem clara e acessível.

Recomendações:

A pesquisadora atendeu todas as recomendações em relação ao TCLE e prestou esclarecimentos em relação ao lócus do estudo e critérios de inclusão dos sujeitos da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está eticamente e metodologicamente adequado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 1.186.351

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PORTO ALEGRE, 14 de Agosto de 2015

Assinado por:
Rodolfo Herberto Schneider
(Coordenador)

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br